UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LÍVIA DE CARVALHO BORGES

DA EUROPA PARA A AMÉRICA. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, OS ANTECESSORES DO BARÃO E OS INTERESSES DA CAFEICULTURA (1889-1912).

FRANCA
2012

LÍVIA DE CARVALHO BORGES

DA EUROPA PARA A AMÉRICA. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, OS ANTECESSORES DO BARÃO E OS INTERESSES DA CAFEICULTURA (1889-1912).

Tese apresentada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Prof.a Dr.a Suzeley Kalil Mathias.

FRANCA
2012

Borges, Lívia de Carvalho.
Da Europa para a América. A política externa brasileira, os antecessores do barão e os interesses da cafeicultura (1889-1912) / Lívia de Carvalho Borges. –Franca : [s.n.], 2012
179 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Suzeley Kalil Mathias

1. Cafeicultura – Brasil. 2. Café – História econômica. 3. Brasil – História – República. 4. Politica externa. 5. Diplomacia – História – Brasil. I. Título.

CDD – 981.55

LÍVIA DE CARVALHO BORGES

DA EUROPA PARA A AMÉRICA. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, OS ANTECESSORES DO BARÃO E OS INTERESSES DA CAFEICULTURA (1889-1912).

Tese apresentada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente_____

1ºExaminador_____

2ºExaminador_____

3ºExaminador_____

4ºExaminador_____

Franca, _____ de_____de 2012

AGRADECIMENTOS

A presente tese é fruto de um longo período de pesquisa realizado numa espécie de "parceria" de trabalho estabelecida com pessoas e instituições (funcionários acadêmicos, bibliotecários, orientadora, professores, amigos e órgãos fomentadores da pesquisa), que ao nos auxiliarem de alguma maneira em diferentes momentos de sua elaboração e desenvolvimento, possibilitaram-nos a sua concretização nos moldes em que agora a apresentamos. Mencioná-las, portanto, no espaço comumente reservado à manifestação pública de nosso reconhecimento àqueles que nos foram úteis no período de desenvolvimento da tese, não nos parece tarefa difícil, sendo, pelo contrário, muito agradável e alentadora ao coração.

Nesse sentido reconhecemos que o esforço empreendido pela Professora Dr.a Suzeley Kalil Mathias, foi de vital importância não apenas por seu papel de orientadora competente, generosa e atenta, mas, sobretudo, pela maneira habilidosa com que sempre soube aliar tais atributos na orientação do trabalho, transformando as reuniões realizadas no percurso de seu desenvolvimento num espaço de interlocução importante, cujas contribuições a nós repassadas vão muito além das indicações de pesquisa das quais nos servimos para a elaboração do presente trabalho. Descortinando-nos horizontes novos de atuação em diferentes sentidos, no âmbito da própria pesquisa e mesmo no da profissão, ofereceu-nos sempre contribuições importantes que nos levam a lembra-la agora como colaboradora decisiva para a consolidação da tese que ora se apresenta.

De igual maneira reconhecemos que ao lado do seu esforço e atuação, contribuiu conosco também, embora de modo indireto, os professores Samuel Alves Soares e Teresa Maria Malatian, o primeiro pelas contribuições em torno da temática da política externa brasileira, oferecidas em disciplina ministrada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (da UNESP/Franca) e também pela leitura atenta da dissertação que elaboramos anteriormente, e, a segunda por haver nos orientado nos períodos que antecederam a elaboração da atual pesquisa, isto é, na graduação e no mestrado, que nos ofereceram toda a bagagem de conhecimentos acerca das atribuições de um pesquisador e à qual, aliás, sempre recorremos no desenvolvimento do trabalho.

A par dessas contribuições, reconhecemos ainda a colaboração oferecida pelos professores Eduardo Mei e Márcia Pereira da Silva, pela leitura atenta e pelas discussões feitas acerca do

trabalho durante o Exame Geral de Qualificação, que se tornaram essenciais ao seu bom desenvolvimento e à sua concretização nos termos em que se encontra, bem como agradecemos às professoras e amigas Érica Winand e Maria Cecília de Oliveira Adão, pelo acolhimento, gentileza e incentivo que sempre nos dispensaram ao longo de todo o período de que nos utilizamos para o desenvolvimento e concretização do curso de doutorado em História.

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em História e também da biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (da UNESP – Franca), agradecemos, de igual maneira, pelo apoio prestado em todas as questões referentes ao bom andamento da vida acadêmica e pelo respaldo dado na localização de livros e documentos atinentes à pesquisa, bem como agradecemos aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo e do Arquivo Histórico do Itamaraty, pelo apoio prestado no atendimento, na localização e na consulta a documentos indispensáveis à concretização do trabalho, razões pelas quais externamos nosso reconhecimento.

Somando-se ao aporte conceitual e metodológico, técnico e institucional, que nos foi oferecido pelas pessoas e instituições anteriormente lembradas, concedeu-nos também particular contribuição a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – com a concessão de bolsa de fomento à pesquisa durante o transcurso do doutorado, que não apenas permitiu-nos leva-lo a efeito mediante o cumprimento da rotina acadêmica, mas também o desenvolvimento da pesquisa e a conclusão definitiva da tese que ora apresentamos ao departamento de história da presente instituição de ensino.

Resultando, portanto, de um longo trabalho de pesquisa realizado numa espécie de “parceria” estabelecida com pessoas e instituições, a presente tese tornou-se possível graças também a outras tantas “parcerias” (de ordem afetiva, emocional, familiar) sem as quais não disporíamos do estímulo e incentivo à persistência e determinação nessa longa e nem sempre fácil jornada chamada Pós Graduação, pelo que concluímos agradecendo carinhosamente àqueles (pais, irmãos queridos e amigos caros) que foram sempre inspiração e força num percurso que começou muito antes da elaboração da presente tese de doutorado e que se estenderá para além dela.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivos analisar os principais vetores da política externa brasileira, a atuação de seus formuladores e os interesses da cafeicultura no período que vai de 1889 a 1912, com a finalidade precípua de verificar em que medida a inflexão observada nos assuntos internacionais nesse período refletiu os interesses da elite cafeeira e o de outros grupos presentes no cenário nacional. A escolha desse objeto de estudo deveu-se não apenas à proeminência que a transição da política externa brasileira (do eixo britânico para o norte-americano) alcançou na passagem da Monarquia para a República e à predominância que os oligarcas do café tiveram sobre os demais membros das frações hegemônicas no período considerado, mas também à verificação da escassez de estudos voltados para a análise das relações existentes entre interesses de grupos hegemônicos e diretrizes de política externa. Tendo como balizas cronológicas os anos que vão da implantação da República ao encerramento da gestão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores – marcos de uma maior aproximação com a América e de consolidação dessa diretriz – a relevância desse objeto justificou-se na medida em que permitiu a elaboração de uma reflexão mais acurada acerca da relação existente entre mudanças de regimes políticos, visualização de suas bases sociais e os assuntos de política exterior.

Palavras-chave: Monarquia. República. Política Externa. Diplomacia. Cafeicultura.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the main vectors of Brazilian foreign policy, the performance of its formulators and the interests of the coffee plantations in the period that goes from 1889 to 1912, with the main purpose to verify to what extent the inflection observed in international affairs during this period reflected the interests of coffee elite and other groups present on the national scene. The choice of this object of study was due not only to the prominence that the Brazilian foreign policy transition (from the British to the North-American axis) reached in the transition from Monarchy to Republic and to the predominance which the coffee oligarchs have had on the other members of the hegemonic fractions in the period considered, but also the verification of the scarcity of studies focused on the analysis of existing relations between hegemonic groups interests and foreign policy guidelines. Having as chronological bases the years ranging from the establishment of the Republic to the closure of the Rio Branco management running the Ministry of Foreign Affairs - marks of greater rapprochement with America and consolidation of this guideline - the relevance of this object was justified to the extent that allowed the development of a more accurate reflection on the relationship between changes of political regimes, preview of their social bases, and foreign policy issues.

Keywords: Monarchy. Republic. Foreign Policy. Diplomacy. Coffee Plantation.

RÉSUMÉE

Le présent travail vise à analyser les principaux vecteurs de la politique étrangère brésilienne, la performance de ses fabricants et l'intérêt des plantations de café dans la période de 1889 à 1912, avec l'objectif principal de vérifier dans quelle mesure la flexion chez des affaires internationales au cours de cette période a réfléchi les intérêts de l'élite des producteurs et des autres groupes présents sur le monde international. Le choix de cet objet d'étude est du non seulement à l'importance que la transition de la politique étrangère brésilienne (Britannique pour l'axe américain) a atteint dans la transition de la Monarchie à la République et à la prédominance que les oligarques de café ont eu sur les autres membres des fractions hégémoniques dans la période considérée, mais aussi à la vérification de la rareté des études tournées sur l'analyse des relations existantes entre les intérêts de groupes hégémoniques et les lignes directrices de la politique étrangère. Ayant comme année chronologique les balises allant de la mise en place de la République à la fermeture de la gestion de Rio Branco devant le ministère des affaires étrangères - marque de grand rapprochement avec l'Amérique et de la consolidation de cette ligne directrice - la pertinence de cet objet s’est justifiée dans la mesure où il a permis le développement d'une réflexion plus précise sur la relation entre les changements de régimes politiques, aperçu de ses bases et les questions de politique sociale.

Mots clés : Monarchie. République. Politique étrangère. Diplomatie. Production de café.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

CAPÍTULO 1 DE FRENTE PARA A EUROPA E DE COSTAS PARA A AMÉRICA. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE A MONARQUIA

1.1.Os antecedentes históricos da política externa brasileira.....22

1.2.Independência, Soberania e Política Externa. O Primeiro Reinado.....33

1.3.Da submissão à afirmação. A política externa brasileira no Segundo Reinado.....43

CAPÍTULO 2 DA EUROPA PARA A AMÉRICA. AS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA PASSAGEM DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA

2.1.O Brasil na passagem da hegemonia britânica para a norte-americana.....56

2.2.A transição republicana e a política externa brasileira.....64

2.3.A consolidação da política externa republicana. A Atuação de Rio Branco.....79

CAPÍTULO 3 A ASCENSÃO DOS CAFEICULTORES E SUA INSERÇÃO NA POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA

3.1.A expansão da cafeicultura e a ascensão de novas elites políticas.....93

3.2.A construção da hegemonia paulista.....105

3.3.Auge e declínio da hegemonia cafeicultora.....113

CAPÍTULO 4 OS FORMULADORES DE POLÍTICA EXTERNA. OS ANTECESSORES DO BARÃO DO RIO BRANCO E OS INTERESSES DA CAFEICULTURA

4.1.A Política interna e os interesses dos grupos hegemônicos.....130

4.2.Os interesses dos grupos hegemônicos na política externa brasileira.....143

4.3.As relações entre política externa e política interna na primeira década republicana..155

CONCLUSÃO.....169

REFERÊNCIAS.....174

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XIX representaram para o Brasil um período importante para sua história, em que alterações de relevo no plano interno tiveram ensejo tanto no campo político quanto no social, com a abolição da escravatura, a laicização do Estado e a emergência do republicanismo, culminando na mais significativa transformação política vivenciada pelo país desde sua emancipação em face da tutela portuguesa – a transição da Monarquia para a República, que, ao suplantar o regime no qual se estruturara o Império, acabou por integrá-lo à tendência predominante no continente americano, tal era à época a diretriz republicana[1].

Realizada ao findar dos anos 1800, a adoção de um novo regime político em detrimento daquele que dera corpo e consistência ao Império brasileiro por quase sete décadas consecutivas, tornou-se um fato duplamente importante para o país, primeiro por haver afetado diretamente o plano doméstico, com a implantação de novas diretrizes governamentais e com a emergência de novos grupos sociais às altas esferas do poder[2]; depois por haver repercutido diretamente na condução dos assuntos internacionais, permitindo o deslocamento do eixo de nossas relações exteriores da Europa para a América, e de um modo especial, da Inglaterra para os Estados Unidos. [3]

No primeiro aspecto, pode-se dizer que a República franqueou terreno aos grupos políticos originários da expansão cafeeira do final do século XIX, que, oriundos das férteis e ricas províncias mineiras e paulistas, exerceram atuação diferenciada nos assuntos internos, a ponto de seus interesses serem freqüentemente confundidos com os interesses da Nação.[4]. Elementos expressivos na cadeia produtiva do café, em que atuavam não só como grandes cultivadores e exportadores do produto chefe da economia nacional, mas também como banqueiros e

---

[1] PENNA, L. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[2] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[3] BUENO, C., **A República e sua política exterior (1889-1902**). São Paulo: UNESP, 1995.

[4] A leitura que se fazia à época da sociedade brasileira como sendo uma sociedade simples, dividida entre os grandes produtores e os demais membros sociais (antigos escravos, profissionais liberais e imigrantes) introduzia a noção de que os interesses essências do país eram em verdade os interesses dos grandes produtores, estabelecendo, portanto, a identificação citada. Para maiores informações ver: CERVO, A. L. **Inserção Internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

empresários do setor de finanças e de transportes, estes novos representantes políticos dispunham de força bastante para atuarem de forma hegemônica e, por isso mesmo, autônoma.[5]

No segundo aspecto, pode-se aventar que as mudanças domésticas tocaram diretamente na condução dos assuntos internacionais, na medida em que estes passaram a dedicar especial atenção às relações encetadas com os países continentais, fossem eles os vizinhos do Sul, dos quais o Brasil permanecera distanciado durante a maior parte do regime monárquico por conta do clima de prevenções e de reservas que pairava de lado a lado no terreno das relações internacionais, ou o gigante do Norte, com o qual pretendiam desde então estreitar relações. Delineada timidamente ao final do Império, essa tendência, posteriormente conhecida como americanismo foi, assim, a tônica do momento nesse sentido, ganhando novas conotações no transcurso da primeira década republicana.[6]

Revertendo tendências seculares na condução da política brasileira, tanto em seu plano interno (o regime monárquico) quanto em seu plano externo (o europeísmo), estruturadas gradativamente desde a emancipação da tutela portuguesa, a inflexão observada na passagem da Monarquia para a República constituiu-se num diferencial importante em relação a outros momentos da história nacional, uma vez que no período em questão as mudanças políticas verificadas no âmbito doméstico significaram imediata alteração na condução dos assuntos internacionais, colocando a transição republicana como um momento ímpar, no qual se pôde verificar de um modo um tanto quanto mais claro as interações existentes entre as duas esferas do político, ou seja, a interior e a exterior. [7]

Destacando-se como período especialmente relevante para os estudiosos do crescente campo que constitui a história das relações internacionais do Brasil, por ensejar reflexões em torno das conexões existentes entre mudanças de regime político e condução da política externa, foi que esse momento de transição, isto é, a passagem da Monarquia para a República, tornou-se foco de análise do presente trabalho, que pretendeu dela se ocupar com vistas a analisar mais

---

[5] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

[6] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918) São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[7] Avaliadas por alguns estudiosos como esferas distintas do jogo político, a política interna e a política externa são consideradas nesse trabalho como sendo faces específicas de um mesmo processo, numa linha em que ambas se influenciariam reciprocamente. Em outras palavras, considera-se as ações internas como chave explicativa para o delineamento da postura internacional de um Estado tanto quanto considera-se a dinâmica internacional como fator explicativo para a tomada de posições no interior do mesmo. De acordo com MILZA, P. Política interna e política externa**.** In: REMOND, R.(Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

detidamente as interações existentes entre diretrizes de política externa e interesses de grupos hegemônicos (no caso os dos cafeicultores) entre os anos 1889 e 1912, que marcam a busca de um relacionamento diferenciado para com os países continentais, especialmente com os Estados Unidos, e a consolidação dessa diretriz.[8]

Relativamente novo no rol dos estudos referentes às relações internacionais, o tema da transição política e suas implicações na condução da política externa vem aos poucos ganhando terreno junto aos pesquisadores da área, motivando estudos sobre diferentes períodos e acerca das relações do Brasil com diferentes Estados, conformando, por isso mesmo, um terreno a ser ainda devidamente explorado com vistas a preencher lacunas e responder questões atinentes às especificidades da história do país. Desse modo, pode-se dizer que, embora já se tenha esboçado um novo campo de estudos, no qual este trabalho se insere, na historiografia brasileira esta é ainda uma temática pouco trabalhada. [9]

No âmbito dos estudos nacionais destacamos o trabalho conjunto de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno *História da política exterior do Brasil***,** [10]**,** que constitui a mais completa síntese das relações internacionais do Brasil, abarcando um longo período da experiência brasileira desde a Independência à atualidade, bem como os trabalhos do segundo, acerca da experiência republicana – *A República e sua política exterior (1889-1902)*[11] e *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu (1902-1918),[12], que são de longe os estudos mais expressivos sobre o tema, tanto pelo embasamento teórico e aprofundamento na abordagem quanto pela amplitude das fontes consultadas.

Ancorados numa farta documentação de caráter histórico – diplomático analisada na perspectiva fornecida pela escola francesa de relações internacionais, que preceitua sejam considerados a multiplicidade dos fatores causais das relações entre os Estados[13], bem como

---

[8] Do ponto de vista da política interna o período em questão refere-se à consolidação do predomínio econômico e da hegemonia política dos cafeicultores, bem como ao período que abarcou a primeira grande crise que acometeu o setor durante a Primeira República, ao passo que do ponto de vista da política externa os anos 1889-1912 referem-se ao delineamento de uma nova tendência de relações internacionais, mais voltada para o continente americano, e de consolidação dessa diretriz, o que justifica nossa escolha nesse sentido, já que este é um período inovador tanto em um quanto em outro aspecto.

[9] CERVO, A. L. **Inserção Internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 34.

[10] BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

[11] BUENO, C., **A República e sua política exterior (1889-1902**). São Paulo: UNESP, 1995.

[12] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918) São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[13] RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B., **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

numa ampla bibliografia de apoio especializada na área e em grande parte constituída de teses de doutorado e dissertações de mestrado, as obras acima elencadas tem servido de base para a elaboração de outros estudos, de caráter mais específico como o papel dos intelectuais na política externa brasileira, impulsionando, assim, o crescimento do campo de estudos anteriormente citado.

No tocante à temática aqui trabalhada ambos os autores são concordes em afirmar que na passagem do Império para a República as alterações observadas na política externa brasileira no sentido de redirecioná-la para o continente americano refletiram de alguma forma as concepções dos grupos que ascenderam ao poder, razão pela qual estes passaram a servir-se do Estado para atender as demandas de sua classe. Utilizando-se da estrutura de poder instaurada internamente com a mudança de regime, conduziram o processo decisório no campo da política externa com vistas a fomentarem o crescimento do grupo, a partir do que teria sido estabelecida a "diplomacia da agroexportação", conceito cunhado por Clodoaldo Bueno. [14]

Constituindo uma inovação no conjunto dos trabalhos sobre o período, essa abordagem parece-nos haver se fixado nas demais que se fizeram sobre o mesmo, consolidando a ideia de que a política externa brasileira durante o regime republicano teria atendido em sua totalidade às demandas da agricultura, sobretudo, da indústria açucareira e da economia cafeicultora, conforme aparecem em dois outros trabalhos que tem como móvel o relacionamento do Brasil com os vizinhos continentais, tais são os trabalhos de Kátia Geraib Baggio – *"A "Outra América"*. A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros", [15] e o de José Luís Werneck da Silva e Williams Gonçalves – *Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930).* A politica externa do sistema agroexportador. [16]

Constituindo exceções no conjunto de estudos historiográficos que até então se fizeram sobre a política externa brasileira, esses trabalhos se fizeram seguir por outros que, embora não se ocupando especificamente dos grupos políticos que ascenderam ao poder com a implantação da República, cuidaram de analisar as alterações que se apresentaram na política externa brasileira no período considerado (no sentido de aderir ao americanismo em detrimento do europeísmo monárquico) sob outra ótica, a ótica das diferenças e depois semelhanças existentes na estrutura

---

[14] BUENO, C., **A República e sua política exterior (1889-1902**). São Paulo: UNESP, 1995.

[15] BÁGGIO, K. G., **A "Outra América"**. A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado).

[16] SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009.

política adotada pelo Brasil e pelos países vizinhos, primeiro quando aquele conduzia-se sob os auspícios da Monarquia, depois quando passou a dirigir-se sob a égide republicana.

Nessa linha merece destaque, o livro do diplomata Luis Cláudio Villafañe dos Santos – *O Brasil entre a Europa e a América*: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington),[17], no qual aborda a questão das posições imperiais frente às iniciativas de integração continental encetadas por Bolívar e pelos Estados Unidos, explicando-as em função das diferenças substanciais na natureza da legitimação do Estado brasileiro e na de seus vizinhos. Embora sua abordagem se ocupe muito mais da política externa brasileira durante o regime monárquico, seu trabalho constitui-se num estudo inovador por conta de sua abordagem, aclarando de algum modo o entendimento acerca da inflexão observada na postura internacional do Brasil durante a República.

Ainda nessa temática, cabe-nos destacar o estudo feito pelo historiador norte-americano Steven C. Topik – *Comércio e Canhoneiras*: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897), [18], no qual analisa as especificidades das relações entre os dois maiores países continentais durante o regime republicano, portanto, avaliando também as mudanças nas diretrizes de política externa do Brasil republicano, explicando-as numa dupla vertente, de um lado pela perspectiva norte-americana e de outro pela perspectiva brasileira, sempre levando em conta o caráter econômico e também político predominante nas iniciativas levadas a efeito de lado a lado.

Elaborados por historiadores ou por estudiosos ligados à Diplomacia e ao campo da Ciência Política, os estudos referentes ao período elencado como baliza cronológica da presente pesquisa, isto é, os anos 1889-1912, não obstante as peculiaridades na forma de abordar suas temáticas, tem sido conduzidos no sentido de considera-lo como um momento inovador, marco inaugural de uma nova tendência política, que, em consonância com a ordem vigente no plano internacional propriamente americano, isto é, a ordem republicana, propiciaria ao país transitar do polo de poder europeu, estruturado na hegemonia britânica, para o polo americano, então centrado na preponderância norte-americana.

Fortemente influenciados pela abordagem historiográfica vigente até os anos 1980, que considerava os anos anteriores à Revolução de Trinta como uma sucessão pura e simples de

---

[17] SANTOS, L. C. V. **O Brasil entre a América e a Europa:** O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

[18] TOPIK, S. C. **Comércio e canhoneiras**: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

oligarquias no poder, tal era o revezamento das oligarquias mineiras e paulistas, esses estudos acabaram por fazer uma leitura linear e simplificada do período (posto que distanciada das dificuldades inerentes ao exercício da hegemonia por parte dos grupos mais expressivos no cenário político dos anos 1889 – 1930) na qual a adoção de novas diretrizes de política externa, voltadas mais para o contexto continental que para o contexto europeu, foi vista como um reflexo dos interesses dos grupos hegemônicos ligados à exportação de produtos agrários, sobretudo, o dos cafeicultores. [19]

Explicadas por conceitos como "ornamentalidade" e "instrumentalidade", cunhados pelos estudiosos da área com a finalidade de caracterizar o período anterior à Revolução de Trinta, em que se buscou uma aproximação maior com os países continentais, as alterações dos anos seguintes à implantação da República foram também explicadas pela busca da ampliação do prestígio nacional, que, na concepção dos mesmos, tornou-se o principal vetor da política externa dificultando, assim, a compreensão do período, não obstante os méritos incontestáveis dos trabalhos referentes ao tema em virtude do seu pioneirismo e da sua abordagem, bem como da utilização de um conjunto significativo de fontes de pesquisa.

Seguindo o percurso revisionista aberto pela historiografia referente à chamada política do Café com Leite da Primeira República, iniciado nos anos 1980, que a trabalhou como um período de "difícil hegemonia" dado a existência de conflitos inúmeros entre as oligarquias vigentes, posto que fortemente marcado pela instabilidade e pela inexistência de regras longevas entre os diferentes estados da Nação,[20], o presente trabalho pretende analisar a transição da Monarquia para a República com a finalidade precípua de verificar em que medida a inflexão observada nos assuntos de política externa refletiu os interesses dos grupos hegemônicos ligados à cafeicultura, que longe de conformarem grupos coesos, apresentavam-se como uma classe dividida entre aqueles que detinham o Grande Capital Cafeeiro e os que se ocupavam única e exclusivamente da produção, tal era a Lavoura.[21]

Para tanto, levando-se em conta o papel singular que São Paulo exerceu na economia brasileira e na política federal entre os anos 1889-1930,[22], em razão das opções diferenciadas que se lhe apresentaram no período, é que o presente trabalho elencou como foco de sua análise os

---

[19] SANTOS, N. B. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. In: **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.11-39, 2005.p. 27

[20] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

[21] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.

[22] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

interesses dos grupos políticos provenientes dessa região, considerando-se as dificuldades enfrentadas para o exercício de sua hegemonia e a dinâmica de poder delicada, disso decorrente. Definido em função da problemática adotada, tal seja a análise das conexões existentes entre diretrizes de política externa e interesses de grupo, esse recorte possibilitou-nos aclarar a complexa dinâmica político-social que permeou a condução da política interna e externa brasileira no período estudado.

Considerando-se as diferenças substanciais inerentes aos membros do próprio grupo político-social constitutivo da classe cafeicultora,[23], ao qual o presente trabalho se referiu, a hipótese fundamental que direcionou a condução da análise e da pesquisa consistiu em observar que, longe de ver seus interesses atendidos em sua totalidade, a elite oligárquica ligada ao café nem sempre se viu representada totalmente por seus principais representantes no poder, que algumas vezes adotaram posições contrárias às dos membros do próprio grupo, divergindo vez que outra e negociando quando necessário suas próprias posições, o que colocou abaixo a idéia de que seus interesses teriam sido os únicos a serem hegemonicamente contemplados pelos governos da época.

Nesse caso, embora se tenha concordado com a concepção vigente na historiografia acerca do tema, de que à época retratada na pesquisa a política externa brasileira tenha sido colocada a serviço dos interesses dos grupos hegemônicos que então assumiram a condução do jogo político no Brasil republicano,[24], considerou-se, diferentemente dos demais autores que trabalharam o tema, que o exercício da hegemonia cafeicultora não foi um processo linear e que nem sempre os interesses do grupo puderam ser totalmente atendidos por seus representantes no governo federal, já que os reais interesses da Nação não se limitavam às demandas desses produtores, embora fosse essa a idéia vigente. [25]

A consideração da dinâmica conflitiva existente, no período, no interior dos grupos hegemônicos e no interior do próprio grupo dos cafeicultores no processo de atendimento de seus interesses e também no de implantação de seus principais projetos, resultou na apresentação de São Paulo como um estado fortemente vinculado às altas esferas do poder, porém com sérios conflitos entre seus membros mais expressivos, bem como na relativização da abordagem de que

---

[23] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.
[24] CERVO, A. L. **Inserção Internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 34.
[25] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

com a República a política externa teria se firmado como um harmonioso instrumento para o atendimento de metas e expectativas dos condutores do processo decisório em relações internacionais, isto é, dos oligarcas do café.

A escolha desse objeto de estudo justificou-se, na medida em que permitiu esclarecer e minudenciar os direcionamentos da política externa brasileira ao final do século XIX e início do XX, tanto no que diz respeito às relações do Brasil republicano com os países continentais, quanto no que se refere à contribuição dos grupos políticos (ligados ou não à elite cafeeira) para que as alterações no conjunto das relações internacionais do Brasil se verificassem. A justificativa para sua escolha também se assentou no fato de que esse estudo permitiu averiguar a maneira pela qual a política interna e a política externa interagiram no período considerado.

Para que o trabalho se realizasse arrolou-se como fontes da pesquisa um *corpus documental* que nos permitisse apreender não apenas a movimentação das duas esferas do político, a interna e a externa, mas também nos possibilitasse o mapeamento dos interesses dos grupos analisados e sua repercussão nos assuntos de política externa, do que resultou a escolha de um conjunto de documentos de caráter histórico e diplomático, que abarcou os *Anais do Senado* e *da Câmara dos Deputados*, os *Relatórios* dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e das Relações Exteriores, bem como o jornal *"Correio Paulistano"*, importante periódico paulista propagador dos ideais republicanos e também das questões pertinentes ao cultivo e comércio do café. [26]

Uma vez que a temática central do trabalho passou pela análise das conexões existentes entre mudança de regime político e alteração na diretriz de política externa de um Estado, no caso o Brasil, considerou-se necessária a escolha de um aporte conceitual e metodológico que levasse em conta não somente os aspectos externos inerentes ao cenário internacional, como condicionantes das relações internacionais brasileiras, mas também a própria dinâmica interna do país, do que resultou a utilização das contribuições oferecidas pela escola francesa de relações

---

[26] As fontes aqui referidas podem ser consultadas no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, para o caso do jornal **Correio Paulistano**, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no caso dos **Relatórios do Ministério das Relações Exteriores**, na página da Câmara na Internet (www.camara.gov.br) no caso dos **Anais da Câmara**, na página do Senado Federal (www.senado.gov.br) no caso dos **Anais do Senado** e no seguinte endereço eletrônico (http.//brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html) para o caso dos **Relatórios do Ministério da Fazenda** e dos **Relatórios do Ministério da Agricultura**. Com exceção do **Correio Paulistano** que foi consultado até o ano de 1908 (em virtude da realização da primeira política de valorização do café) todas as demais fontes foram analisadas até o ano de 1912.

internacionais[27] e também das reflexões desenvolvidas por Celso Lafer em torno do conceito de "identidade internacional."[28]

No primeiro aspecto, a proposta de adoção de uma abordagem multicausal, em detrimento de uma explicação monocausal acerca das relações internacionais, permitiu-nos levar em conta tanto os aspectos econômicos e políticos que teriam pesado nas diretrizes de política externa, quanto os fatores culturais e sociais que as teriam determinado no período estudado. Já no segundo aspecto a utilização do conceito acima referido possibilitou-nos trabalhar a questão da continuidade e da mudança na política exterior, na medida em que considerou questões como o legado histórico, o contexto de vizinhança, a inserção internacional assimétrica e a questão do desenvolvimento como vetores de política externa.

A combinação dessas duas metodologias pareceu-nos, portanto, fundamental à análise do caso brasileiro dada a sua especificidade, também por se considerar que as mudanças de política exterior verificaram-se não apenas em função de questões ligadas à mudança de governo e de regime, mas também em virtude de outros fatores vinculados ao perfil agrário do país e ao modelo de inserção internacional adotado. Nessa linha, diferentes aspectos da experiência brasileira foram considerados em nossa análise, tais quais as questões de sua identidade cultural,

---

[27]"Para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços de mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinaram o caráter. O homem de Estado, nas suas decisões ou nos seus projetos, não pode negligenciá-las; sofre-lhes a influência e é obrigado a constatar os limites que elas impõem a sua ação. Todavia, quando ele possui, quer dons intelectuais, quer uma firmeza de caráter, quer um temperamento que o levam a transpor aqueles limites, pode tentar modificar o jogo de semelhantes forças e utilizá-las para seus próprios fins. Está em condições, por via da política econômica, de melhorar o aproveitamento dos recursos naturais, tenta agir sobre as condições demográficas; esforça-se, pela imprensa e pela escola, no sentido de orientar as tendências da mentalidade coletiva; não hesita, às vezes, em tomar iniciativas que provocam, na opinião pública, um ímpeto de paixão. Estudar as relações internacionais sem levar em alta linha de conta concepções pessoais, métodos, relações sentimentais do homem de Estado, é negligenciar um fator importante, às vezes essencial.". In: RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B., **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

[28] "Este ponto de vista pode ter, como é, o caso do Brasil, uma dimensão de continuidade, explicável em função do impacto de certos fatores de persistência da inserção do país na vida internacional. Tais fatores de persistência estão ligados ao que Renouvin e Duroselle qualificam de "forças profundas", que oferecem indispensáveis elementos para explicar, de forma mais abrangente, iniciativas, gestos e decisões governamentais. No caso brasileiro, entre estes fatores cabe destacar o dado geográfico da América do Sul; a escala continental; o relacionamento com os muitos países vizinhos; a unidade linguística; a menor proximidade, desde a Independência em 1822, dos focos de tensão presentes no cenário internacional; o tema da estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento. Estes fatores de persistência contribuem para explicar traços importantes da identidade internacional do Brasil, ou seja, o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial, dos que caracterizam os demais países." In: LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 20.

de sua identidade nacional e as características de sua política interna, conforme propõe Amado Luiz Cervo.

> Identidade nacional, identidade cultural, capacidade de estabelecer consensos internos, grau de racionalidade na gerência das políticas de Estado, existência ou não de projeto nacional, jogo interno conflitivo ou cooperativo dos grupos e das forças sociais, autonomia decisória ou subserviência do homem de Estado, conformismo diante de condicionamentos externos ou vontade nacional são algumas variáveis a serem manipuladas nesse estudo. [29]

Para que essa pesquisa fosse levada a efeito de modo a atingir seus objetivos essenciais, foi necessário estruturar o trabalho em quatro capítulos específicos, mediante os quais as principais temáticas ligadas ao objeto de estudo da presente tese pudessem ser analisadas. Nessa linha a análise das relações entre mudanças de regimes políticos e interesses de grupos hegemônicos, conduziu-nos à necessidade de primeiramente caracterizar os antecedentes históricos da política externa brasileira no período colonial para melhor caracterizá-la no transcurso do Império e na passagem deste para a República, após o que cuidou-se de analisar as peculiaridades da política interna no período em questão com vistas a verificar as relações entre mudanças internas e alterações nas diretrizes externas.

Assim, no primeiro capítulo – *De frente para a Europa e de costas para a América. A política externa brasileira durante a Monarquia*, ocupamo-nos de um modo geral da estruturação das relações do país com o plano exterior, enfocando inicialmente as características do período colonial e dos elementos históricos que antecederam a formação da política externa durante o mesmo, como as relações entre Portugal e Inglaterra, que iriam posteriormente fundamentar a estruturação da tradição europeísta que daria o tom da política externa brasileira no decorrer do regime monárquico, bem como de sua estruturação e consolidação no período subsequente ao 7 de setembro de 1822. [30]

Conseqüentemente, no segundo capítulo da tese – *Da Europa para a América. As alterações na política externa brasileira na passagem da Monarquia para a República,* cuidamos

---

[29] CERVO, A. L. **Inserção Internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 36,37.

[30] Dada a estruturação do trabalho, optou-se por conduzir a análise da política externa brasileira em torno de dois eixos explicativos – o da simetria e o da assimetria – isto é, no eixo das relações brasileiras com países que apresentam diferenciais significativos de poder e no das relações do Brasil com países que apresentam categorias de poder semelhantes. De acordo com: RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

inicialmente de apresentar as mudanças imediatas por que passaram as diretrizes de política externa com a implantação do novo regime, caracterizando inicialmente seu deslocamento do polo de poder europeu para o polo de poder norte-americano, e posteriormente o delineamento de sua principal vertente – o americanismo em detrimento do europeísmo imperial, que foi um traço da República nascente no que diz respeito ao amplo terreno das relações internacionais.

No que diz respeito à análise da política interna, no terceiro capítulo – *A ascensão dos cafeicultores e sua inserção na política interna brasileira*, tratamos essencialmente de caracterizar o avanço da cafeicultura e o processo de formação de novas elites políticas e econômicas ainda no decorrer do Império para depois analisarmos a ascensão e consolidação desses novos grupos sociais no cenário político republicano, do que decorreu uma análise acerca de sua atuação na política doméstica, destacando o conjunto de seus interesses, sua interferência na condução do país e também seu empenho para a concretização dos objetivos atinentes ao seu grupo social. [31]

Já no quarto capítulo – *Os formuladores de política externa, os antecessores do Barão do Rio Branco e os interesses da cafeicultura*, voltamo-nos para uma análise mais detalhada em torno da repercussão que os interesses dos grupos hegemônicos (no caso o dos cafeicultores) tiveram tanto na política interna quanto na política externa brasileira e também para a análise do papel que os formuladores e os condutores desta última desempenharam no tocante ao atendimento das demandas dos grupos sociais predominantes, após o que passou-se a uma análise das relações existentes entre a esfera interior e a esfera exterior de poder.

[31] Razão pela qual, entende-se por elite política o grupo de pessoas que tenham desempenhado funções formais na estrutura de poder do Brasil Império e na República, isto é, no executivo ou no legislativo, bem como os demais grupos sociais que tenham também interferido na condução da política brasileira no período em questão. Para maiores detalhes ver: CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAPÍTULO 1. DE FRENTE PARA A EUROPA E DE COSTAS PARA A AMÉRICA. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE A MONARQUIA.

Como as árvores, antes de florirem e darem fruto, tem as ideias longo período de silencioso e obscuro germinar.(CALÓGERAS, 1989, V.1, p.35).

A América-Hispânica – vista a partir dos olhares brasileiros – é uma "outra" América, ainda que façamos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina. Historicamente, nosso país se aproximou muito mais da Europa e dos Estados Unidos do que dos seus vizinhos. Além disso, as relações do Brasil com os países hispano-americanos foram caracterizadas, em vários momentos, por desconfianças mútuas. (BÁGGIO, 1998, p.10)

1.1. Os antecedentes históricos da política externa brasileira

Ao refletir sobre as singularidades do Império Brasileiro na passagem do século XIX para o XX, o historiador e diplomata pernambucano Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), considerou:

> De começo o Império tinha contado com a simpatia britânica porque a cisão do Reino Unido favorecia os interesses comerciais ingleses, e da Inglaterra se importou o constitucionalismo como sistema de governo; mas a tendência de aproximação política foi mais pronunciada para o lado da América do Norte. Das repúblicas neo-espanholas distanciavam o Brasil antipatias peninsulares herdadas e transplantadas e prevenções filiadas na sua natureza imperial que parecia prenunciar absorções e emulações (...) as duas grandes uniões do novo mundo, a americana e a brasileira, entenderam-se sempre perfeitamente e não houve melhor agente dessa "entente cordiale" do que D. Pedro II. [32]

Longe de exaltarem apenas a cordialidade das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, as reflexões do destacado historiador do Império deixaram à mostra as principais vertentes da política externa brasileira, desde sua constituição no período subsequente à Independência até a queda da Monarquia, quando o Brasil deslocaria o eixo de suas relações exteriores da Europa para a América, prioritariamente da Inglaterra para os Estados Unidos. Gerada historicamente nos anos precedentes à emancipação e consolidada ao longo do século XIX, tanto em função das características do nascente Estado brasileiro, quanto em função da dinâmica do cenário internacional da época, a política externa imperial teve por características essenciais o alinhamento inicial com a Europa, mormente com a Inglaterra, o distanciamento relativo da América Hispânica e a paulatina aproximação com a América do Norte. [33]

Das principais vertentes que conformaram a política externa brasileira durante o regime monárquico pode-se dizer que duas delas – o alinhamento com o Velho Mundo e a atitude reservada em relação aos vizinhos – originaram-se no período colonial, quando se consolidavam as bases sociais, culturais e institucionais do Brasil. Conquanto não se possa falar na existência de política externa, e sim de relações exteriores, para o Brasil colonial, em virtude da total ausência dos elementos essenciais ao seu desenvolvimento, dentre eles, a existência de um Estado

---

[32] LIMA, M. O. O império Brasileiro (1821-1889). Belo Horizonte: Itatiaia, p.154. Apud. MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997, p.204. Aspas do autor.

[33] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

Soberano habilitado a impor sua vontade aos demais Estados presentes no cenário internacional, a longevidade desse período serviria de pano-de-fundo para o delineamento das relações primordiais do país com o exterior.[34]

Desde que passara a integrar as possessões portuguesas no além-mar, ainda no século XVI, e a despertar os interesses europeus, o Brasil aproximou-se da esfera de influência do Velho Mundo, num contexto em que a Europa assistia à constituição da Sociedade dos Estados Soberanos e em que estes amadureciam o modo de praticar as relações internacionais, inicialmente no próprio espaço continental, posteriormente no plano externo. Erguida pelo Congresso de Vestfália, de 1648, esta Sociedade alicerçava-se na defesa das múltiplas independências e na contraposição à emergência de um poder hegemônico central, como tinha sido a dinastia dos Habsburgos, consolidando um todo sistêmico que, embora funcionasse com dificuldades, caracterizaria as relações entre os Estados europeus até o início do século XIX. [35]

Desse período de "experimentação", no qual as relações internacionais dos Estados europeus conformavam, por assim dizer, um movimento pendular, isto é, dentro e fora do continente, resultou não só a expansão mercantilista do século XVI, na qual Portugal foi pioneiro, mas também a conquista da América e a transformação da Europa em clientela asiática. A expansão mercantilista dos anos 1500, mais do que possibilitar a constituição de Impérios extra-continentais, ensejou o estabelecimento de regras e conceitos da experiência europeia, que seriam gradativamente repassados ao restante do mundo. O delineamento de novas rotas, consequente dos mecanismos de expansão, funcionaria como a primeira etapa do encontro europeu com as demais regiões mundiais, encontro esse que se tornaria efetivo somente no século XIX, quando o sistema internacional originado lentamente desde Vestfália, dominaria outras regiões ditando as regras do jogo político. [36]

---

[34] ALMEIDA, P. R. Introdução ao estudo das relações internacionais do Brasil. In: ALMEIDA, P. R. **Relações internacionais e a política externa do Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. P.19-50.

[35] De acordo com as reflexões de Heddley Bull, um sistema internacional, ou sistema de estados, se constitui quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo, ao passo que a sociedade de estados, ou sociedade internacional, se constitui quando um grupo de estados partilha valores, instituições e interesses comuns. In: BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora da UNB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.15 a 19.

[36] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

No processo de expansão europeia, o pioneirismo de Portugal transformou o Brasil em uma das mais importantes colônias da Coroa lusitana, em virtude das características do edifício da colonização. Passados os primeiros anos de contatos inexpressivos e de economia de escambo (1500-1530), Portugal iniciou as tentativas de ocupação das terras brasileiras em princípio experimentando um modelo privado (Capitanias Hereditárias), posteriormente um modelo estatal (Governo Geral), para por fim adotar um modelo híbrido, já que os primeiros haviam falhado. Dos esforços dos anos 1530-1548, resultaram a constituição de uma economia de produção, sustentada na exploração do trabalho escravo, inicialmente do indígena, depois do africano, bem como de uma sociedade hierarquizada, composta por um reduzido número de cidadãos livres e pequenos produtores em contraposição ao grande número de indivíduos escravizados. [37]

Assentado no Pacto Colonial, aqui entendido como o "estabelecimento de vínculos incontornáveis entre as diversas colônias e a metrópole, pelos quais todo e qualquer comércio externo tinha como centro regulador as alfândegas de Lisboa", [38] o domínio português na América limitou as possibilidades de atuação da colônia brasileira, inviabilizando o estabelecimento de relações internacionais autônomas, bem como de uma diplomacia independente. As limitações impostas pela Metrópole à Colônia possibilitavam tão somente o estabelecimento de relações exteriores, que lentamente delineariam o que viria a ser a política externa do Brasil independente, bem como os contornos básicos de seu território, organização social administração política e estrutura econômica.[39]

Desse modo, conduzidas no eixo Metrópole-Colônia, as relações coloniais com o plano externo limitavam-se ao desempenho de funções específicas do comércio português, concentrando-se, sobretudo, no abastecimento metropolitano com produtos coloniais e na recepção de produtos provenientes de Portugal, movimentando, assim, a economia lusitana que se alimentava muito mais no Império que na produção interna, o que contribuía para alçar o Brasil à

---

[37] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

[38] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. 2001. p.66.

[39] Amado Luiz Cervo considera que, embora correspondam a aspectos importantes da convivência entre os povos, os conceitos de diplomacia, política exterior e relações internacionais, comportam graus de abrangência diferentes. Nessa linha, enquanto a primeira pode ser entendida como a ação externa dos governos, expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses, a segunda corresponderia ao elemento fornecedor do conteúdo da diplomacia a partir de uma perspectiva interna quer seja regional, nacional ou universal. Na perspectiva do autor, as relações internacionais compreenderiam um fenômeno muito mais amplo, na medida em que abarcariam tanto a diplomacia e o governo com sua política, quanto a sociedade com suas forças. In: CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.p. 8-12

destacada posição no rol dos interesses reais, permitindo-nos dizer que do século XVI ao XIX, este figurou como a Jóia Cara da Coroa Lusitana. Assim guiadas, as relações brasileiras com o plano externo, consolidaram os vínculos do Brasil com a Europa, bem como seu afastamento em relação às colônias hispano-americanas.[40]

Se de um lado, o tardio descobrimento das minas brasileiras de ouro e de prata, tão expressivas nos domínios espanhóis, retardou o processo de ocupação do território brasileiro, de outro levou os portugueses, a "iniciarem o avanço pelo *hinterland* da América do sul, rompendo a linha de demarcação que o Tratado de Tordesilhas estabelecera", [41] não só gerando conflitos diversos, ora de natureza econômica, ora de natureza geopolítica, que seriam posteriormente absorvidos pelo Brasil imperial, mas também uma dicotomia na postura da Metrópole que sempre iria priorizar as relações coloniais com as regiões que conformavam a Bacia Platina, em detrimento das regiões que constituíam a Bacia Amazônica.[42]

Destituído dos elementos que pudessem transformá-lo em sujeito das Relações Internacionais, em virtude dos sólidos vínculos de dependência que o prendiam à Metrópole, o Brasil, não obstante tivesse se engrandecido no conceito lusitano por conta das questões comerciais, permaneceria até à abertura dos Portos, em 1808, em estrito isolamento político, econômico e social para com o plano exterior, relacionando-se com as demais regiões do cenário mundial mediante a atuação metropolitana. Colocado nesses termos, o edifício do sistema colonial sustentou-se inconteste até o século XVIII, quando o surgimento das doutrinas econômicas liberais, a emergência do Iluminismo, bem como a elaboração de um pensamento crítico em relação ao mercantilismo e ao escravismo, juntamente com o declínio da economia açucareira e mineira, não só questionariam seus principais fundamentos, mas também acabariam por minar sua força e resistência.

Prenunciando mais do que mudanças ideológicas, alterações concretas na forma de exploração das áreas periféricas pelo núcleo do capitalismo, esse período de declínio do antigo sistema colonial corresponderia à emergência da Inglaterra como potência marítima no cenário mundial, que procuraria erguer um novo Império, que pudesse em tudo e por tudo suplantar as

---

[40] CERVO, A. L. De vice-reino à parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A.L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

[41] BANDEIRA, M. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UNB, 1998.p. 21

[42] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.136.

velhas construções ibéricas e à sombra do qual Portugal se conduziria nos anos finais do período colonial.

Com efeito, no âmbito das relações metropolitanas, os anos 1700 corresponderam ao período do estabelecimento de vínculos econômicos e diplomáticos entre as Coroas britânica e portuguesa, corporificados na assinatura do Tratado de Methuen, de 1703, que selou a dependência econômica que se estabeleceria entre as duas Coroas, na medida em que transformaria Lisboa em um entreposto comercial em benefício dos interesses ingleses.[43] Conduzindo-se à sombra da Coroa britânica, que não só lhe assegurava a navegação no Atlântico, mas também a soberania sobre o Brasil, Portugal, não obstante as crises desencadeadas no período, manteve o controle de sua colônia retirando dela proveito até o início do século XIX. [44]

Importa, contudo, notar que a aliança britânico-portuguesa fizera do Brasil região destacada nas estratégias comerciais empreendidas tanto no Atlântico Sul, quanto nas demais possessões lusitanas, na medida em que a crescente demanda de produtos coloniais por parte dos países europeus, especialmente da Inglaterra, que já não contava mais com as colônias americanas, fazia não só crescer a importância da Metrópole como fornecedora de produtos tropicais, mas também a de sua colônia nesse sentido, resultando na aproximação brasileira à área de influência britânica. [45]

A vinculação portuguesa e brasileira aos interesses britânicos, se por um lado respaldava as iniciativas da Coroa Lusitana, por outro a sujeitava aos riscos de conflitos frequentes entre as potências ocidentais pelas disputas de poder, pois tendo como avalista de seus interesses a principal potência da época – a Inglaterra –, Portugal adquiria, por associação inevitável, destaque nas disputas pela hegemonia dos mares, que, desde o final do século XVIII, havia transformado o Atlântico em palco de competições crescentes entre Inglaterra e França. Nessa linha, os opositores ao domínio britânico dos mares, acabavam por fazer oposição a Portugal, pela tradicional aliança entre as duas Coroas, criando impedimentos à concretização de seus próprios interesses, como evidenciou o apoio francês às pretensões espanholas na região platina.

---

[43] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. 2001.

[44] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[45] CERVO, A. L. De vice-reino a parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A. L. ; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

No precário equilíbrio alcançado entre as potências da época, Portugal e Brasil viam-se, assim, periodicamente desafiados pelas repercussões dos conflitos e das disputas de poder, do qual o movimento revolucionário francês seria uma de suas principais expressões. [46] Refletindo a conflituada dinâmica da política internacional no período, a Revolução Francesa acarretaria, com efeito, mudanças estruturais importantes tanto no cenário internacional do final do século XVIII e início do XIX, quanto na estrutura em que se sustentava o Brasil colônia, conformando uma dupla dinâmica em que, de um lado observar-se-ia a constituição de um sistema internacional global e de outro a dissolução lenta dos vínculos entre Portugal e Brasil, que passariam das antigas relações entre Metrópole e Colônia, para as modernas relações bilaterais entre Estados independentes. [47]

Ponto de inflexão importante nas relações internacionais europeias, a ascensão de Napoleão Bonaparte no processo revolucionário francês, fizera o pêndulo das relações internacionais europeias deslocar-se da defesa das múltiplas independências para o ponto alto da hegemonia, já que, contrariando as regras do jogo político, dera início à construção do Império francês às expensas dos demais Estados europeus. [48] A imposição da hegemonia francesa ao restante do continente alcançou também Portugal, repercutindo significativamente na própria vida colonial do Brasil, posto que em face do bloqueio continental e das crescentes pressões francesas pelo rompimento das relações britânico-portuguesas, a Corte Lusitana transferiu-se para o Brasil sob os auspícios da "Rainha dos Mares".

Mais do que decisão fortuita tomada no calor dos acontecimentos que se desenrolavam no plano internacional, a transposição da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, representou a concretização de um projeto antigo, comumente lembrado em momentos difíceis da história portuguesa e que reservaria ao Brasil papel diferenciado no período que se lhe seguiria. Condicionada à salvação do próprio Império português comportava, assim, o arrojado propósito de construção de um Estado moderno na América do Sul, que pudesse não só assegurar a

---

[46] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

[47] CERVO, A. L. De vice-reino a parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A. L. ; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

[48] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J.F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

sobrevivência da própria Coroa, mas também compensar os reveses impostos pela ocupação napoleônica. [49]

Delineado num período de instabilidade política sem precedente na história portuguesa, o projeto de construção de um novo Império materializou-se logo de início na adoção de medidas e implementação de mudanças tendentes a alterar tanto quanto possível o panorama colonial. Nessa linha, não apenas instituições políticas, militares, judiciárias e administrativas foram implantadas com seus conselhos e instâncias supremas, mas também instituições culturais, como escolas régias, colégios, biblioteca, imprensa, entre outras mais, que, no campo dos assuntos internacionais propriamente dito, significariam o pontapé inicial para a constituição da diplomacia econômica brasileira. [50] Verificadas em diferentes domínios, as alterações do período estenderam-se também aos meandros da economia e da política externa, mormente no que dizia respeito ao estabelecimento de relações comerciais com nações europeias e ao delineamento de uma política intervencionista em áreas fronteiriças que integravam os domínios franceses ou espanhóis, tais quais, Caiena e a Banda Oriental do Uruguai.

No primeiro caso, pode-se dizer que a abertura dos portos brasileiros às Nações amigas, bem como a assinatura dos tratados comerciais de 1810, significaram a formalização das relações britânico-brasileiras que até então eram mediadas pela Coroa. Estabelecidas nos termos da política liberal que passava a informar as relações internacionais das potências europeias, resultaram na transferência da situação de dependência lusitana para o Brasil, que passou à condição de virtual protetorado britânico. Não seria demasiado pensar assim se considerarmos que os tratados da época acarretaram, mais do que benefícios compartilhados, prejuízos unilaterais, na medida em que se assentando num modelo de reciprocidade fictícia beneficiaram apenas os países europeus em prejuízo da própria economia brasileira. [51]

Objetivando não só encerrar o ciclo de isolamento em que a Colônia havia vivido até então, mas também transformá-la no palco em que se constituiria a nova monarquia portuguesa, as medidas reais atravancariam o desenvolvimento das forças produtivas do país, aumentando por outro lado os seculares conflitos nas regiões fronteiriças entre os domínios português e espanhol. A necessidade de consolidação do Império Lusitano no Atlântico, bem como a preocupação em

---

[49] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[50] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. 2001

[51] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

se compensar as perdas sofridas faziam, assim, a Coroa Lusitana realizar intervenções no cenário regional objetivando anexações e ampliações dos domínios portugueses das quais deu conta a primeira intervenção na Cisplatina. Nesse sentido, pode-se dizer que os interesses da Corte no Rio de Janeiro começavam a se desprender de Lisboa para se voltarem mais detidamente para o Brasil.

> As perspectivas da política exterior da Corte no Rio de Janeiro modificaram-se com relação à política exterior de Lisboa. Esta fora eliminada como pólo de pressão, emergindo uma política voltada, agora, para o Brasil. Pretendia-se, contudo, dar alguma compensação à má sorte de Portugal. Os objetivos eram, primeiro, o de construir nova e moderna metrópole na América e, segundo, garantir a integridade e independência do território de Portugal. Por essa brecha, precisamente, imiscuiu-se o interesse britânico que deitou a perder a estratégia de crescimento econômico brasileiro [52]

Realizada nos termos da política de poder europeia do início do século XIX, isto é, nos termos da política liberal com que as potências da época procuravam assegurar seus interesses, tais mudanças culminaram na liberação da Colônia de seu antigo *status* político. [53] A criação de comarcas e a nomeação de respectivos juízes, bem como a proliferação de vilas e cidades e a concessão de autonomia para certas capitanias impulsionaram seu desenvolvimento a ponto de o Brasil construir-se, embora lentamente, como Estado Soberano. A aclimatação do arcabouço institucional do Estado português às condições econômicas e sociais brasileiras, bem como sua elevação à condição de Vice-Reino expressava-se, assim, na constituição de um aparelho burocrático e militar capaz de defender seus interesses, bem como de dar conta da dinâmica dos novos tempos. [54]

Positiva para o Brasil, a permanência da Corte revelou-se, contudo, prejudicial a Portugal que desde as ocupações francesa e inglesa vivia um período de retração econômica e descontentamento político. A conjugação desses fatores pesava negativamente sobre a Nação portuguesa, acabando por dividir as opiniões no seio da própria Corte, situando de um lado os que lhe partilhavam das decisões e de outro os que se lhe opunham. Expressando os contrastes existentes entre as partes constitutivas do próprio Reino, as divergências do período quanto ao

---

[52] CERVO, A. L. De vice-reino a parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A.L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.75

[53] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

[54] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

papel que o Brasil deveria desempenhar na história portuguesa, ganhariam novas conotações acentuando-se tanto mais quando com o apoio das principais potências da época D. João VI elevaria o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, num contexto em que a derrota napoleônica impunha mudanças significativas no cenário internacional.

Formalizada pela realização do Congresso de Viena de 1815, a derrota napoleônica, mais do que possibilitar o restabelecimento dos Impérios que as pretensões expansionistas francesas haviam destruído, ensejou a reformulação do antigo Sistema de Estados, que passou desde então a ser administrado pelo chamado Concerto Europeu – um centro hegemônico de controle político, no qual a Inglaterra, secundada pela França, pela Áustria e Prússia e também pela Rússia, exerceriam coletivamente o poder.[55]

Essa nova estrutura de poder conformada pelas hegemonias coletivas das principais potências europeias, serviria de pano-de-fundo para o delineamento de uma economia mundial calcada no liberalismo econômico e também para a legitimação das pretensões lusitanas em relação ao Brasil. Na necessidade de construir novos eixos de relacionamento, que não somente o inglês, e de ampliar as redes de alianças com as congêneres europeias, Portugal procuraria respaldo no Concerto Europeu para finalizar, pelo menos no aspecto formal, a situação de Colônia na qual o Brasil havia permanecido por largo período.[56]

Realizada com o apoio do Concerto Europeu, a elevação do Brasil à posição diferenciada no conjunto das possessões portuguesas, se por um lado conferiu maior autonomia ao Brasil reconhecendo-o formalmente como Estado Soberano, por outro acirrou as disputas e os embates que desde algum tempo já se verificavam no seio da própria Corte. Desagradados em suas pretensões os portugueses passaram a exigir, mediante o desenvolvimento de conspirações e movimentos revolucionários de cunho liberal, o regresso do Rei, então verificado em julho de 1821. O retorno do Rei a Portugal, longe de finalizar as divergências existentes no seio da própria Corte, aumentou-as ainda mais, posto que as Cortes Revolucionárias Lusitanas não apenas lhe cassaram os poderes, bem como estabeleceram medidas legais que objetivavam em tudo e por tudo atrofiar a relativa autonomia alcançada pelo Brasil durante os anos 1808-1821. [57]

---

[55] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

[56] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.185

[57] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

Pelas deliberações da Constituição Portuguesa ficava o Brasil remetido a posição inferior à que ele passara a desfrutar, devendo ser governado, na ausência de D. João VI, por uma regência coletiva, composta de cinco membros e três secretários nomeados pelo Rei, cujos limitados poderes não lhe facultavam apresentar nomes para os bispados ou prover altos cargos judiciários, militares ou diplomáticos, tampouco fazer tratados, declarar guerra ou fazer a paz. Estas medidas inviabilizavam a autonomia do governo brasileiro desfazendo a unidade política do país e ao mesmo tempo conformando um jogo de forças no qual a fissura no centro do poder do Reino Unido, desdobrar-se-ia no rompimento político entre as partes que o constituíam.

As imposições políticas das Cortes de Lisboa sem sequer considerar as reais condições em que o país se achava representavam, por certo, erro de cálculo estratégico, que teria como resultado direto o rompimento formal entre Portugal e Brasil, na medida em que as repercussões das iniciativas portuguesas no Brasil fariam de algum modo emergir, mais do que o sentimento de revolta, o de nacionalidade, gerando posturas contrárias tomadas de comum acordo por D. Pedro I e por José Bonifácio. Funcionando como verdadeiro contrapeso político às deliberações de Lisboa, a postura brasileira de não cumprir as imposições que chegavam ao país resultaram na criação de novos decretos e de instrumentos próprios de governo, bem como na proclamação da Independência aos 07 de setembro de 1822. [58]

Verificado inicialmente no plano político jurídico o rompimento entre brasileiros e portugueses não foi aceito de modo pacífico. Pelo contrário, gerou reações dos segundos, mormente no que dizia respeito ao estabelecimento de planos militares de reconquista, que remeteriam o movimento da independência a um outro aspecto – o militar .[59] Ancorados nas tentativas de separação do norte do país, em virtude da destacada posição que o general Madeira ocupava na Bahia e na hesitação das lideranças provinciais do norte e nordeste em aderir ao movimento de independência comandado pelo Rio de Janeiro, desencadearam a guerra de independência, então configurada como ponto alto do rompimento entre Portugal e Brasil.

O país que durante muito tempo se sujeitara às imposições lusitanas voltava-se, assim, para sua antiga Metrópole recusando-se a abrir mão das concessões alcançadas sob os auspícios de D. João VI, bem como se levantando em defesa de seus próprios interesses, dentre eles o de

---

[58] CERVO, A. L. De vice-reino a parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A.L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

[59] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

despontar no cenário internacional como um novo ator político, o que efetivamente ocorreria quando os conflitos militares se encerrassem no plano interno e quando a diplomacia imperial obtivesse o reconhecimento da independência no plano externo. A acirrada defesa de seus interesses não só afastaria definitivamente a ingerência portuguesa nos assuntos nacionais, mas também resultaria na consolidação da soberania, na união das províncias, na substituição da administração colonial pela brasileira e no confisco de propriedades portuguesas, nutrindo o embrião do governo nacional e respaldando o trabalho da Assembleia Constituinte e Legislativa.

O rompimento dos últimos vínculos entre Portugal e Brasil, tornou o diálogo entre ambos, difícil, quase impossível, não só pela ausência de relações formais entre eles, mas também pelos ressentimentos mútuos que passaram a pairar de lado a lado. Desde então, as dificuldades de entendimento entre ambos em reconhecer a independência, acabariam por remetê-los à mediação britânica. [60] Predominante na hierarquia do Sistema Internacional Europeu, em virtude de um conjunto de significativos fatores, dentre os quais poderíamos contar sua condição de potência econômica e naval insulada e um tanto quanto distante dos conflitos que periodicamente acometiam os demais Estados, a Inglaterra se aproveitaria da ocasião para fazer valer seus próprios interesses, servindo-se da falta de visão dos negociadores brasileiros e portugueses para auferir lucros econômicos e efetivar a dominação política.

A imposição da chamada *Pax Britânica*, aqui entendida como uma influência difusa e singular voltada para a abertura de mercados internos e para promoção de políticas econômicas liberais que pudessem impulsionar sua própria economia,[61] permaneceria incontestável até o final do século, quando a ascensão do Império Alemão no continente europeu viria, no plano interno, promover modificações importantes na hierarquia de poder das potências predominantes no sistema internacional, ao passo que no plano externo, a emergência dos Estados Unidos como novo polo de poder, viria funcionar como efetivo papel de contrapeso à influência britânica no continente americano. [62]

---

[60] CERVO, A. L. As primeiras missões de lado a lado e o reconhecimento da independência. In: CERVO, A. L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

[61] WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Clássicos IPRI, 7).

[62] DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

Mediante a atuação britânica o processo de independência chegava, assim, a sua etapa final – a diplomática, na esteira da qual as diretrizes constitutivas da política externa brasileira, esboçadas gradativamente ao longo do período colonial, tais quais o alinhamento com a Europa e a reservada atitude em relação aos vizinhos hispano-americanos, seriam, então, consolidadas, caracterizando, assim, a vida do Brasil independente, como bem tinha notado Manuel de Oliveira Lima. [63]

1.2. Independência, Soberania e Política Externa. O Primeiro Reinado.

Período de mudanças significativas no cenário mundial, o século XIX caracterizou-se não apenas pelo delineamento de um sistema internacional essencialmente europeu, em cujo cerne a economia industrial e o mercado mundial se consolidavam, mas também pela quebra dos monopólios coloniais e o consequente enfraquecimento das antigas potências ibéricas. Aspecto importante do processo de expansão do sistema internacional europeu, a independência dos países americanos se por um lado correspondeu à autonomia das antigas colônias ibéricas e ao consequente momento de integração da América Latina à economia capitalista, por outro significou a transformação do continente em campo de disputas internacionais.[64]

Percebidas inicialmente como regiões profundamente dependentes das deliberações metropolitanas, as Nações que emergiam do processo emancipador latino-americano, passavam a ser vistas pelos países membros do Concerto Europeu como áreas potencialmente destinadas a fazerem parte da área de influência europeia determinando, assim, a adoção de medidas, por parte deste, tendentes a assegurar a inserção da América Latina ao Sistema Internacional Europeu. Nessa linha, pode-se dizer que aquela se submeteu à influência europeia mediante a assinatura de tratados comerciais de cunho liberal que seriam de algum modo prejudiciais ao seu próprio desenvolvimento. Num contexto em que os Estados-membros do Concerto Europeu agiam com vistas a atender seus próprios objetivos, os Estados menores, destituídos de elementos com que

---

[63] CERVO, A. L. De vice-reino a parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A. L. ; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

[64] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

fazer valer seus próprios interesses, deles se aproximavam submetendo-se à sua influência praticamente sem barganhas.

Com o Brasil não seria diferente. No bojo das mudanças do período a emancipação brasileira da tutela portuguesa teria por característica essencial a aproximação com a Europa, ao tempo em que o Brasil despontaria no cenário internacional como um ator político interessado em assegurar para si um "lugar ao sol" no cenário mundial da época, não sendo de admirar tal fato se considerarmos que no processo das relações internacionais os Estados em desenvolvimento geralmente priorizam seu relacionamento com os países centrais no sistema capitalista, mormente com a potência hegemônica.[65]

Realizada no seio da reestruturação do Sistema Internacional Europeu do pós Congresso de Viena, a independência brasileira não foi decisão fortuita, abruptamente encetada pelas elites políticas, mas sim o ponto alto de um processo que, começado, de certa forma, em 1808, abarcou tanto causas remotas, quanto imediatas, tais quais a dissolução paulatina do antigo sistema colonial, a eclosão de movimentos revolucionários e a emergência dos ideais liberais, que em seu término assumiria, conforme se viu, um caráter multidimensional verificado no âmbito político, militar e diplomático. [66] Prenunciada no início do século, quando a transposição da Corte Lusitana para o Rio de Janeiro introduzira mudanças concretas na vida colonial, completou-se no início dos anos 1820, por conta do acirramento das posições entre portugueses e brasileiros, que conferiu ao movimento da independência uma dupla dinâmica, na qual as contribuições para a emancipação vieram de lado a lado.

Consumada aos 07 de setembro de 1822, no rol das batalhas legislativas entre Portugal e Brasil, a independência brasileira pautou-se pelo conservadorismo, com a manutenção da unidade nacional e do antigo projeto português de constituição de "um império aristocrático e escravista nos trópicos" [67] Contrariamente ao que acontecia nas colônias hispano-americanas, que se fragmentavam em inúmeras repúblicas, o Brasil se achava de algum modo mais amadurecido como Estado, possuindo, por assim dizer, um aparelho burocrático e militar capaz de defender e mesmo de impor tanto interna quanto externamente a vontade social de suas classes dominantes e

---

[65] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

[66] CERVO, A. L. As primeiras missões de lado a lado e o reconhecimento da independência. In: CERVO, A.L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

[67] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

apresentando a mesma contextura institucional lusitana, a saber, "o dogma da soberania una e indivisível, a hierarquia, as leis civis, os métodos administrativos, o estilo político, o instrumental bélico e diplomático, com a experiência internacional e o vezo de potência". [68]

O notável traço de continuidade em relação a Portugal não apenas distinguia a independência brasileira da emancipação das colônias hispano-americanas, mas também singularizava o processo de construção de uma identidade internacional, que se contrapunha às demais identidades dos países latino-americanos, assentando-se na integridade territorial e na estabilidade da Monarquia.[69] Não obstante, pode-se dizer que a independência do Brasil não resultou de imediato na conquista da soberania pelos brasileiros. Esta seria construída, mediante a adoção de diretrizes de política interna e de política externa que pudessem de algum modo respaldá-la.[70]

Internamente, a soberania nacional efetivar-se-ia com a contenção dos movimentos revolucionários que eclodiram em território nacional, com a manutenção da integridade territorial e a consolidação das instituições monárquicas, ao passo que externamente concretizar-se-ia com a obtenção do reconhecimento da independência por parte das principais potências da época, mediante o delineamento do que Amado Luiz Cervo chamou com muita propriedade de "diplomacia do reconhecimento". [71]

Delineada nos primeiros tempos do Brasil independente, a partir das negociações entre Portugal e Brasil, que resultaram na assinatura do Tratado de Paz e Aliança, de 29 de agosto de 1825, a "diplomacia do reconhecimento" consistiu na oferta, por parte do governo brasileiro, aos países europeus e aos Estados Unidos, de favores comerciais e vantagens econômicas em troca da obtenção do reconhecimento do Império, com que este pretendia não só concretizar o processo de emancipação, mas também garantir margem de manobra para si mesmo num cenário

---

[68] BANDEIRA, M. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UNB, 1998.

[69] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.32-33.

[70] De acordo com as reflexões de Heddley Bull, "O ponto de partida das relações internacionais é a existência de *estados*, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana. De um lado, os estados têm, com relação a esse território e a essa população, o que poderíamos chamar de "soberania interna", ou seja, a supremacia sobre as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população, de outro, detém o que se poderia chamar "soberania externa", que consiste não na supremacia, mas na independência com respeito às autoridades externas." In: BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora da UNB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.13.

[71] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

pesadamente marcado pelas competições capitalistas. Realizada mediante a adoção de políticas econômico-liberais e praticamente sem barganhas, inaugurou o chamado "sistema de tratados"[72], com que o governo brasileiro sujeitou os interesses da nação às potências estrangeiras acarretando prejuízos ao seu próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo engendrando um esquema de inserção dependente do qual dificilmente lograria sair.

Definido pelos países membros do Concerto Europeu, o modelo de relações internacionais vigente no período pautava-se pela abertura dos mercados periféricos aos manufaturados europeus, sem uma contrapartida que pudesse beneficiar os primeiros. A diferenciação das funções desempenhadas pelo centro e pela periferia do capitalismo, mais do que gerar uma relação de complementaridade no âmbito da divisão internacional do trabalho atravancava o desenvolvimento dos países periféricos, servindo de pano-de-fundo para a inserção brasileira ao sistema internacional da época. Favorecida por uma limitada leitura do interesse nacional voltada ao atendimento dos interesses dos grupos hegemônicos, tais quais plantadores e exportadores dos produtos primários como o açúcar e o café, a inserção brasileira ao sistema capitalista não teria, desse modo, o resultado esperado. [73]

Limitado pelas estipulações dos tratados da época à condição de fornecedor de produtos primários, o Brasil despontaria no cenário internacional do século XIX como um ator político pouco afirmativo, muito mais preocupado em atender aos interesses externos que aos próprios interesses, situação essa que só seria modificada em meados do século, quando em virtude da oposição política desenvolvida pelo Parlamento, bem como de mudanças institucionais significativas, o "sistema de tratados" seria destruído possibilitando ao Brasil conduzir-se, no tocante às relações internacionais, em termos diferentes daqueles adotados ao longo do Primeiro Reinado. [74]

Assim alcançada, a Soberania brasileira fez-se acompanhar da elaboração de uma identidade internacional específica, posto que distinta das engendradas pelos demais Estados presentes no cenário continental, na qual o Brasil se colocava como um legítimo herdeiro da cultura europeia, portanto como uma Monarquia essencialmente vinculada ao Concerto Europeu.

---

[72] No roteiro do tratado estabelecido entre Brasil e Portugal, o Império contemplou também a França, a Inglaterra, a Áustria, a Prússia, as Cidades Hanseáticas, os Estados Unidos, a Dinamarca, os Países Baixos e a Bélgica, equalizando mediante decisões parlamentares as tarifas de importação nos moldes da política liberal.

[73] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.p.69.

[74] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

Nessa linha, a redefinição, no plano continental, do legado lusitano, isto é, da especificidade linguística, cultural e sociológica que haviam caracterizado historicamente Portugal, legitimava a ideia de que ser brasileiro era antes de tudo ser "não hispânico". [75] O estabelecimento de distinções entre o Império e seus vizinhos, então vistos como regiões turbulentas, pouco propícias à garantia das liberdades públicas e hostis ao Brasil como nação e Monarquia, deixava à mostra o caráter eurocêntrico do olhar brasileiro. [76]

> A América-Hispânica – vista a partir dos olhares brasileiros – é uma "outra" América, ainda que façamos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina. Historicamente, nosso país se aproximou muito mais da Europa e dos Estados Unidos do que dos seus vizinhos. Além disso, as relações do Brasil com os países hispano-americanos foram caracterizadas, em vários momentos, por desconfianças mútuas. [77]

Sobrevivendo, assim, não só no regime político que conformava o Estado Brasileiro, mas também nas percepções do "outro", que colocavam em melhor conta as nações europeias e os Estados Unidos, então percebidos como símbolos de conduta e civilização, o legado europeu seria determinante para o delineamento da política externa brasileira, pesando consideravelmente no tipo de relacionamento que o Brasil independente manteria com os países continentais e não continentais. Com efeito, desempenhando papel primordial na construção da soberania nacional, mormente no que dizia respeito à obtenção do reconhecimento do Império como ator político independente destinado a figurar entre os demais atores presentes no cenário mundial, a política externa brasileira priorizaria as relações com a Europa em detrimento das relações com a América, não obstante tivesse em princípio oscilado entre o eixo europeu e o americano. [78]

---

[75] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.32-33.

[76] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[77] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).p.10

[78] No presente trabalho, a análise da política externa brasileira será conduzida em torno de dois eixos explicativos – o da simetria e o da assimetria – isto é, no eixo das relações brasileiras com países que apresentam diferenciais significativos de poder e no das relações do Brasil com países que apresentam categorias de poder semelhantes. Proposto por Rubens Ricupero, esse modelo analítico parece-nos particularmente interessante para pensar ora as relações do Brasil com a Europa e com a América Latina, ora as relações brasileiras com os Estados Unidos e o restante do continente. Para maiores detalhes ver RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

A necessidade de defender sua própria independência, bem como de assegurar o reconhecimento da soberania imperial, levou o Brasil a olhar tanto para os países europeus quanto para os países americanos, com os quais procurou não só estabelecer relações bilaterais, mas também desenvolver uma política de cooperação e entendimento. Ao tempo em que procurava assegurar para si mesmo a obtenção de seu reconhecimento, o Império brasileiro dirigia-se também à Argentina, Santa Fé, Entre Rios, Paraguai, Chile e Estados Unidos, enviando as Missões Correia da Câmara e Silvestre Rebelo, com a proposta de elaboração de uma aliança ofensiva e defensiva contra os planos de reconquista europeus, que, no entanto, não alcançou os resultados esperados em virtude da recusa dos demais países em se unir ao Brasil. [79]

Concebidas a partir de necessidades imediatas, as iniciativas brasileiras de "integração" com os países continentais, refletiam de algum modo movimentos semelhantes que agitavam, então, a vida política e em menor escala as relações interamericanas, dos quais o bolivarianismo e o monroísmo foram as principais expressões. Ideário prático e preciso, assentado, assim como os demais, no sentimento de unidade continental e na consciência do compartilhamento de instituições liberais, o americanismo brasileiro, não frutificou, permanecendo num segundo plano até meados do século XIX, quando a reação parlamentar ao sistema de vinculações europeias do "sistema de tratados" viria retomá-lo. O fracasso do americanismo do período subsequente à independência limitaria a ação brasileira no âmbito regional à administração das pendências herdadas do período colonial, bem como ao desenvolvimento de políticas próprias para as bacias platina e amazônica. [80]

Assim inaugurada, a política externa brasileira consolidou tendências seculares, cujos antecedentes históricos remontavam aos anos precedentes à emancipação – de um lado a especial importância conferida às relações bilaterais com os países europeus, de outro, a manutenção do clima de prevenções e de reservas mútuas para com os países hispano-americanos. Frutos não só da herança portuguesa e da identificação política em torno do regime político adotado por brasileiros e por europeus tal era o regime monárquico, mas também das características do próprio Estado nacional, as diretrizes de política externa tornaram-na pouco afirmativa, posto que muito dependente do que à época ocorria no cenário internacional. As estipulações dos tratados

---

[79] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

[80] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

comerciais restringiam sua margem de atuação limitando-a ao cumprimento de cláusulas que em todos os sentidos priorizavam os interesses estrangeiros em prejuízo dos nacionais.

No rol das relações europeias, ocuparam "lugar de honra" as relações com a Inglaterra, para quem a reestruturação do sistema internacional europeu, conforme se viu, havia reservado especial papel nos circuitos do Atlântico e no próprio continente americano. Iniciadas com mediação metropolitana, no período colonial, as relações britânico-brasileiras receberam renovado impulso no transcurso do século XVIII para o XIX, em função dos Tratados comerciais de 1808, que tanto selaram a dependência entre Brasil e Inglaterra, quanto representaram o início de relações exteriores de cunho propriamente brasileiro. Transição diplomática importante para a Colônia, que então se abriu ao relacionamento com as chamadas "nações amigas", o estabelecimento de vínculos diretos entre Brasil e Inglaterra evoluiria ao longo do século XIX, tanto em função da interferência britânica no processo de obtenção do reconhecimento da independência, quanto em função dos tratados comerciais do período subsequente ao 07 de setembro de 1822. [81]

No contexto em que se esfacelavam os últimos vínculos entre Portugal e Brasil e as dificuldades de entendimento entre ambos se tornavam crescentes, a potência hegemônica assumiu o controle do processo de reconhecimento da independência penetrando no Estado brasileiro inicialmente na esfera política, posteriormente da dominação e dependência econômica e social. Mantendo objetivos semelhantes aos do início do século, tais quais, o de favorecer seu comércio, mediante a reciprocidade fictícia, as facilidades e privilégios para seus súditos, bem como a extinção do tráfico de escravos, retirou proveito da "benevolência" brasileira – primeiro conseguindo a prorrogação dos tratados de 1810 até que novos tratados fossem concluídos, posteriormente assegurando que os produtos ingleses pagassem menos direitos que os das demais nações. [82]

Prioritárias na pauta das relações exteriores do Brasil e conduzidas no eixo das relações assimétricas, dadas as diferenças significativas de recursos de poder de lado a lado, as relações entre Brasil e Inglaterra seguiriam, contudo, um percurso acidentado, marcado não poucas vezes por conflitos em torno da crucial questão da abolição do tráfico de escravos, transformada em

---

[81] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.188.

[82] CERVO, A. L. As primeiras missões de lado a lado e o reconhecimento da independência. In: CERVO, A.L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

diretriz de política externa britânica desde as guerras napoleônicas. No roteiro das iniciativas para a supressão do tráfico de escravos, as relações entre Brasil e Inglaterra inicialmente marcadas pelas tentativas de cooperação dos anos 1822-1845, passariam por fases de rupturas e conflitos pautadas pela ação unilateral empreendida ora por britânicos, ora por brasileiros.

Sustentado pela instituição escravista, na qual se enraizava a economia brasileira e a classe senhorial, o Império, não obstante houvesse se comprometido a cooperar com a Inglaterra para a gradual supressão do tráfico negreiro, atuaria em sentido inverso do esperado, comportando-se como protetor das oligarquias brasileiras, bem como protelando tanto quanto possível a abolição, do que adviriam, a longo prazo, dificuldades no relacionamento com a Inglaterra.

Diretriz importante para a política externa britânica e base em que se sustentava o Império brasileiro, o comércio escravista respondeu ainda pelo delineamento de outra importante frente de atuação da política externa brasileira no período que foi o estreitamento das relações entre o Império e as colônias portuguesas na África que, embora conduzidas no eixo das relações periféricas, envolviam não só questões ligadas ao comércio bilateral crescente, mas também à existência de vínculos culturais, sociais e humanos. [83]. Questão central no âmbito das relações bilaterais entre Brasil e Inglaterra e também no das relações entre Brasil e África,[84], o comércio de escravos funcionaria como polo de pressão a partir do qual se dissolveria ao longo do Segundo Reinado um espaço geopolítico de relações estabelecido no Atlântico Sul e polarizado pelo Império Luso Brasileiro.

No eixo das relações simétricas empreendidas pelo Brasil imperial no período em questão destacaram-se duas importantes frentes de atuação a partir das quais a política externa brasileira no contexto regional se conduziria – as regiões que conformavam as Bacias Hidrográficas Platina e Amazônica. Num cenário claramente marcado pela precária integração das unidades políticas recentemente estruturadas, pela inexistência de uma potência propriamente americana, bem como pelo caráter fortemente regionalizado das relações externas, o Brasil adotava posturas diferentes

---

[83] Até a ruptura dos laços negreiros entre o Brasil e a África portuguesa, em 1850, o país relacionava-se especialmente com uma parte da África Central Atlântica que durante vários séculos era a única fonte de braços para os trabalhos na América. De acordo com MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997. P. 120

[84] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

em relação às diversas regiões do seu entorno geográfico, em função de questões políticas, econômicas e sociais.

Desse modo, se no eixo das relações assimétricas a Inglaterra ocupou papel predominante, no seu reverso, isto é, no eixo das relações simétricas o grande destaque foi a Argentina. Nem sempre pacíficas as relações bilaterais brasileiro-argentinas conduziram-se em função da administração das seculares disputas pelo domínio do estuário platino, motivando entrechoques recorrentes dos quais a Guerra Cisplatina (1825-1828) foi uma das principais expressões.

Desde o período colonial, Portugal optara pelo domínio das vias navegáveis, com o fito não apenas de encontrar as tão sonhadas minas auríferas, abundantes nas possessões espanholas, mas também de controlar o contrabando e o comércio regionais. Incorporados pela Corte Lusitana ao projeto de construção de uma monarquia portuguesa na América, tais objetivos, somados aos sonhos de incorporação de Buenos Aires e Montevidéu aos domínios brasileiros, subsistiram após a própria independência, culminando na incorporação da Província da Cisplatina ao Império brasileiro. Distanciando-se do seu leito de origem, associou-se ao problema de construção do Estado brasileiro, estendendo-se até 1828, quando com o auxílio britânico seria solucionado não sem antes garantir ao Uruguai sua independência. [85]

Nucleares para a política externa brasileira, as relações entre Brasil e Argentina estabelecidas no segmento sul do continente colocaram, ainda, na pauta dos interesses brasileiros outro ator estratégico nos cálculos da política platina – o Paraguai – com o qual o Brasil se relacionaria no período, embora de modo periférico, por conta do comércio no porto de Itaporã. Ditadas por interesses estratégicos concretos no quadro do sistema regional, as relações entre Brasil e Paraguai ganhariam novas conotações no ocaso do Império em função da ocorrência da Guerra do Paraguai.

Atentando, pois, mais para as relações com os países europeus, aos quais se achava formalmente vinculado, e para as relações com os países platinos, com os quais precisava não só solucionar pendências, mas também resolver conflitos, o Brasil adotou reservada atitude em relação às tentativas de cooperação regional empreendidas por Simon Bolívar, contribuindo para isso o clima de prevenções e de reservas de lado a lado e as diferenças substanciais quanto aos

---

[85] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

regimes políticos adotados. [86] Nesse sentido, no rol dos interesses nacionais, os demais países continentais desfrutaram de lugar secundário nos assuntos de política externa brasileira. Passadas as boas disposições recíprocas dos primeiros tempos da independência dos contatos com a Grã-Colômbia, o Peru e o Chile, o Brasil retraiu-se na área conduzindo, desde então suas relações com os demais países continentais nos moldes de um "diálogo intermitente", isto é, ora com avanços, ora com recuos. [87]

Dual na parte sul do continente, a política externa brasileira contemplou, ainda, no extremo oposto continental, as relações bilaterais com os Estados Unidos, não só importantes parceiros comerciais, mas também os primeiros a reconhecerem a independência brasileira. Iniciadas no contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil, as relações entre Brasil e Estados Unidos assentavam-se no comércio escravista empreendido pelos norte-americanos nas regiões africanas e nas Índias Ocidentais. Apoiados numa significativa marinha mercante, os comerciantes norte-americanos esforçavam-se por implantar um sistema mais flexível de comércio e navegação, procurando participar de maneira mais efetiva no transporte de mercadorias de seus vizinhos que ainda não dispunham de meios próprios para fazê-lo. O comércio bilateral crescente contribuía, assim, para o estreitamento nas relações, que, de secundárias, passariam a primeiro plano na transição do Império para a República.[88]

Conduzidas em torno de duas "áreas de pressão" específicas, a britânica e a platina, e no espaço das relações periféricas, então circunscritas às relações com as regiões africanas, com o Paraguai e os Estados Unidos, as diretrizes de política externa do Primeiro Reinado consolidaram uma política de submissão e não de afirmação nacional, já que a autonomia no processo decisório em política externa fizera-se acompanhar de pesados deveres para com os países europeus limitando a margem de manobra brasileira no cenário internacional. O respeito às regras do jogo político, isto é, ao cumprimento das estipulações das cláusulas contratuais dos tratados dos anos 1825-1828, limitaram-na, em outras palavras, à administração da própria situação de dependência, bloqueando assim suas iniciativas de política externa.

---

[86] SANTOS, L.C.V.G. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

[87] SANTOS, L.C.V.G. **O Império e as repúblicas do pacífico**: relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia - 1822-1889. Curitiba: UFPR, 2002.

[88] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

O imobilismo das iniciativas externas fazia-se, contudo, acompanhar de reações lentas que, a longo prazo, promoveriam a revisão das diretrizes adotadas pelo Brasil Imperial, dentre as quais destacavam-se a oposição realizada pelos representantes parlamentares ao "sistema de tratados" dos anos 1825-1828, então considerado profundamente prejudicial ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

> Por um lado, a política externa se movia no respeito às regras do jogo e nesse sentido era predeterminada, não autônoma, bloqueada em termos de imaginação, de inovação, de ações positivas; administrava-se a dependência, sob a vigilância externa, já que foi a política externa o meio pelo qual se enquadrou a nação dessa forma no sistema internacional. Por outro, o período é caracterizado por uma reação lenta, vigorosa ao nível do discurso crítico, e de parcos resultados concretos, porque estreita era a margem de ação possível; esta linha, entretanto, era segura, continuada e preparava a fase de autonomia da política externa, que iria se inaugurar em 1844 [89]

Realizada no plano do discurso crítico de alguns parlamentares, mormente os que militavam na Câmara dos Deputados, a oposição ao edifício em que se estruturou a política externa imperial não alcançou os resultados esperados. A estrutura política altamente centralizada do Primeiro Reinado alijava do processo decisório em política externa os grupos que pudessem de algum modo contrabalançar as decisões do governo imperial, impedindo mudanças substanciais que pudessem torná-la, de algum modo, mais autônoma.[90] Assim estabelecida, a política externa se limitava à administração da dependência, mediante o cumprimento às regras do jogo político. Tal quadro só seria efetivamente modificado após os anos 1840, em virtude da própria dinâmica interna do país, que promoveria mudanças institucionais significativas no bojo das quais o Brasil ultrapassaria o papel de mero cumpridor de compromissos anteriormente assumidos para o de defensor de seus próprios interesses.

1.3. Da submissão à afirmação. A política externa brasileira no Segundo Reinado.

---

[89] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1899). In: BUENO, C. ; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992. p.47

[90] CERVO, A. L. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)** Brasília, DF: UNB, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 21).

Utilizada comumente pelo Brasil imperial como importante instrumento de elaboração de uma identidade internacional específica,[91] bem como de inserção ao sistema capitalista do século XIX, a política externa brasileira cedo se definiu como uma política submissa, voltada mais para o atendimento de objetivos externos que de metas nacionais. Consolidada num período importante da história brasileira, em que os antigos vínculos entre Portugal e Brasil se diluíam sob um contexto político adverso e em que o Império emergia como o grande produto desses novos tempos, sustentou-se não apenas na experiência diplomática adquirida pela Corte do Rio de Janeiro desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, mas também nas mudanças institucionais implementadas pelos novos representantes políticos. [92]

Mais do que uma inovação, as diretrizes de política externa adotadas pelo Brasil Imperial, representaram a continuidade do que vinha sendo realizado pela Regência de D. Pedro I no período anterior à Proclamação da Independência. Esta, no auge do rompimento entre Portugal e Brasil, procurou conduzir suas relações exteriores, nomeando os primeiros representantes diplomáticos exclusivamente brasileiros, bem como os enviando às principais potências da época com a disposição de estabelecer relações bilaterais com as mesmas e também obter o reconhecimento da Independência, que se revelava irreversível. Registradas no Manifesto aos governos e nações amigas, de 06 de agosto de 1822, as disposições brasileiras sobreviveram posteriormente nas decisões do governo imperial. [93]

Elementos importantes para a consolidação das diretrizes de política externa, a experiência e o conhecimento do sistema internacional acumulados no período anterior à Independência, somada às condições de organização do Estado, pesariam significativamente sobre o processo decisório nos assuntos internacionais. Com efeito, a necessidade de construção do Estado brasileiro, como resposta imediata aos sonhos de restauração europeus, bem como à fragmentação do republicanismo, originou uma estrutura política em cujo centro figurava o imperador, subordinando e integrando as instâncias inferiores de poder, o que acabou por consagrar a supremacia do Executivo sobre as esferas regionais e locais. Realizada nos termos da

---

[91] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

[92] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

[93] CERVO, A. L. As primeiras missões de lado a lado e o reconhecimento da independência. In: CERVO, A.L.; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

constituição de 1824, a centralização política e administrativa brasileira, repercutiu também no terreno das relações exteriores. [94]

De acordo com as deliberações do próprio Imperador, ao Executivo cabia nomear embaixadores, dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras, fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, que só seriam levados ao conhecimento do Parlamento quando concluídos.[95] A definição das atribuições do Poder Executivo quanto às relações internacionais reservara, assim, ao Legislativo uma parcela restrita de responsabilidade nesse terreno, criando uma estrutura de poder na qual a política externa brasileira consolidar-se-ia na mesma linha de atuação lusitana, não só absorvendo passivamente as alianças internacionais que se desenhavam no continente europeu, mas também os conflitos políticos e jurídicos existentes entre Portugal e Espanha pelo domínio de territórios no contexto regional. [96]

Acompanhando a dinâmica de constituição do próprio Estado Nacional a política externa brasileira era, desse modo, afetada por tudo quanto ocorria nas esferas estatais, estabilizando-se ou modificando-se de acordo com as circunstâncias. Num contexto, em que a Monarquia brasileira se firmava como legítima herdeira de Portugal, D. Pedro a consolidava na linha de atuação desenvolvida por seu pai, aproximando o país muito mais da Europa que da América, conformando um quadro que só começaria a ser modificado com sua abdicação ao trono no início de 1831. Efetivamente, se as primeiras décadas do século corresponderam à emergência do Império brasileiro como um novo ator no cenário político mundial, seu final compreendeu o momento em que este se viu contestado em seus principais fundamentos.

O estilo de governo implantado pelo herdeiro do trono lusitano, caracterizado pelo autoritarismo e respaldado pela centralização política, se serviu à consolidação da soberania nacional, serviu também à perda do prestígio que este então desfrutava, gerando um quadro de instabilidade social e de descontentamento por parte de importantes grupos sociais, dentre eles alguns membros da Câmara dos Deputados. Transformada em reduto dos liberais, esta encabeçou a oposição, mormente depois do envolvimento do Imperador na sucessão do trono português, que a morte de D. João VI deixara vago, e que no olhar dos brasileiros afigurava-se como um

---

[94] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[95] ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil: diálogo entre a diplomacia e a academia**. Brasília: LGE Editora, 2006. p. 162

[96] ALMEIDA, P. R. Introdução ao estudo das relações internacionais do Brasil. In: ALMEIDA, P. R. **Relações internacionais e a política externa do Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p.19-50.

indicativo do seu pouco interesse pelas questões nacionais. Manifestada na imprensa e no seio do próprio Parlamento, que já havia questionado os rumos da política externa, a oposição ao imperador levou-o à abdicação ao trono brasileiro, aos 07 de abril de 1831, em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, inaugurando, assim, o período regencial.

Estendendo-se até o ano de 1840, a Regência caracterizou-se não apenas pela eclosão de rebeliões internas que questionavam o poder central, mas também por mudanças institucionais que alcançariam também o campo das relações internacionais. [97] A necessidade de reformulação constitucional, como bem defendiam os novos representantes políticos, resultaria na ampliação das atribuições do Legislativo no tocante ao processo decisório em política externa, mediante a criação de leis que modificariam substancialmente a ordem dos fatos. No rol das mudanças que marcariam o período regencial destacar-se-iam uma série de alterações de caráter funcional como, por exemplo, a criação do primeiro regimento consular e de legações, bem como de leis, dentre elas, a de 15 de dezembro de 1830 e de 14 de junho de 1831, que repassariam ao Parlamento novas atribuições no tocante à condução dos assuntos internacionais. [98]

As novas deliberações do período condicionavam a assinatura e ratificação de novos tratados ao olhar minucioso da Assembleia, mediante a análise do Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, introduzido desde então com a finalidade de instruir as decisões a respeito da política externa brasileira. Reivindicação antiga, realizada pela Câmara dos Deputados desde os primeiros tempos da independência, essa alteração representou em termos práticos a interferência parlamentar no processo decisório, contribuindo para a revisão do mesmo e para a destruição paulatina do velho "sistema de tratados", já que as alterações de ordem funcional seriam acompanhadas pela retomada do discurso de oposição dos anos 1825-1828. [99]

Verificadas nos meandros do Estado, essas alterações, conquanto importantes, não resultaram na imediata revisão das diretrizes essenciais da política externa brasileira. As questões internas, tais quais a necessidade de solucionar as revoltas regenciais e de cumprir os compromissos assumidos nos tratados, tornaram-se as principais preocupações do poder central, contribuindo para a manutenção dos rumos estabelecidos anteriormente. Desse modo, pode-se

---

[97] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[98] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.
[99] CERVO, A. L. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)** Brasília, DF: UNB, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 21).

dizer que a política externa brasileira durante todo o período regencial manteve-se pouco afirmativa, posto que limitada pelos tratados comerciais que ainda vigoravam.

Em linhas essenciais, no eixo das relações assimétricas, o Império brasileiro não só cumpriu obrigações, mas também cedeu a reclamações abusivas enfrentando a prepotência das potências da época em dois campos distintos, o que dizia respeito às exigências de indenizações pelos apresamentos feitos à época do bloqueio platino (1825-1828) e o que se referia às pressões pela supressão do tráfico de escravos, que embora estivesse proibido desde 13 de março de 1830, nos termos da convenção de 23 de novembro de 1826 e desde 07 de novembro de 1831 nos termos da lei brasileira, continuava sendo realizado por conta não só dos interesses dos agricultores brasileiros em mantê-lo, mas também das intenções dos comerciantes portugueses e norte-americanos em assegurá-lo, pois dele participavam disponibilizando capitais e navios. [100]

As pressões externas realizadas no período sobre o governo brasileiro contribuíam, de algum modo, para a emergência da ideia de que era necessário resistir concretamente às exigências das potências da época, que se faziam cumprir em sentido único, no dos interesses estrangeiros. A associação que comumente se passou a fazer entre potência e prepotência seria também decisiva para a elaboração de uma nova percepção da Europa por parte dos brasileiros. Esta passou a ser vista de um modo mais crítico, sem, contudo, declinar de todo na visão dos brasileiros, já que se mantinham os vínculos entre cultura europeia e civilização. A nova chave de interpretação em que as iniciativas europeias passaram a ser analisadas, trazia consigo uma outra face, na qual o Império formulava uma auto-imagem – a imagem de um país destinado a ocupar melhores posições no cenário internacional, posto que capaz de defender interna e externamente seus interesses mediante uma política externa adequada.

Verso e reverso da mesma moeda, as percepções de "si" e as percepções do "outro", pautaram-se, de outro modo, pela manutenção da visão positiva acerca dos Estados Unidos, percebidos de modo crescente como modelos de progresso em virtude do seu crescimento industrial, [101] também dos demais países americanos, associados, ainda ao fracasso das instituições liberais e ao caudilhismo. Concebidos como partes distintas de um mesmo continente, os Estados Unidos e os demais países americanos, só conformariam um conjunto no

---

[100] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

[101] TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a "curta marcha" para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.**) Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999, p.155-190.

olhar dos brasileiros ao final do século, quando a noção de vizinhança evoluiria no imaginário popular e nas próprias preocupações da diplomacia brasileira, com a emergência do Pan-americanismo. [102]

No eixo das relações simétricas, a política externa brasileira pautou-se pela manutenção das diretrizes adotadas no período subsequente ao 07 de setembro de 1822, isto é, conferindo especial atenção aos países platinos, em detrimento das relações com os demais vizinhos continentais. A persistência do caráter bifronte da política externa brasileira no âmbito regional, não implicava, contudo, na adoção de uma política intervencionista nos assuntos internos dos países da Bacia do Prata, como tinha ocorrido nos primeiros tempos de regime monárquico. Pelo contrário, o intervencionismo dos anos 1825-1828, cedera lugar a uma política de neutralidade, baseada em cálculos políticos, tais quais os pesados custos da Guerra da Cisplatina que ainda repercutiam na economia brasileira por conta do pagamento de indenizações. [103]

A dualidade do Período Regencial, revelada de um lado pelo movimento das mudanças realizadas na estrutura do Estado e de outro pela manutenção das diretrizes essenciais da política externa brasileira, não impediria o amadurecimento da postura brasileira nos assuntos internacionais. Preparadas lentamente no seu transcorrer, as condições para a autonomia da política externa atingiriam o ponto alto de maturação com a Maioridade, não só destruindo o "sistema de tratados", mas liberando o processo decisório acerca dos assuntos internacionais da pressão externa imposta pelas potências da época.

> As conquistas foram lentas e sua influência maior se fará sentir na fase posterior. Preparava-se, entretanto, o terreno, criando-se as precondições para a nova fase: destruir o sistema de tratados e obstar a sua renovação, eliminar os privilégios especiais aos súditos estrangeiros residentes no país obter a autonomia alfandegária, de política comercial e de navegação, submeter a política externa ao controle conjugado dos diversos órgãos do Estado; eliminar a influência externa sobre o processo decisório. [104]

Caracterizado pela estabilização das estruturas do Estado, com o conservadorismo político, a conciliação partidária e o envolvimento do conjunto das instituições na tomada de decisões políticas de interesse para o país, o Segundo Reinado correspondeu, com efeito, ao

---

[102] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.p.69.
[103] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[104] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.56

momento em que a política externa liberou-se das amarras que a prendiam ao atendimento dos interesses estrangeiros, tornando-se, por isso mesmo, mais afirmativa, posto que mais voltada aos interesses nacionais. As lentas mudanças do período regencial haviam não só repassado um poder maior de pressão a grupos políticos, capazes de intervir na condução dos assuntos externos, tal era o Parlamento, mas também possibilitado o desenvolvimento de uma nova percepção do interesse nacional.

Na nova estrutura de poder apresentada pelo Segundo Reinado, o processo decisório de política externa tornou-se uma responsabilidade coletiva, na medida em que todos os órgãos do Estado, dentre eles, os Partidos, o Conselho de Estado, o Parlamento e o próprio Ministério das Relações Exteriores foram engajados no processo de elaboração e implementação de suas diretrizes. Conduzida simultaneamente pelas partes constitutivas do Estado, passou a ocupar-se de questões nacionais, que desde algum tempo requeriam equacionamento adequado, como por exemplo, a definição das fronteiras brasileiras, o fornecimento de mão-de-obra para as áreas produtivas e o desenvolvimento de uma política econômica mais consentânea com as necessidades do país.

Desse modo, num contexto em que as questões nacionais ganhavam relevo, os novos formuladores de política externa conduziram-se no sentido de viabilizar o desenvolvimento equilibrado dos setores de produção e aumentar a riqueza interna, mediante a elaboração de um projeto amadurecido no Senado e no Conselho de Estado, já que até então a política brasileira caracterizara-se pela concessão de privilégios econômicos aos países europeus com os quais firmara tratados que resultaram em prejuízos para seu próprio desenvolvimento. Embora a matriz liberal europeia ainda pesasse nas decisões brasileiras, partia-se do princípio de que os interesses da nação eram bem mais do que os estipulados pelos grupos oligárquicos hegemônicos, passando a fazer parte do seu rol as preocupações com a modernização e industrialização do país. [105]

Nesse sentido, o país procurou adotar o protecionismo nas questões econômicas, com o objetivo não só de alcançar a autonomia alfandegária e de controlar a política comercial e as rendas públicas, mas também de lançar as bases da indústria nacional. Projeto arrojado para a época, esbarrou, contudo, na prudência de parte das elites políticas em adotar mudanças profundas no que dizia respeito à condução do país. A estabilidade interna, na qual o monarca "criava em sua corte as aparências da civilização, vinculando-se a intelectuais, literatos,

[105] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.p.69.

cientistas, que se propunham a conjugar o progresso do século às liberdades teóricas" [106] contribuía para isso, consolidando a ideia de que as instituições liberais funcionavam bem.

Num contexto em que a Europa e os Estados Unidos presenciavam a expansão da Revolução Industrial e em que esta produzia conflitos comerciais e alfandegários, não era fácil ao Brasil a adoção do protecionismo como meta econômica, mesmo porque pela primeira vez o liberalismo europeu começava a apresentar uma outra face – a externa. Os países que até então se recusavam a aceitá-lo dentro de suas fronteiras passavam agora a fazê-lo com vistas a atender seus próprios interesses. [107] Nessa linha, a condução da política externa impunha certa habilidade aos estadistas brasileiros, que optaram pela manutenção do liberalismo nas relações econômicas externas, fato que novamente obstou a utilização da política externa como instrumento do desenvolvimento nacional, mantendo por isso mesmo o modelo dependente de inserção internacional ao sistema capitalista. [108]

Embora comportasse o desejo de resistir às pressões e interferências estrangeiras, o conflito de interesses entre brasileiros e europeus, introduzia a necessidade de adoção de uma nova postura na qual, o Brasil definiu como linha de atuação o uso regular da diplomacia, com vistas a ampliar consideravelmente as aquisições externas, limitando-se o uso da força a situações em que a ação diplomática tivesse se revelado inócua, e onde sua utilização acarretasse algum sucesso. Assim, dadas as diferenças de recursos de poder, na condução das relações brasileiras com os países europeus e com os Estados Unidos, o uso da força seria proibido, o que não ocorreria em relação aos países continentais, nos quais o Brasil interviria não poucas vezes com o fito de assegurar uma presença hegemônica no contexto regional.

Transformada em meta nacional, a busca do desenvolvimento econômico e da modernização do país trazia em seu bojo a necessidade da resolução do fornecimento de mão-de-obra para as áreas produtivas. Num contexto em que as pressões britânicas pela supressão do tráfico de escravos se acirravam, pesando significativamente nas relações com o Brasil, o desenvolvimento de uma política imigratória que satisfizesse aos interesses e demandas das classes senhoriais que dominavam a Nação passava a entrar na pauta de interesse da política

---

[106] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134. p.69

[107] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

[108] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.p.69.

externa brasileira. Contudo, tão arraigado se achava o escravismo na estrutura brasileira, que esta não se desenvolveu conforme o esperado. [109]

As iniciativas tendentes a modificar o panorama social e econômico do país vinham, assim, acompanhadas de contrapesos políticos, dentre eles o liberalismo e o escravismo, que acabavam por limitá-las em alguns momentos ao terreno do discurso por conta da manutenção das bases em que o Império havia se constituído. Apesar disso, indiciavam a ampliação da pauta de interesses do país, pois se até então a percepção dos interesses nacionais havia sido eclipsada pela ingerência externa nos assuntos brasileiros, daí para frente seria diferente. Acostumado a olhar para fora, o Brasil passaria a olhar para dentro, solucionando pendências e resolvendo questões das quais dependia sua boa condução, como eram, por exemplo, as questões de fronteira.

Remetidas a plano secundário até o Período Regencial, as questões lindeiras passaram a ocupar lugar de destaque nas preocupações da diplomacia durante o Segundo Reinado, em virtude da multiplicação dos incidentes de fronteira, dos quais davam conta os que se desenrolaram na região amazônica, que não só colocava em risco a integridade territorial do país, mas também acirravam o clima de rivalidades e de conflitos entre os países da região. Realizadas mediante o delineamento da doutrina do *uti possidets*, as tentativas de equalização das fronteiras nacionais revelaram-se frutíferas na maior parte dos casos indiciando outra importante mudança na postura brasileira – a retomada, ainda que tímida, do americanismo dos primeiros tempos da Independência, já que as iniciativas do período assentaram-se na assinatura de tratados comerciais, de navegação, de Paz e Amizade entre o Brasil e as nações vizinhas. [110]

Ancorada numa percepção mais dilatada do interesse nacional, conforme se viu, a política externa manteve, contudo, a mesma linha de prioridades em que havia se consolidado, isto é, as relações com os países europeus e as nações platinas, bem como com os Estados Unidos, o Paraguai e a África, nessa ordem. Atores importantes na pauta dos interesses brasileiros, estes seriam remetidos a posições diferenciadas na hierarquia das relações exteriores do Brasil. Lentamente, o Império que se consolidara em relativa harmonia com o sistema internacional da época, não só se distanciaria do polo britânico, se aproximando de modo mais efetivo do polo

---

[109] CERVO, A. L. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)** Brasília, DF: UNB, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 21).

[110] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

norte-americano, mas também adotaria, no âmbito regional, uma postura intervencionista que promoveria a deterioração paulatina das relações com o Paraguai. [111] Em contrapartida as relações com as regiões africanas perderiam força ao final do século em virtude do encerramento do tráfico de escravos que esfacelaria um espaço geopolítico de relações edificado ainda sob os auspícios da Coroa Lusitana. [112]

Assim, no eixo das relações assimétricas, as relações bilaterais entre Brasil e Inglaterra mergulharam numa fase conflitante, cujo resultado direto foi a interrupção da cooperação bilateral pela supressão do Tráfico. As dificuldades acumuladas no período anterior, quando a abolição do tráfico nas colônias britânicas (1833) fizera recrudescer as pressões sobre o Brasil, tornaram o relacionamento quase que inviável. Tensas a princípio, seriam posteriormente encaminhadas no âmbito político em clima de distensão e apaziguamento, por conta de questões comerciais entre ambos, já que a Inglaterra dependia do Brasil para a colocação de suas exportações de manufaturados e máquinas. Fortes indícios de que o Brasil já não se achava tão à vontade em relação à dinâmica imposta pela política do poder internacional, [113] os revezes pelos quais as relações com a Inglaterra passaram, fizeram-se acompanhar por uma outra significativa mudança – a substituição paulatina da hegemonia britânica pela norte-americana.

Ampliando o roteiro das relações internacionais mediante a criação de novas áreas de influência, a ascensão dos Estados Unidos como novo polo de poder repercutia de modo mais direto no continente americano, não só testando os limites do próprio sistema europeu, mas também preparando terreno para a suplantação da hegemonia britânica na América. O efetivo papel de contrapeso que este passou a exercer alterava, senão as estruturas fundamentais do Sistema, ao menos o equilíbrio de poder existente entre as potências da época. [114] Percebidas com clareza pelo governo brasileiro, essas mudanças resultaram no incremento do comércio do café entre brasileiros e norte-americanos, indicando a evolução das relações bilaterais para o modelo de parcerias estratégicas. [115]

---

[111] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.
[112] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[113] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.
[114] DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.
[115] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.p.69.

Expressando os interesses nacionais, a política externa brasileira tornou-se também mais afirmativa no contexto regional, pois solucionadas as principais pendências lindeiras que à época desafiavam o poder imperial, o Brasil voltou-se de forma mais incisiva para os países vizinhos, fazendo-se sentir no segmento sul do continente nos moldes de uma hegemonia periférica. Não seria demasiado pensar assim, se levarmos em conta que à maneira das potências europeias, estabeleceu um sistema de acordos e alianças favoráveis aos seus interesses, usou da força no atendimento dos mesmos, submeteu seus vizinhos à dependência financeira e impediu tanto quanto possível o aparecimento de uma hegemonia concorrente no cenário latino americano. [116]

A ampliação da margem de manobra no contexto regional devia-se não apenas às novas percepções do interesse nacional, mas também às condições diferenciadas que o sistema internacional apresentava à época. A eclosão dos movimentos nacionalistas dos anos 1848-1871 ocuparia de modo especial a atenção dos países membros do Concerto Europeu, franqueando terreno para a atuação brasileira no contexto externo. [117] Assim, na preocupação de destruir o predomínio geopolítico de seu rival no continente, o Brasil passou da neutralidade à intervenção imiscuindo-se nos conflitos separatistas que assolavam a região, mormente quando estes pareciam por em risco seus próprios interesses. A intervenção nos assuntos vizinhos, se de um lado lhe facultou atuar como um poder hegemônico essencialmente americano, de outro colocou em risco a cordialidade das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, que culminaram na guerra de meados dos anos 1860-1870. [118]

Delineada com peculiar traço de singularidade, a política brasileira de hegemonia regional revelou-se, contudo, onerosa para o país, pois as intervenções do período desviaram recursos destinados ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais, consequentemente de sua modernização. Por essa razão, ao final do século a política externa brasileira apresentaria sensível modificação. As dificuldades decorrentes do envolvimento brasileiro em conflitos com os países platinos fariam não só esmorecer a vontade de potência quanto à economia e às relações exteriores, mas também vir à tona a preocupação com os problemas fundamentais da Nação, que, por sua vez, colocavam em risco a própria manutenção do Império. Assim como ocorrera no

---

[116] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

[117] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

[118] BANDEIRA, M. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UNB, 1998.

transcurso das regências, as questões internas tornaram-se cruciais para o poder central. A abolição da escravatura, o avanço da propaganda republicana, as necessidades prementes de mão-de-obra, o reordenamento do Estado em conformidade com os novos grupos hegemônicos, provenientes da cafeicultura, responderiam pelo retraimento da atuação brasileira no tocante aos assuntos internacionais. [119]

Refreada no tocante às relações com os países platinos, a política externa brasileira para os Estados Unidos e para os países europeus seguia, contudo, sentido inverso, tornando-se, por sua vez, mais expansiva, por conta do delineamento de uma política de prestígio e de projeção nacional. Dotado de poucos recursos de poder, o país passava a agir no sentido de elevar o Brasil no conceito dos países chave da política de poder do cenário mundial, para o que contribuiu de maneira especial e singular o próprio imperador, cuja atuação constituiu-se em importante instrumento para a inclusão brasileira em foros multilaterais, bem como para sua participação em exposições universais, congressos e feiras, que passavam a pautar de algum modo as relações internacionais no período. [120]

Assim conduzida, a política externa brasileira não se sustentaria por muito tempo nas mesmas bases em que se constituíra. Emergindo simultaneamente no cenário nacional e prenunciando mudanças significativas na história brasileira, as questões fundamentais com as quais o poder imperial precisou lidar, tais eram a abolição da escravatura, o avanço da propaganda republicana e as necessidades de reordenamento do Estado, seriam responsáveis pelo declínio do próprio Império, que, ao ceder espaço para a implantação da República deixaria para trás não apenas o regime que lhe dera corpo e consistência – a Monarquia, mas também as principais diretrizes que guiaram a condução dos assuntos internacionais, tais eram o vínculo estreito com a Europa e o distanciamento relativo da América. [121]

---

[119] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.
[120] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[121] COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

CAPÍTULO 2. DA EUROPA PARA A AMÉRICA. AS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE A PASSAGEM DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA.

Somos da América e queremos ser americanos (MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO, 1870).

O americanismo marcou a República nascente como que por antinomia ao europeísmo com o qual se identificava a Monarquia. Se as instituições monárquicas prendiam o Brasil à Europa, as republicanas integravam-no ao sistema continental americano. Pretendia-se romper com a tradição monárquica. (BUENO, 1997, p.150).

2.1. O Brasil na passagem da hegemonia britânica para a norte-americana.

As últimas décadas do século XIX representaram para o Brasil um momento diferenciado em sua história, no qual a eclosão de conflitos diversos gerados pelas dissidências políticas que então surgiram divergindo dos rumos que a Monarquia adotava para si como normas de conduta, como era o caso do republicanismo e do militarismo, e a realização de alterações substanciais em sua estrutura social, tal foi a questão da abolição da escravatura, inviabilizariam a permanência do regime monárquico, que se sustentara sem maiores problemas por cerca de sessenta e sete anos consecutivos (1822 – 1889), cedendo campo para o delineamento da República, que viria lhe suceder o domínio às vésperas do século XX. [122]

Ocorrendo em um momento significativo da história mundial em que os países que haviam se convertido, sob os auspícios da Revolução Industrial, em potências de primeira e segunda grandeza, procuravam expandir seus domínios pelos diversos campos do globo nos moldes do que propunha a expansão imperialista, a transição política teria repercussões importantes na sociedade brasileira não apenas porque colocaria abaixo o regime sob cujas bases o Estado brasileiro havia se sustentado – o Império, mas também porque promoveria alterações importantes nos moldes do seu relacionamento com o plano externo, revertendo tendências seculares que balizavam as relações internacionais do Brasil desde o período de sua libertação em face do domínio português. [123]

A adesão tardia à tendência que vigorava no continente desde as lutas emancipacionistas pelas quais passaram todas as antigas colônias ibéricas e também os Estados Unidos, ou seja, o modelo republicano, de um lado colocava a necessidade de ruptura com o passado, com a forma arcaica de gestão do Estado, herdada do Antigo Regime, e de outro impunha, como consequência natural, a necessidade de adoção de novos parâmetros políticos e de reconstrução da estrutura remanescente da velha ordem imperial, o que tendia a promover uma identificação maior (e nessa linha uma aproximação maior) do Brasil com os países que constituíam a América, fossem eles os vizinhos do Sul ou o parceiro econômico do Norte. [124]

---

[122] COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.
[123] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J.F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.
[124] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

Por essa razão, o Brasil republicano desde o princípio procurou se inspirar no modelo adotado pela maior e mais poderosa Nação do continente, por entendê-la como sendo a única República além da francesa a apresentar grau de desenvolvimento econômico satisfatório e de estabilidade política considerável. Ao olhar dos governantes brasileiros não passava a esse tempo despercebido a diferença substancial existente entre a parte Norte e a parte Sul do continente, que nesse último caso apresentava-se marcada por conflitos de ordem política, econômica e social, dos quais o país deveria se diferenciar a fim de legitimar-se como Estado confiável junto aos demais presentes no cenário mundial. [125]

Muito embora no olhar dos republicanos brasileiros os países vizinhos passassem a ser vistos em melhor conta do que quando analisados sob a ótica imperial, em virtude da identificação que o Brasil passou a ter em relação a eles com a adoção do mesmo regime político que desde há muito vigorava como a tendência predominante no continente, no olhar dos monarquistas (ou no dos que, embora adeptos do regime, ainda eram herdeiros das concepções imperiais) persistia a ideia negativa de analisa-los como sendo republicas demasiadamente instáveis do ponto de vista social, econômico e político, das quais o Brasil deveria se diferenciar, embora a elas se integrando.

Ainda predominante no pensamento brasileiro, não obstante a mudança de regime político, essa concepção ressurgiria em termos de política externa no binômio integrar – sem se confundir, um viés político mediante o qual o Brasil, uma vez passado o idealismo que pautaria suas ações no período subsequente à deposição da Monarquia, tentaria promover uma integração maior, ou quem sabe, aproximação, com os países continentais com vistas a encerrar o longo período de isolamento político e desavenças regionais que havia permeado seu relacionamento com os países hispano-americanos, especialmente com o Paraguai, a Argentina e o Chile. [126]

Por essa razão, à formação das instituições republicanas, serviram, portanto, de inspiração as instituições norte-americanas, para as quais o Brasil olhou com mais atenção após o 15 de novembro de 1889 a fim de estruturar sua própria República – a República dos Estados Unidos do Brasil, conforme passou a denominar-se depois de haver formalizado sua própria existência com a Constituição de 1891, indicando o percurso que o país procuraria seguir não apenas no

---

[125] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).

[126] SANTOS, L.C.V.G. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

sentido de encaminhar sua política interna, mas também no de estruturar sua própria política externa.

> Listras verdes e amarelas e estrelas substituíram a bandeira da monarquia pouco depois que a guarda real rendeu-se às tropas rebeldes do marechal Deodoro da Fonseca no campo de Santana, no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889. O novo estandarte republicano era uma imitação consciente da bandeira dos Estados Unidos. Ainda que a recém-nascida república logo tenha adotado um padrão distinto para sua bandeira, não cessou de imitar a vizinha do norte. O nome do país foi mudado para Estados Unidos do Brasil, e a nova Constituição, promulgada em fevereiro de 1891, foi claramente delineada com base no modelo norte-americano. [127]

Alteração significativa na história brasileira, considerando-se a tradição europeísta que havia vigorado durante toda a existência do Império permeando suas estruturas políticas e determinando suas ações, o deslocamento do interesse brasileiro em direção ao continente, especialmente em direção aos Estados Unidos, de certa forma acompanhava quanto se sucedia no cenário mundial do final do século XIX, em que o sistema internacional até então vigente, isto é, o sistema europeu de Estados, começava a ver seus limites testados com a emergência desse novo polo de poder, que aos poucos cuidaria de esfacelar a hegemonia britânica a fim de fundamentar a sua mediante a criação de novas áreas de influência.

Desde que emergiram e se consolidaram no cenário regional europeu como atores políticos provenientes das deliberações dos tratados de Vestfália, de 1648, que tanto finalizaram as pretensões absolutistas da dinastia dos Habsburgos, quanto legitimaram a independência e soberania das nações emancipadas, os Estados europeus originaram um sistema de relações no qual a crescente interação política, econômica, estratégica e cultural entre seus membros, bem como entre estes e os dos demais sistemas existentes – tal eram o chinês, o islâmico e o indiano, logo os projetou como atores hegemônicos no cenário global, na linha de atuação do que ficou conhecido como Concerto Europeu. [128]

Pautado pela busca de um equilíbrio de poder entre seus membros, mediante a defesa do princípio de independência e soberania dos Estados e a contraposição ao exercício da hegemonia singular absoluta de uma única nação, o sistema assim implantado conduziu-se sem maiores

---

[127] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009. P. 104

[128] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J.F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

desafios até o final do século XIX, o que possibilitou a seus integrantes amadurecerem interna e externamente o modo de se relacionarem entre si, ao tempo em que expandiam o conjunto de seus valores e regras às regiões que eventualmente caíam sob seus domínios, como havia ocorrido com as regiões americanas sob o domínio ibérico e inglês, e com as regiões africanas e asiáticas. [129]

Conferindo à Inglaterra um papel proeminente no rol das potências que o compunham, o Concerto Europeu, reinou incontestável até o final do século, quando um conjunto de fatores internos e externos ao próprio sistema– dentre eles a unificação do Império Alemão (em 1871) e a emergência dos Estados Unidos e do Japão como novos polos de poder no cenário mundial (ao final do século XIX) – colocaria em questão o equilíbrio vigente, não só criando condições para a superação da proeminência britânica no plano regional e depois no global, mas também, e, sobretudo para a emergência de sua antiga colônia como ator político de peso, que viria alterar a linha essencial de conduta em que vinha atuando desde há muito. [130]

Dos atores políticos que ascenderam à condição de potência ao final do século, os Estados Unidos foram, certamente, os mais expressivos não só pelo rápido desenvolvimento econômico realizado num curto espaço de tempo (cerca de sessenta anos a contar do início do século), mas também pelo efetivo papel de contrapeso que passaram a exercer em relação ao sistema europeu de Estados e que aos poucos resultaria na construção de uma nova ordem mundial (aqui entendida como "os padrões ou disposições da atividade humana que sustentam os objetivos elementares ou primários da vida social na humanidade considerada em seu conjunto") em que esta nação exerceria papel proeminente.[131]

Realizada paulatinamente desde os últimos anos do século XIX, a transição da hegemonia britânica para a norte-americana no continente americano far-se-ia acompanhar de reações diferentes por parte dos países da região, que se posicionariam em terrenos contrários, ora mostrando-se mais resistentes à mudança, como foi o caso da Argentina, ora mostrando-se simpáticos à nova potência, como foi o caso do Brasil, que na passagem do século XIX para o

---

[129] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S.**História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

[130] DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

[131] De acordo com as reflexões de Heddley Bull, In: BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora da UNB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.26

XX, não ficaria indiferente às transformações ocorridas no cenário político mundial, transitando, por assim dizer, entre os dois imperialismos, não sendo de se admirar tal fato se consideramos que um país em desenvolvimento normalmente privilegia seu relacionamento com os países centrais do capitalismo.

Enquanto no plano externo os Estados Unidos tentavam suplantar a hegemonia britânica no continente mediante a expansão de seu domínio político e econômico e também por meio da criação de novas áreas de influência, conforme preceituava o Pan-americanismo – uma prática política e diplomática que postulava a união das repúblicas do hemisfério sob a égide da potência do norte, visando constituir uma unidade essencial no novo mundo, a saber, o universo pan-americano – [132], no plano interno o Brasil procurava diversificar a dependência com vistas a diminuir a influência britânica nas questões nacionais, mediante a abertura de sua economia a novos parceiros econômicos, dentre os quais se destacava o país em questão. [133]

Demonstrando as pretensões brasileiras de atender ao conjunto de seus próprios interesses e não somente aos impositivos externos, essa reorientação da economia brasileira atendia aos interesses dos novos grupos político-sociais que ascendiam na política interna, passando a interferir de alguma forma nas questões nacionais, tal era a classe financista oriunda do setor cafeeiro, que surgiam no plano interno promovendo a convergência dos interesses econômicos dos comerciantes e dos plantadores de café. Emergindo no cenário nacional nos últimos anos do regime imperial, esta classe viria desempenhar um papel ímpar na política e na diplomacia do regime republicano, sobretudo após sua consolidação.

> A prosperidade, a crescente monetarização da economia e as estradas de ferro haviam conduzido mais e mais proprietários de terras para os investimentos comerciais, financeiros e urbanos. Enquanto a tradicional aristocracia detentora de terras gradualmente se aburguesava, a burguesia assumia rapidamente feições aristocráticas. Mas apenas ao final do período imperial a burguesia aristocrática associa poder econômico a político e redefine sua missão. Tais financistas viriam a ser os principais organizadores e participantes do Encilhamento. Foram também os principais intermediários para os investidores europeus no continente. Sua ascensão promoveu uma mudança na política externa brasileira. Ao contrário da elite plantadora, que se contentara em depender do crédito comercial britânico, os financistas brasileiros buscavam mais autonomia e

[132] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[133] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

> espaço para manobras através de contatos com investidores franceses, alemães, portugueses e até mesmo alguns norte-americanos. [134]

Refletindo as mudanças que aconteciam no plano internacional, a alteração na postura brasileira no início da República, no sentido de promover uma identificação e aproximação maiores com a Nação do Norte, tinha também outras motivações além das de natureza política e ideológica, que se referiam muito mais a questões de ordem prática e imediata, tais eram as questões de natureza comercial (ligadas à comercialização dos produtos nacionais como o café e o açúcar) e as de natureza diplomática (ligadas à necessidade de se obter o reconhecimento estrangeiro para o regime nascente, a fim de que este pudesse se legitimar frente aos demais países presentes no cenário internacional).

Efetivamente, pode-se dizer, que, além das questões de ordem política e ideológica, as alterações no plano interno, no sentido de conceder aos Estados Unidos papel diferenciado no conjunto das concepções e dos interesses dos governantes brasileiros, deviam-se também à necessidade de legitimação do Estado, num momento em que este internamente enfrentava as lutas por sua consolidação, em função do quadro de desarranjo doméstico aberto pela deposição da Monarquia, e externamente batalhava, por vias diplomáticas, pela obtenção do reconhecimento estrangeiro para a República nascente e para a manutenção das parcerias e investimentos internacionais estabelecidos sob os auspícios do regime deposto. [135]

Importa notar que deposto o Império, muito mais em função da falta de apoio político, que em virtude de uma real dissidência, a República não contou de início com o apoio interno, mantendo-se, por isso mesmo, instável em função não só da falta de coesão, mas também da existência de divergências substanciais entre os que haviam propiciado seu próprio surgimento. Nos diferentes cenários republicanos os partidários do regime situados no Centro – Sul do país, opunham-se aos políticos do Nordeste, enquanto as Forças Armadas achavam-se demasiadamente fragilizadas, em virtude de seu fracionamento, dando ao regime instaurado um aspecto de inquietude e gerando desconfianças externas quanto à sua viabilidade.[136]

---

[134] TOPIK, S. C. **Comércio e canhoneiras**. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97) São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 117

[135] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995. P. 119

[136] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Desse modo, no momento em que a instabilidade interna era crescente e as ameaças na esfera diplomática não eram menores[137], afigurava-se, aos governantes brasileiros, a atitude sensata de estreitar relações com os Estados Unidos, parceiros antigos, com os quais o Brasil desde o Império mantinha relações comerciais frutíferas e duradouras e por meio das quais conseguiriam alcançar visível apoio no processo de legitimação da República. Não foi por outra razão que em termos de política externa uma das primeiras iniciativas brasileiras tenha sido a de promover melhorias comerciais e a de conseguir o reconhecimento norte-americano para o regime que se instaurava.

> A queda do Império foi vista com incerteza pela maioria das nações "civilizadas" e não muito bem recebida em casa. O gradual surgimento do republicanismo não angariou tanta aprovação como sustentaram posteriormente historiadores apologistas do regime. Em vez disso, a República enfrentava profunda vulnerabilidade externa e interna. Foi esse estado de coisas, muito mais do que a semelhança das instituições políticas ou o súbito iluminismo, o que tornou a amizade com os Estados Unidos mais importante do que nunca para a República brasileira nascente, que passou a negociar com o primeiro país a partir de uma posição mais frágil do que o fizera a monarquia. [138]

Desse modo, tornava-se premente ao país obter respaldo externo, prioritariamente de uma Nação sólida e economicamente forte como eram os Estados Unidos, que lhe permitisse assegurar os investimentos que os países europeus realizavam na economia brasileira desde as últimas décadas do século XIX, e também conduzir-se nos termos de uma República formalmente reconhecida, que cuidaria de se estabilizar internamente mediante a resolução dos conflitos que surgiram com a mudança de regime com vistas a projetar-se no cenário internacional com o mesmo grau de aceitação e a mesma reputação com que o Império brasileiro era visto até sua derrocada. [139]

Assim, enquanto os Estados europeus refletiam o sentimento de desconfiança de seus investidores quanto à República brasileira, retardando a concessão do reconhecimento ao Governo Provisório, os Estados Unidos manifestavam-se, por intermédio de seu embaixador no Brasil, Robert Adams Jr., um pouco mais simpáticos à instauração do regime republicano, por acreditarem que a identificação política então estabelecida entre os dois maiores países do continente iria promover uma aproximação maior entre ambos, o que seria extremamente

---

[137] PENNA, L. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
[138] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009. P. 119
[139] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

favorável às pretensões norte-americanas no tocante aos projetos de expansão propalados pela doutrina do Pan-americanismo. [140]

Em franca expansão econômica e política, o governo norte-americano necessitava de apoio no continente para a implantação de suas pretensões e formalização de seu domínio no contexto hemisférico, e, considerando-se que em meio aos países latino-americanos o Brasil era o mais receptivo às suas pretensões e disposições comerciais, aqueles voltavam-se para este oferecendo seu reconhecimento ao governo republicano, objetivando em troca obter favores ou quem sabe maiores concessões comerciais nas relações estabelecidas desde o final do Império, razão pela qual não tardou a reconhecer a nova estrutura política adotada no país. [141]

Muito embora tenham demorado algum tempo para reconhecerem o governo brasileiro em virtude da natureza autocrática do regime e da atuação do Marechal Deodoro da Fonseca, optaram por apoiá-lo quando se considerou a necessidade de suporte político para suas pretensões econômicas no continente (no contexto em que se realizava a Primeira Conferência Internacional Americana, em Washington**)** e a possibilidade do estabelecimento de uma aliança política estratégica, conforme pretendia o Brasil, e de novos tratados bilaterais importantes para a formalização de seu domínio no continente, para o que dependeriam do apoio externo, ou seja, do apoio latino-americano. [142]

Desde então, observou-se de lado a lado o estabelecimento de iniciativas no sentido de propiciar o gradativo estreitamento de relações entre ambos os países, acentuando uma tendência que havia sido iniciada, embora timidamente, no final do Império pelo monarca D. Pedro II e ao mesmo tempo demonstrando quanto as questões externas e internas repercutiam uma na outra, determinando a adoção de novas posturas e a revisão dos antigos parâmetros de conduta internacional de ambos os Estados. A transição republicana acompanhava, portanto, a emergência dos Estados Unidos como nova potência mundial, que aos poucos iria suplantar a hegemonia britânica no continente.

Em termos práticos observou-se por parte do governo brasileiro uma imediata inversão a favor dos Estados Unidos, na postura herdada do Império para a negociação de tratados com

---

[140] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[141] DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

[142] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

países que possuíam recursos de poder diferenciados em relação ao próprio Brasil. Enquanto o Império se opunha ao estabelecimento de "qualquer acordo geral sobre tarifas alfandegárias, só aceitando negociar sobre itens específicos, tendo em vista especialmente o fomento da venda do açúcar e do café", a República seguia em sentido contrário, mostrando-se favorável ao estabelecimento de acordos comerciais, que dessem conta das pretensões republicanas. [143]

Partindo-se da premissa de que o relacionamento entre ambas as Nações continentais deveria ser fortalecido por meio da consolidação dos intercâmbios comerciais já existentes, o governo brasileiro atuou no sentido de promover um convênio aduaneiro com os Estados Unidos, que pudesse favorecer a comercialização dos produtos nacionais, especialmente do café e do açúcar que sempre dependiam de maiores mercados. Por essa razão, após sucessivas negociações empreendidas pelo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Salvador de Mendonça, e pelo Secretário de Estado norte-americano, James Blaine, teve ensejo a assinatura do Convênio Aduaneiro (também conhecido como Tratado de Reciprocidade) em 31 de janeiro de 1891, que, embora assimétrico para o Brasil, formalizou as relações entre as duas maiores Nações do continente.

Assim, na história nacional, a implantação da República significou não apenas a mais importante alteração política vivida pelo Estado brasileiro desde a Independência, realizada em 07 de setembro de 1822[144], mas também sua reorientação em sentido diverso daquele que até então constituíra a linha essencial da política interna e externa do Brasil, a identificação com as instituições europeias e a vinculação prioritária com a Europa. Sob a égide do pensamento republicano o país passava a deslocar não apenas o seu olhar e a sua referência política e econômica para a América, mas também o eixo em torno do qual suas relações internacionais giravam desde sua constituição. [145]

2.2. A transição republicana e a política externa brasileira.

Em termos de política externa, a implantação da República representou uma inflexão importante no relacionamento internacional do Brasil, que passou, em princípio, a ocupar-se

---

[143] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995. P. 119
[144] PENNA, L. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
[145] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).

muito mais das relações brasileiras com os países continentais, que com os países europeus dentre os quais a Inglaterra desfrutava de atenção especial, e com os quais desde antes de sua Independência havia formalizado parcerias econômicas e estratégicas relevantes para sua própria sobrevivência, como Estado autônomo, portanto, digno de desfrutar de credibilidade e de obter apoio estrangeiro para as suas próprias iniciativas junto aos países que compunham o cenário político regional e também o mundial. [146]

O abandono da tradição política europeia consolidada pelo Império, que por largo período de tempo havia vigorado na história brasileira impondo limites ao relacionamento do Brasil com os países continentais, derrubara as barreiras políticas e ideológicas que até então existiam entre as Nações da região impedindo um relacionamento mais harmonioso e mais estreito entre eles, cedendo terreno à estruturação de uma nova tradição política – o americanismo, que entraria em vigor modificando substancialmente a linha de ação e os padrões de conduta que até então haviam conformado o terreno em que se desenvolvia a política externa brasileira desde a Independência. [147]

De um modo geral, para os partidários do novo regime, em sua maior parte ligados ao republicanismo do final do século XIX, a implantação da República havia significado muito mais do que a adequação do país à tendência política predominante no continente – a tendência republicana, mas também, e, sobretudo, a inauguração de um novo momento e de um novo padrão nas relações do Brasil com o exterior (mormente com seus vizinhos regionais e também com os antigos parceiros comerciais) em que o longo ciclo de isolamento no qual o país tinha vivido em relação àqueles seria finalizado mediante o estabelecimento de uma nova linha de política externa.

> Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem e opressão no interior, a fonte perpétua de hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. Perante a Europa passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos

---

[146] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[147] SANTOS, L.C.V.G. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

> em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.[148]

Adotada como símbolo da reconciliação do Brasil com a América e conformando um "par geográfico e político indissociável" [149], a identificação do republicanismo com o americanismo constituiu-se, assim, na tônica do período, respondendo pela atenção diferenciada que o país passou a devotar a seus vizinhos e também pelas diretrizes de política externa, que desde então passou a seguir com vistas a promover uma integração maior entre ambos e a subverter a herança deixada pelo Império, com o que corresponderiam aos preceitos do antigo republicanismo e da própria República nascente, cujas bases eram essencialmente diferentes daquelas adotadas pelo seu antecessor.

Por essa razão, olhando mais atentamente tanto para o Norte, onde se buscava apoio político e referencial de desenvolvimento econômico e sucesso no campo institucional republicano, quanto para o Sul, onde se buscava angariar novos parceiros e obter apoio para as iniciativas brasileiras no contexto regional, o governo brasileiro atuou em dois eixos de ação específica, o assimétrico e o simétrico, buscando de um lado obter o reconhecimento externo para o regime adotado e incrementar as parcerias comerciais, e de outro solucionar pendências lindeiras remanescentes do próprio Império e promover a melhoria das relações com os países hispano-americanos. [150]

No primeiro aspecto, a pouca aceitação de que a República, no contexto de sua implantação, desfrutava junto aos países europeus e aos Estados Unidos, que levavam em melhor conta o regime deposto por conta da estabilidade política que este havia alcançado e também da abertura econômica que o Império havia promovido no final do século aos países estrangeiros favorecendo a realização de novos investimentos, levava o governo brasileiro a mobilizar sua diplomacia nos países em que contava com representações com vistas a divulgar imagens favoráveis ao país, que pudessem de alguma forma veicular a informação de que a República era viável tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político.

---

[148] MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO, 1870. In: VARGAS, E. G. (Org.). **Diplomacia brasileira e política externa**. 1493 – 2008. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. P. 281,282

[149] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.205

[150] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).

De outro modo, a implantação da República havia causado impressão negativa nos capitalistas europeus, tanto monarquistas quanto republicanos, que se recusaram de imediato a reconhecer o Governo Provisório, primeiro por verem com bons olhos o centralismo monárquico, a paz social e a moeda forte com que o Brasil contava sob o Império, segundo por considerarem o regime ditatorial implantado um claro expoente do caudilhismo hispano-americano, razão pela qual o valor dos títulos e da moeda brasileira despencou, nesse contexto, ao tempo em que foram suprimidos as concessões de créditos estrangeiros ao Tesouro brasileiro, tanto por parte dos *Rothschild* quanto por parte do *Banque de Paris et Pays Bas*. [151]

Somando-se a isso, no âmbito doméstico cresciam as desavenças políticas considerando-se as ações empreendidas pelo marechal Deodoro da Fonseca, que iam em sentido contrário às metas republicanas, pois, enquanto os principais objetivos dos expoentes do republicanismo giravam em torno da busca por maior autonomia, mediante a descentralização do poder Executivo para o Legislativo (e como consequência do governo central para os estados), suas pretensões seguiam no sentido de se instaurar um governo militar, formalizando a supremacia das forças armadas e com isso gerando inúmeros conflitos e tensões que tornavam ainda mais delicada a situação do país. [152]

Contando, portanto, com uma balança comercial desfavorável em face da recusa europeia na continuidade dos investimentos realizados desde o Império e na concessão de novos empréstimos, e com um quadro interno de desarranjo político e social decorrente da falta de coesão entre os responsáveis pela instauração e condução do regime, o governo brasileiro centralizou suas atenções na parceria com os Estados Unidos, que a esse tempo revelava-se vantajosa, posto que necessitavam tanto de apoio político que pretendiam obter com o reconhecimento da República, quanto de apoio econômico que pretendiam alcançar mediante o estabelecimento de acordos comerciais. [153]

Por essa razão, enquanto a diplomacia brasileira se movimentava na Europa defendendo o regime e procurando legitimá-lo juntos aos principais investidores europeus, nos Estados Unidos o representante brasileiro – Salvador de Mendonça atuava, seguindo ordens ministeriais

---

[151] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

[152] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[153] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

repassadas pelo então Ministro das Relações Exteriores Quintino Bocaiúva, no sentido de inverter a postura imperial frente à negociação de tratados e no de promover uma "aliança íntima" com o governo norte-americano, mediante a negociação de um convênio aduaneiro que pudesse favorecer o Brasil nessa fase crítica por que passava desde o 15 de novembro de 1889 e da qual necessitava urgentemente sair. [154]

Claras expressões da nova orientação que a República passava a imprimir no conjunto de suas relações internacionais, o apoio às pretensões norte-americanas durante a Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos (que se achava em curso no contexto de mudança de regime) e a assinatura do Tratado de Reciprocidade com o governo norte-americano, em 1891, constituíram-se nos símbolos desses novos tempos em que o Brasil, sob a égide do governo republicano, desvinculava-se paulatinamente do polo de poder europeu, fundamentado nas relações com a Inglaterra, para vincular-se, em contrapartida, ao polo de poder norte-americano, em que se permitira conduzir desde então sob a influência dos Estados Unidos. [155]

No segundo aspecto, atendendo-se à concepção de que por uma questão de identidade política e ideológica entre os países da região era necessário promover a melhoria nas relações do Brasil com os países do seguimento Sul do continente, o governo brasileiro movimentou-se no âmbito regional no sentido de resolver as disputas territoriais que remanesciam do Império e que criavam sérias zonas de atritos com a Inglaterra, a França, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e a Argentina, que resultaram na assinatura de tratados que mais consideravam as concepções dos políticos que haviam assumido o poder, que as peculiaridades e desafios inerentes ao jogo político da época e ao próprio sistema internacional. [156]

Desejando imprimir novos rumos ao país, portanto, reverter a herança deixada pelo Império de permanecer um tanto quanto distante dos países continentais e de posicionar-se sempre contrariamente às iniciativas de integração continental que alguns deles haviam encetado ao longo das primeiras décadas do século XIX, o governo brasileiro, inspirado pela retórica idealista do americanismo que passou desde então a nortear suas ações, procurou imprimir novas orientações às relações que mantinha com os países vizinhos, procurando, portanto, não só

---

[154] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.
[155] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.
[156] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

equacionar as desavenças territoriais que remanesciam do regime deposto, mas também inaugurar novas parcerias comerciais. [157]

Envolvido em disputas territoriais com a França, a Inglaterra, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e a Argentina desde o final do Império, o governo brasileiro procurou, nesse sentido, dar continuidade à política de fronteiras inaugurada pelo regime monárquico, não obstante procurando reinterpretar ordens e decisões de conformidade com o espírito de solidariedade americana que pairava nas iniciativas de política externa desde a transição política de 15 de novembro de 1889, o que se corporificou na tentativa de resolução das disputas existentes entre o Brasil e sua mais importante rival na parte sul do continente em torno do território das Missões.

Ambos os países, isto é, Brasil e Argentina, haviam travado inúmeras disputas (entre o século XVIII e início do XIX, quando ainda se encontravam sob o domínio de Portugal e Espanha na condição de colônias) em torno do território contíguo às Missões, mais tarde (em 1828) transformado no Uruguai, tornando as relações entre brasileiros e argentinos um tanto quanto instáveis, pois que marcadas por um perene clima de rivalidades e de tensões políticas. Desse modo, entre avanços e recuos inúmeros as duas Nações haviam estabelecido em 1885 um comitê conjunto de peritos para encaminharem a questão de modo favorável aos dois países. [158]

Às vésperas da República, isto é, em setembro de 1889, os vizinhos do sul, uma vez mapeado o território, se comprometeram a chegar a um acordo num prazo de noventa dias, após o que a questão seria submetida ao presidente dos Estados Unidos para arbitramento. Contudo, a deposição do regime monárquico antes que o prazo estabelecido corresse colocou ao Governo Provisório a necessidade de cumprir com o estipulado solucionando o problema à sua maneira, o que resultou na assinatura, em janeiro de 1890 em Montevidéu, do Tratado de Palmas (ou das Missões).

Concomitantemente às negociações de fronteiras empreendidas no período sob o patrocínio do governo republicano, o país procurou não apenas estimular, mas também regularizar as relações comerciais com os países vizinhos (especialmente com os da parte do sul do continente com os quais as relações eram insuficientes) tendo em vista a necessidade de assegurar mercados para os demais produtos nacionais além do café (que tinha nos Estados Unidos e nos países europeus seus principais compradores) e de promover também os interesses

---

[157] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.
[158] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

dos estados não produtores da rubiácea, do que deu conta a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, com o Peru, em 1891. [159]

Atuando, em princípio, numa dupla vertente, a que poderíamos claramente denominar como sendo a busca de reconhecimento e o esforço de legitimação internacional, e na resolução dos problemas de fronteira, o país invertia a pauta de seus interesses principais enquanto no plano interno procurava atender à dinâmica dos novos tempos, mediante a adoção de um novo emblema, de um novo nome e de uma nova constituição fortemente inspirados no modelo norte-americano, considerando-se que aos olhos dos republicanos os Estados Unidos representavam à época o protótipo de República burguesa mais bem sucedida no continente. [160]

Alterada em suas linhas essenciais por conta das concepções republicanas e também em virtude da própria dinâmica conflitiva ligada a adoção de um novo modelo de gestão do Estado, a política externa brasileira reduzia substancialmente a pauta das metas essenciais do país, limitando-as às questões de fronteira e às questões comerciais, no que se diferenciava também da política empreendida pelo Império, que havia priorizado um conjunto maior de interesses, tais quais: o desenvolvimento de uma política de hegemonia periférica (para o contexto regional), de uma política alfandegária mais concernente aos interesses e necessidades da Nação, de uma política comercial e de fronteiras específicas. [161]

A redução no conjunto de diretrizes de política externa, mais do que indicar a tentativa de se resolver problemas imediatos, como o da obtenção do reconhecimento e o da melhoria dos indicadores da economia nacional, indiciava também a pouca experiência e grande desconhecimento dos assuntos internacionais, por parte daqueles que então assumiram o poder, que, ancorados num posicionamento idealista, perderam de vista questões importantes inerentes à dinâmica de poder do jogo político vigente entre as Nações presentes no cenário internacional a ponto de sacrificar alguns dos muitos interesses brasileiros. [162]

Nessa linha, no esforço de ruptura com o passado, procuravam introduzir mudanças no âmbito do funcionalismo do Estado, inicialmente com a substituição paulatina dos antigos quadros de funcionários (ainda ligados à Monarquia) por outros que estivessem em maior sintonia com o regime republicano, posteriormente com a criação de novas representações

---

[159] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.
[160] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009. P. 119
[161] CERVO, A. L. **Inserção Internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 34.
[162] BUENO, C. Op. Cit.

políticas em Estados em que o Brasil ainda não havia se firmado com um corpo diplomático próprio e com a proposta de supressão das legações consideradas onerosas ou desnecessárias para o país, no momento em que este deveria se firmar como uma República respeitável embora ainda com problemas inerentes à transição política a resolver. [163]

Não possuindo grande experiência em diplomacia e em questões internacionais, tal qual ocorria com os representantes do Império, os representantes políticos do período discutiam a esmo a supressão, criação ou manutenção de legações e consulados considerando-se diferentes critérios, que não apenas o do reconhecimento ou não à República, a necessidade de economia dos gastos públicos ou ainda a necessidade de se fomentar as suas relações comerciais, industriais e econômicas. Influenciados pelo positivismo, os partidários do regime implantado criticavam a tradição diplomática fundamentada no Império, chegando mesmo a propor uma completa reinvenção da política exterior. [164]

Divulgado nos debates parlamentares das duas casas do Legislativo, esse esforço de "americanização" das relações internacionais do Brasil e de "republicanização" do serviço diplomático, significava muito mais que um esforço de melhoria do serviço público brasileiro no campo das diretrizes de política externa sob os auspícios da República, mas sim representava a tentativa de conceder-se preferência ao contexto americano nele criando representações que pudessem atender à política de maior aproximação com os países da região, significando também substituir os antigos quadros de funcionários identificados com a Monarquia por outros compostos por funcionários republicanos.

Não obstante fosse uma constante nos primeiros tempos da República, a retórica do republicanismo, que propunha a "americanização" das relações internacionais do Brasil e a consequente "republicanização" do serviço diplomático, alterou pouca coisa em termos práticos, considerando-se que as reais necessidades do país implicavam, para além das reformulações propaladas, na manutenção das relações com o Velho Mundo, não obstante alguns republicanos mais exaltados tivessem proposto a desvinculação do Brasil com os países europeus para promover a vinculação única e exclusiva com os países americanos.

Conduzida, em princípio, nesses termos, a política externa formulada e implementada pelo Governo Provisório passou nos anos seguintes por um processo de revisão. Se os primeiros

---

[163] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[164] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

tempos do regime republicano caracterizaram-se como um momento de redefinição das diretrizes essenciais de política externa brasileira, no qual seus principais fundamentos foram revisados, conquanto não houvesse um projeto próprio nesse sentido, traçado pelos responsáveis pela condução do país, os anos iniciais do século XX corresponderiam ao momento em que as tendências implantadas em 1889 seriam consolidadas, embora com novas nuances e diferentes conotações. [165]

Passado o clima de euforia dos primeiros tempos do regime, em virtude das tropelias nas iniciativas dos formuladores de política externa (que, ao contrário do que pensavam, não obtiveram o sucesso esperado nas negociações dos primeiros tratados do governo republicano, isto é, o Tratado de Reciprocidade (assinado com os Estados Unidos) e no Tratado das Missões (assinado com a Argentina)), observou-se um retraimento no discurso idealista e consequentemente uma revisão da postura francamente solidária do período, conforme impunham os problemas com que se deparavam no âmbito das relações internacionais brasileiras.

Importa lembrar que para o país, o período aberto pelo sucessor de Deodoro da Fonseca, o marechal Floriano Peixoto, ainda era de redefinição, por isso mesmo instável, em que a República necessitava (e procurava) firmar suas instituições, resolver o quadro de instabilidade política, social e econômica gerado pela mudança de regime e assegurar em padrões de cordialidade e equilíbrio as relações bilaterais estabelecidas com os parceiros estrangeiros do Brasil no Império, razão pela qual a percepção da gravidade dos problemas internos e das questões externas que repercutiam no país requeria uma postura mais consentânea com as necessidades brasileiras. [166]

O agravamento das crises políticas no plano interno, com o militarismo e a rivalidade entre a Marinha e o Exército, cedeu terreno para a eclosão da Revolta da Armada, em setembro de 1893, ao passo em que no plano externo as investidas imperialistas realizadas tanto pela Inglaterra quanto pelos Estados Unidos em áreas limítrofes ao país, impuseram um olhar mais atento por parte dos responsáveis pela condução dos assuntos nacionais, que aos poucos passaram a adotar postura mais realista no terreno da política externa, de um lado optando por uma postura

---

[165] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

[166] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

de equidistância em relação aos países vizinhos e de outro pela defesa da soberania brasileira frente às investidas estrangeiras. [167]

Mantida a fidelidade à parceria estabelecida com os Estados Unidos ainda sob o regime monárquico, o governo brasileiro fortaleceu, nesse período, ainda mais os vínculos que a República desde o seu início procurava consolidar, mediante a aceitação da intervenção norte-americana no conflito em questão, que veio não apenas resolvê-lo a favor de Floriano Peixoto, mas também a favor do próprio parceiro comercial em questão, se assim se pode dizer, considerando-se que após o ocorrido o Brasil passou realmente a gravitar em torno da órbita norte-americana, não mais em função pura e simplesmente de questões de cunho ideológico, mas, sobretudo, por questões de complementaridade comercial. [168]

Para o Brasil, as relações com os Estados Unidos eram importantes não só pelo apoio político que dela advinha no respaldo às iniciativas brasileiras no contexto regional, mas, sobretudo, pelos significativos fluxos comerciais que existiam entre ambos, especialmente em torno da venda do café, que encontrava naquele país seu comprador mais importante. Em contrapartida, para o governo norte-americano as relações com o país afigurava-se interessante tanto pelo apoio que a República oferecia às iniciativas norte-americanas no continente quanto pelo mercado potencial que esta oferecia às manufaturas e maquinários de lá importados. [169]

Nesse sentido, a despeito das discussões empreendidas pelos expoentes do republicanismo no início do regime republicano em torno da criação ou supressão de legações e consulados no exterior, a estrutura funcional que então se consolidou assemelhou-se de algum modo àquela herdada do Império, pois os projetos legislativos do período, especialmente o de 1894, mantiveram o país ligado a uma hierarquia de importância que reservava as principais posições para as legações brasileiras na Inglaterra e França, Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Alemanha e Itália, embora tivessem sido criadas novas representações na América, como as da Colômbia e do Equador, enquanto a do México foi suprimida. [170]

Nessa linha, embora mantendo relações cordiais e estáveis com os países europeus e latino-americanos dos quais dependia a comercialização dos principais produtos de exportação

---

[167] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.
[168] TOPIK, S. **Comércio e canhoneiras.** Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).São Paulo: Companhia da Letras, 2009.
[169] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[170] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.205

brasileiros, a República, passado o clima de euforia dos primeiros tempos da transição política, procurou, então, conduzir-se de modo a tirar partido do relacionamento estabelecido com as principais potências da época, especialmente com os Estados Unidos, com vistas a atender ao conjunto de seus principais interesses e consequentemente às demandas dos principais grupos políticos que haviam ascendido ao poder com os primeiros presidentes civis.

Com efeito, pacificada a República no plano interno e reconhecida formalmente no plano externo, mediante a resolução de seus principais conflitos e a regularização das finanças e dívidas públicas com o *funding loan*, o empréstimo obtido junto aos financistas estrangeiros, e, definidos os papéis dos novos "donos do poder", nesse caso, dos oligarcas do café, o regime republicano entrou numa fase de estabilização paulatina, iniciada por Prudente de Morais e complementada pelo seu sucessor Campos Sales, que aos poucos iria lançar o Brasil numa posição de maior credibilidade e melhor conceito junto aos países constitutivos do sistema internacional vigente. [171]

Nesse período, a política externa tornou-se mais afirmativa, posto que mais voltada para as questões brasileiras que afetavam diretamente os interesses dos grupos hegemônicos que então haviam ascendido ao cenário nacional, tais eram as questões atinentes à resolução das fronteiras que ainda não haviam sido delimitadas a favor do país, as questões atinentes as trocas comerciais e à melhoria da agroexportação, conforme entendiam ser os reais interesses da Nação os políticos provenientes das classes produtivas brasileiras, sobretudo, os representantes da cafeicultura, em uma clara associação entre interesses pessoais e interesses nacionais. [172]

Alterado o regime político brasileiro, mas não a forma de inserção internacional do Brasil, que ainda se pautava pelo modelo dependente econômico liberal engendrado pelo Império quando da realização da própria Independência e dele herdado quando da transição política de 1889, o país embora governado por representantes de novas elites políticas, tais eram as elites oriundas do Centro-Sul do país, mantinha os mesmos padrões de atuação no campo da economia, embora disfarçados sob novas roupagens. [173]

---

[171] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[172] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[173] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001

> Os liberais-conservadores brasileiros procediam à leitura do interesse nacional, evocando um conceito de sociedade simples, composta fundamentalmente de dois segmentos: os grandes proprietários de terras e donos do poder, de um lado, o resto da sociedade de outro, fossem escravos, ex-escravos, trabalhadores livres, imigrantes. Uma sociedade estabilizada em sua infância, feita de plantadores e exportadores de café, açúcar e outros pequenos produtos da terra, que a nada mais aspirava, nas amargas palavras do Senador da Monarquia, Sales Torres Homem. Aqueles dirigentes confundiam, logicamente, o interesse nacional com os próprios interesses, ou seja, os do grupo socioeconômico hegemônico: dispor de mão de obra, exportar os frutos da lavoura e importar bens de consumo diversificados. A diplomacia da agroexportação, conceito elaborado por Clodoaldo Bueno, não explica toda a política toda a política exterior do Brasil, mas retrata a essência da funcionalidade do Estado na área externa. Tendo sido apropriado pelas elites sociais, o Estado manobrava o processo decisório em política exterior voltado àquela leitura restrita do interesse nacional que faziam os dirigentes.[174]

Ancorados nessa limitada concepção acerca dos interesses nacionais, que então ficavam reduzidos aos interesses dos grandes produtores brasileiros, especialmente o dos cafeicultores, que compunham os grupos sociais mais expressivos, os formuladores e implementadores de política externa no período considerado, passaram então a utilizar-se dos recursos oferecidos pelo funcionalismo do Estado para conduzirem e manobrarem o processo decisório no âmbito das relações internacionais com vistas a atenderem ao conjunto de interesses inerentes à sua própria classe, que, aliás, passavam pela necessidade de promover a agroexportação.

Do ponto de vista da política externa propriamente dita, os governantes brasileiros procuraram não só incrementar as relações com os países europeus e com os Estados Unidos, com vistas à ampliação dos fluxos comerciais anteriormente estabelecidos pelo regime monárquico, mas também desenvolver uma política comercial mais favorável ao país, mediante a abertura de novos mercados, diretrizes importantes às quais se somaram o incentivo à imigração, a tentativa de delineamento das fronteiras nacionais com a resolução das pendências existentes e a aceitação dos grandes princípios do Pan-americanismo. [175]

Ao passo que do ponto de vista da diplomacia propriamente dita, o governo brasileiro, atentando-se às necessidades e metas elencadas como prioridade nacional, procurou não apenas ampliar a rede de repartições consulares e diplomáticas na Europa e na América, mas também participar de eventos multilaterais que então tinham ensejo, como as chamadas Exposições

---

[174] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. P. 70

[175] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

Universais (que desde o século XIX realizavam-se periodicamente nos países desenvolvidos com vistas a divulgar os países participantes e de difundir os preceitos da cultura burguesa), possibilitando ao Brasil divulgar seus próprios produtos, ampliando, assim, as parcerias comerciais. [176]

Nesse sentido, o período aberto pela consolidação da República foi um período de grandes iniciativas para o país, em que este negociou um importante empréstimo estrangeiro – o *funding loan*, procurou estabelecer uma corrente imigratória composta por asiáticos, assinou um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com o Japão em novembro de 1895, resolveu os contenciosos de limites com a Argentina em torno da questão do território das Missões (1893-1895) e com a Guiana Francesa em torno do território do Amapá (1898-1900), negociou com os banqueiros estrangeiros em torno da questão do *Bolivian Syndicate* ao tempo em que também apoiou as iniciativas imperialistas levadas a efeito pelos Estados Unidos por ocasião da Guerra Hispano-americana, de 1898. [177]

Acompanhando a consolidação da República, a política externa, e em seu cerne, o americanismo ganhou, assim, uma nova conotação – afastou-se do discurso puro e simples dos primeiros tempos do regime de aproximação idealista com todos os países do continente para aproximar-se da defesa de um relacionamento mais consciente com os vizinhos e também com os Estados Unidos, junto aos quais se pretendia auferir resultados que pudessem permitir ao Brasil melhores condições e maiores recursos para seu próprio crescimento, razão pela qual, princípios como prestígio e destaque passaram a informar também as relações internacionais do país, que desde então procurava se projetar no cenário internacional como uma Nação culta e civilizada. [178]

A substituição da polaridade britânica para a norte-americana tornava-se, assim, patente indicando que a política externa brasileira havia modificado substancialmente o principio norteador das relações do Brasil com os demais países do cenário internacional. A preferência dada às relações com os Estados Unidos inaugurava um novo momento para o país nesse sentido demarcando claramente os limites da política externa imperial e da política externa republicana, que realmente havia completado seu trânsito da Europa para a América. Inicialmente buscado em

---

[176] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. 2001. P. 439

[177] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

[178] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

função de uma visão idealista das relações internacionais, este princípio logo passou a ser conduzido numa perspectiva mais realista, conforme requeriam as exigências do momento. [179]

> A política exterior francamente pan-americanista, no final do período em tela, tomou consciência da dura realidade do poder. Quando da ameaça à soberania nacional decorrente do contrato firmado pela Bolívia com o *Bolivian Syndicate*, organização capitalista para a exploração do Acre, e da ocupação da ilha Trindade pela Grã-Bretanha, teve a diplomacia brasileira oportunidade de sentir que estava só no continente. Não havia mais lugar para as expansões de idealismo, como as observadas no Congresso Nacional logo após a inauguração do novo regime. Isto, todavia, não exclui que a política exterior republicana pôs em prática um novo relacionamento do país no contexto americano, do qual a amizade norte-americana passou a ser a nota fundamental. Os problemas com os quais se defrontou, e passado o período de euforia republicana, levaram os responsáveis pela sua condução a abandonar a retórica que privilegiava o relacionamento com as nações do hemisfério em favor da adoção de posições próximas do realismo. [180]

Refletindo de certa forma as alterações que aconteciam no cenário internacional com a emergência dos Estados Unidos como novo polo de poder e a suplantação da hegemonia britânica no continente, as mudanças que a transição republicana impunha à política externa brasileira no período em questão, não foram aceitas de modo pacífico no plano interno, dividindo as opiniões dos pensadores brasileiros no cenário doméstico em dois grupos específicos, ou seja, de um lado o dos que eram partidários das mudanças impostas pelo novo regime e de outro o dos que a ela se opunham por estarem ainda vinculados ao regime monárquico. [181]

Nessa linha, enquanto os republicanos se mostravam favoráveis à aproximação entre as duas maiores Nações do continente, os monarquistas dirigiam-se noutra direção, levantando-se ora em defesa da manutenção das diretrizes imperiais, então mais voltadas às relações com a Inglaterra, ora em oposição ao Pan-americanismo e à aproximação com os Estados Unidos. Tendo como seus principais expoentes importantes figuras do pensamento brasileiro, dentre eles Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, o movimento em questão expressou-se publicamente nos trabalhos desses autores, dos quais *"A ilusão americana"* e *"A intervenção estrangeira na*

---

[179] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[180] BUENO, C. Idealismo e realismo: do advento da República a Rio Branco (1889-1902). In: p. 159-160. In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

[181] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).

revolta da Armada", foram os mais importantes, causando grande repercussão no cenário político nacional.

Não obstante a existência de conflitos e divergências políticas em torno da adesão brasileira aos princípios do Pan-americanismo, o país prosseguiu numa fase mais favorável ao seu crescimento econômico e à sua estabilização política, com o período aberto pela chamada *Belle Époque***,** que se assemelhava em alguns aspectos aos melhores momentos do regime deposto. Vencidos os desarranjos iniciais vivenciados pelo regime republicano desde a deposição da Monarquia, o país podia se entregar com relativa tranquilidade ao processo de modernização e desenvolvimento das forças produtivas internas, bem como à busca por maior prestígio e por uma margem maior de manobra no cenário político regional e também mundial. [182]

Diferindo consideravelmente dos períodos anteriores, em que as crises nas altas esferas do poder se refletiam nos círculos ministeriais, especialmente no elevado número de ministros que se sucederam na pasta das Relações Exteriores, inviabilizando a consolidação de uma diretriz firmemente seguida nos assuntos internacionais e apenas permitindo que determinadas preocupações informassem os assuntos de política externa, os dez anos que se seguiriam no âmbito das relações internacionais, dariam ensejo a um "projeto próprio" que se consolidaria paulatinamente como um paradigma de política externa balizando a atuação dos responsáveis por sua condução.[183]

Transformada e amadurecida lentamente na passagem do século XIX para o XX, a política externa brasileira havia realmente entrado numa fase diferenciada de sua história em que, após as iniciativas tímidas levadas a efeito no princípio do regime republicano pelos formuladores e condutores de política externa, o país havia realmente deslocado seu eixo do polo de poder europeu para o norte-americano, indicando que nesse período o país havia mudado as parcerias prioritárias, em outras palavras, "as alianças preferenciais", num longo processo que seguiria seu curso nos anos seguintes se consolidando graças à contribuição do Barão do Rio Branco.[184]

---

[182] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[183] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.
[184] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. 2001. P. 440.

2.3. A consolidação da política externa republicana. A atuação do Barão do Rio Branco.

Alterando substancialmente as linhas essenciais de ação da política externa brasileira, na passagem do século XIX para o XX, momento em que o cenário internacional também se modificava com o surgimento de novos atores hegemônicos, a República originou uma nova tradição para as relações internacionais do Brasil, que abandonando as diretrizes deixadas pelo Império no sentido de se olhar mais atentamente para o Velho e não para o Novo Mundo, passaram desde então a gravitar em torno do americanismo em detrimento do europeísmo que havia lhe dado corpo e consistência durante toda a vigência do regime imperial. [185]

Surgindo em princípio como uma proposta de revisão e até mesmo de reversão da tradição anterior, que na concepção dos primeiros representantes do regime deveria ser suplantada a fim de dar origem a um novo momento para o relacionamento internacional do país, essa nova tendência ganhou novas roupagens à medida que os desafios impostos pelo relacionamento entre parceiros dotados de recursos distintos (no âmbito do poder político e econômico) surgiram impondo um olhar mais atento não apenas para as questões de fora, mas também para a própria questão da soberania nacional e dos interesses do país. [186]

Amadurecendo lentamente, no bojo do próprio processo de consolidação republicana, passou de uma proposta idealista de aproximação fraternal e solidária com todos os países da América a uma proposta de vinculação realista com os países continentais em relação aos quais o Brasil deveria manter-se mais próximo com vistas a auferir lucros políticos e econômicos (como no caso dos Estados Unidos) ou mais vigilante com vistas a defender as posições brasileiras no contexto regional (como no caso da Argentina, Paraguai e Chile), numa linha em que a primeira vertente sobrepôs-se à segunda desenhando um americanismo de cunho norte-americano.

Desenhada e revisada ao longo da primeira década republicana (1889-1899), essa tendência, mais tarde transformada numa nova tradição, diferenciou, contudo, as linhas essenciais da política externa imperial das diretrizes adotadas pela política externa republicana, indicando, de um lado, que as parcerias e alianças estratégicas preferenciais do país haviam se modificado substancialmente, e, de outro, que o eixo em torno do qual giravam as relações internacionais do

---

[185] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).
[186] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

Brasil havia se deslocado definitivamente da Europa para a América, especialmente da hegemonia britânica para a norte-americana. [187]

Delineada a partir das iniciativas de diferentes atores políticos, em geral ligados ao movimento republicano dos anos 1870, como Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva, essa tendência conformou um edifício amplo e específico – o da americanização das relações internacionais do Brasil, cuja completude e consolidação servir-se-ia, contudo, das contribuições oferecidas por pessoas ligadas a diferentes tendências políticas, ao monarquismo, por exemplo, e que não obstante os inúmeros e incontestáveis vínculos que os prendiam ao regime deposto também iriam participar desse período de consolidação da política externa inaugurada pelo regime republicano. [188]

Efetivamente, muito embora tivesse sido implantada pelos defensores da República e não pelos partidários da Monarquia, a tendência que se impôs aos assuntos internacionais, a americanista encontrou mais tarde, isto é, entre os anos 1902-1912, em dois expoentes do regime deposto – no Barão do Rio Branco e em Joaquim Nabuco, o impulso necessário a que se firmasse como uma tradição de política externa que seria mantida, ao longo de todo o período que conformou a chamada Primeira República, pelos responsáveis pela condução do Ministério das Relações Exteriores, como linha mestra das relações internacionais do Brasil, que, aliás, só tardiamente seria novamente revisada. [189]

De um modo geral, a consolidação da República havia propiciado aos oponentes do regime que, embora ainda fossem monarquistas haviam abandonado a defesa inveterada de suas antigas posições, os elementos necessários para uma reconciliação com o mesmo[190], que não só permitisse a revisão de postura e o recrudescimento do discurso combativo dos anos de desarranjo político e conflitos de ordem econômica e social, que haviam caracterizado o nascimento do novo regime, mas também possibilitasse o retorno à cena pública de antigos

---

[187] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.
[188] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[189] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).
[190] COSTA, J. F. **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil.** Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

expoentes da elite e da política brasileira, que nela se consagrariam como alguns dos grandes nomes do pensamento brasileiro. [191]

Remetendo o país a um novo momento na história de seu desenvolvimento, no qual se buscava a promoção de seu progresso material e a modernização de suas forças produtivas, a estabilidade política e econômica alcançada com a consolidação do regime introduzia a noção de que ao país caberia esforçar-se para projetar-se no cenário nacional em condições diferenciadas daquelas que haviam caracterizado os primeiros e conturbados anos que antecederam a Belle Époque, conforme propunham as novas concepções dos formuladores e condutores de política externa, que pretendiam nessa perspectiva integrar o Brasil aos demais países continentais, sem, contudo, com eles se confundir. [192]

A compreensão mais clara acerca dos novos desafios a enfrentar no âmbito das relações com os outros Estados (em sua maior parte ligados à expansão imperialista empreendida pelas potências da época e à compreensão das peculiaridades e especificidades de cada país) cedera campo ao desenvolvimento de uma postura diferenciada em termos de política externa, que, mais próxima do realismo, pautava-se, agora, pela tentativa de se assegurar em primeiro plano o atendimento dos interesses nacionais e não necessariamente a aproximação pura e simples com os demais países do continente, como havia pretendido os "pais fundadores" do regime. [193]

Sendo assim, tornava-se necessário preencher os cargos ligados à condução da política externa com figuras que não apenas tivessem habilidade e traquejo no jogo da política interna, mas que também, e, sobretudo, possuíssem amplos conhecimentos acerca da política externa, contrariamente ao que havia acontecido no período anterior à presidência de Rodrigues Alves, quando grande número de ministros (nem sempre muito experientes ou fundo conhecedores acerca do universo da diplomacia), passaram pelo Ministério das Relações Exteriores, refletindo a conjuntura delicada por que passava a República desde sua fundação. [194]

---

[191] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.205

[192] CARVALHO, J. M. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[193] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995.

[194] Entre os anos 1889-1902 o Ministério das Relações Exteriores teve onze ministros, sem incluir as interinidades. Estes foram: Quintino Bocaiúva e Justo Leite Chermont (no governo Deodoro da Fonseca), Fernando Lobo Leite Pereira, Serzedelo Corrêa, Antônio Francisco de Paula Souza, Felisbelo Freire, João Felipe Pereira, Carlos Augusto de Carvalho e Cassiano do Nascimento (no governo Floriano Peixoto), Carlos Augusto de Carvalho e Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (no governo Prudente de Morais) e Olinto de Magalhães (no governo Campos Sales). De acordo com BUENO, Op. Cit.

Desse modo, o governo republicano procurou adequar a estrutura funcional da política externa brasileira, no que dizia respeito ao seu quadro de funcionários e ao novo corpo de ministros, às exigências do momento, mediante a escolha e a nomeação de pessoas que de alguma forma pudessem corresponder às expectativas que se tinha de promover o desenvolvimento brasileiro e de projetar-se o país em novas condições no cenário político mundial, e, que atendessem ao que se considerava como sendo os requisitos básicos para um "diplomata clássico" (aquele formado nos moldes do regime imperial), como a formação cultural própria dos membros da elite e o domínio de uma cultura erudita de cunho histórico e literário.

> (...) a tradição diplomática exigia um perfil bastante claro daqueles que aspiravam à carreira no Itamaraty. A constituição desse perfil, baseado no *habitus* social e cultural da classe dominante, compunha-se de uma sofisticação e erudição literária e histórica, domínio de idiomas e interesse pela cultura internacional de corte "civilizado". Ou seja, europeu-ocidental, pós-revolução francesa, monárquico, embora liberal, e de um certo toque anti-clerical, no estilo do *ethos* neo-absolutista em curso na Europa, próximo do exemplo do Império austro-Húngaro. O conhecimento das ciências em destaque consistia um *plus*, na medida em que trazia um verniz moderno para a erudição tradicionalista com enfoque historicista. [195]

Atentando-se para os objetivos do momento, a República promoveu, assim, o retorno de antigos membros da elite imperial, portanto, antigos partidários do regime deposto, ao cenário político republicano não, porém, como defensores ou colaboradores do regime, mas, sim, como "construtores da Pátria". Distanciados até então das principais funções políticas do governo ou nele atuando em posições secundárias, estes exerceriam funções importantes no âmbito da diplomacia e da própria política externa a ponto de imprimir em ambas um estilo próprio e um caráter peculiar, como deixariam entrever as atuações então empreendidas no âmbito das relações internacionais do Brasil. [196]

Dentre os muitos que ascenderam no período em questão (a Presidência Rodrigues Alves) ao cenário republicano, destacou-se muito particularmente José Maria da Silva Paranhos Júnior, que possuía capital simbólico bastante para representar o Brasil à altura do que se esperava, por

---

[195] SILVA, D. A. D. **Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade**: o círculo Rio Branco no Brasil "UBIQUE PATRIE MEMOR". Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.p.96,97.

[196] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).

ser possuidor de larga experiência nos assuntos internacionais e por haver conformado uma trajetória pessoal que abarcava tanto atuações na política interna imperial quanto na política externa de ambos os regimes, pois embora fosse monarquista convicto quando da deposição da Monarquia, atuou desde o princípio da República como seu representante junto aos países europeus, especialmente a Inglaterra, Suíça e Alemanha. [197]

Alcunhado como Barão, o Barão do Rio Branco, não obstante em termos práticos tal título tivesse caído em desuso juntamente com o regime deposto, consagrara-se nos primeiros tempos da República por sua atuação em duas frentes específicas do serviço diplomático – as funções consulares e as funções ministeriais, em que se destacara, respondendo ora pelas questões comerciais ora pelos interesses brasileiros nos contenciosos de fronteira, que lhe permitiriam depois ingressar no Ministério das Relações Exteriores para uma carreira longeva, que se estenderia por dez anos consecutivos (de 1902 a 1912) e que ao seu termo deixaria engendrado um novo paradigma de política externa. [198]

Seu percurso pessoal, como não poderia deixar de ser, havia seguido os passos comuns aos membros da elite imperial, pressupondo estudos nos principais centros de formação do país, como o *Colégio Pedro II* e a *Faculdade de Direito de São Paulo* e do Recife, viagens ao Velho Mundo e atuações na política interna (como deputado conservador por Mato Grosso entre 1869 e 1875) e depois na diplomacia brasileira (na qual atuou como Secretário na chamada Missão Paranhos ao Rio da Prata, em 1870, e como Cônsul-Geral do Brasil em Liverpool até o ano de 1902), e, explicando, por sua vez, muitas das posições adotadas no âmbito das convicções políticas e das diretrizes de política externa.[199]

A vinculação à elite política imperial resultou de certa forma na fidelidade ao regime deposto, mesmo quando da implantação da República, que, embora propalasse a necessidade de se adequar a estrutura funcional do Estado à dinâmica dos novos tempos, o conservou nas funções públicas, talvez em virtude de sua grande experiência no serviço diplomático brasileiro, e, quem sabe também pelo fato de ele não haver se oposto publicamente à ordem dos fatos, como fizeram alguns monarquistas convictos, como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado, que,

---

[197] RICUPERO, R. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000. p. 40
[198] BUENO, C. **Política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[199] LINS, A. **Rio Branco**. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana, 325)

permanecendo na frente de oposição, se recusaram a prestar apoio ao regime que tentava, então, se firmar.

Por essa razão, permanecendo no serviço diplomático brasileiro do regime republicano, não obstante as convicções políticas esposadas, atuou como representante dos interesses brasileiros em diversas frentes exigidas pelo relacionamento do Brasil com o exterior, como o Consulado do Brasil em Liverpool, tido por muitos como o melhor posto de trabalho do país durante o regime imperial, como a defesa da posição nacional junto dos governos dos Estados Unidos e da Confederação Suíça nos episódios de arbitramento dos contenciosos de limites na região do Rio da Prata e no Amazonas, que o consagraram como um dos grandes nomes do pensamento político nacional.

A experiência adquirida nesse meio, no transcurso da passagem do Império para a República, mais do que figurar como um importante complemento à sua formação, forneceu-lhe também uma compreensão mais clara do cenário internacional, no qual, embora o domínio europeu fosse incontestável, já se divisava a emergência dos Estados Unidos como uma nova potência. A percepção da Inglaterra como principal representação do capitalismo industrial e do liberalismo econômico, ladeada pela percepção da emergência do Império alemão e dos Estados Unidos como novas potências na estrutura política econômica de um mundo em mutação, completou, assim, o arcabouço intelectual no qual ele assentaria suas ações, sendo, portanto, determinante pela definição das linhas essenciais que marcariam a política externa brasileira durante sua gestão. [200]

No Itamaraty sua atuação teve por característica essencial a combinação da tradição realista proveniente da diplomacia imperial, da qual era herdeiro direto, com a renovação das concepções e paradigmas da política externa brasileira, que considerou como sendo importantes em face do novo momento por que passava o cenário internacional, procurando, por meio desta, assegurar uma margem maior de atuação e um espaço específico para o Brasil no cenário regional e também no cenário mundial, como bem confirmaram as tentativas de se reverter o quadro de idealismo do período inicial com a adoção de novas políticas e estratégias que pudessem adaptar as relações exteriores do país às atuais condições do sistema internacional.[201]

---

[200] RICUPERO, R. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000. p. 40

[201] BUENO, C. **Política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Até então, no terreno das relações internacionais, os dois eixos em torno do qual giraram as relações internacionais do país – o assimétrico e o simétrico – haviam tido momentos de articulação delicada em que ora o segundo se subordinava ao primeiro, ora este se sobressaía àquele, numa linha em que ambas as diretrizes eram comumente vistas como sendo incompatíveis, sendo talvez por essa razão que a política externa brasileira durante toda a Monarquia fez-se inicialmente marcar pela vinculação à Europa, para somente no final do século priorizar as relações com a América, por ser este o terreno em que o país poderia aspirar a exercer uma hegemonia sobre questões que afetavam diretamente os interesses nacionais. [202]

Verificada claramente durante todo o transcurso do regime imperial, esse mecanismo delicado de articulação entre o eixo das semelhanças e o das diferenças, fez-se também visível nos primeiros tempos do regime republicano, pois embora em princípio a República tivesse colocado em primeiro plano as relações com os países vizinhos na tentativa de se resolver questões inerentes ao bom desenvolvimento do país, tais eram, as questões de fronteira e as questões comerciais, logo inverteu essa premissa priorizando as relações com os Estados Unidos e as relações com as potências europeias, que novamente conformaram o eixo das relações desiguais.

Manifestada dessa maneira durante os primeiros tempos do regime republicano, essa articulação delicada entre as duas vertentes que conformavam as relações internacionais do país, modificou-se, contudo, por iniciativa de Rio Branco, em cuja concepção as duas diretrizes eram compatíveis, desde que se contornassem as dificuldades inerentes à sua harmonização. Revertendo, pois, as tendências anteriores de se sobrepor um eixo ao outro de acordo com as concepções daqueles que se responsabilizavam pela condução do país, levou em conta essas duas diretrizes na formulação da política externa, que passou a conduzi-las nos moldes de uma complementaridade funcional.

> Embora isso ocorresse na prática, não havia, na concepção de Rio Branco, incompatibilidade inconciliável entre o relacionamento amistoso do Brasil com os Estados Unidos e seus vínculos com os vizinhos. Sua aspiração em termos

[202] Compreende-se como eixo simétrico o relacionamento do Brasil com países que apresentam categorias de poder semelhantes ao dele e como eixo assimétrico as relações brasileiras com países que apresentam diferenciais significativos de poder. De acordo com RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

> ideais, era mesmo aproximar e harmonizar a política norte-americana e a latino-americana, servir como uma espécie de ponte entre dois extremos. [203]

Delimitando o espaço de atuação das relações internacionais do Brasil nessas duas diretrizes específicas – de um lado no eixo das relações bilaterais com os Estados Unidos e com os países europeus, e, de outro no eixo das relações com os países latino-americanos, especialmente com Argentina e Chile, procurou promover o Brasil a melhores posições no cenário mundial, mediante o fomento de suas relações comerciais e políticas com os parceiros de ambas as vertentes, bem como por meio do desenvolvimento de uma política hegemônica para o contexto regional, com que retomou traços da política externa desenvolvida sob a égide do Império brasileiro no contexto do seu ocaso e da qual era herdeiro. [204]

No primeiro aspecto, esse direcionamento atendia aos interesses das oligarquias que haviam ascendido ao sistema político nacional e que buscavam atender às demandas de sua própria classe. Situado na periferia do capitalismo e no âmbito da divisão internacional do trabalho como uma economia essencialmente agroexportadora, o país tinha na potência do Norte um mercado consumidor sólido e com amplas perspectivas de expansão para o café e outros produtos nacionais, razão pela qual colocou, em primeiro plano, a Nação que poderia assegurar a manutenção de seus interesses e os elevados índices de sua economia, imprimindo a essa diretriz um caráter claramente pragmático. [205]

Além disso, o reconhecimento de que os Estados Unidos centralizavam um sistema político diverso do europeu, com órbita própria e distinta daquela, imprimia à conduta brasileira um caráter também político, na medida em que colocava a aproximação do país com esta Nação como a garantia essencial de que suas iniciativas no âmbito regional seriam respaldas. Assentando-se numa concepção de Brasil que previa para o país um destino mais amplo no círculo das demais nações presentes no cenário internacional, e, especialmente no regional, a política externa brasileira requeira esse apoio político e econômico para consolidar-se no que era considerado como sendo seus objetivos essenciais.

---

[203] RICUPERO, R. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000. p. 40

[204] RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

[205] BUENO, C. **Política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Ancorando-se na ideia de que a América era constituída por três partes distintas – os Estados Unidos, a Hispano-América e o Brasil, que ocupariam posições diferenciadas no continente, Rio Branco procurou consolidar a posição brasileira no cenário regional associando-se às iniciativas norte-americanas no âmbito do Pan-americanismo (então concebido como um movimento de cooperação continental conduzido pelo gigante do Norte), numa linha em que o Brasil se colocava como um interlocutor privilegiado entre os Estados Unidos e o restante do continente, de um lado apoiando as iniciativas daquele para em contrapartida ter suas posições respaldadas. [206]

De imediato, essa política refletiu-se no alinhamento brasileiro à política norte-americana em face do bloqueio imposto pela Inglaterra e pela Alemanha às alfândegas venezuelanas (1903), no pronto reconhecimento à República do Panamá, na negociação de um decreto presidencial concedendo redução de 20% sobre os direitos de importação para alguns artigos de interesse para os Estados Unidos (1904) e na aceitação dos termos do Corolário Roosevelt, de 6 de dezembro desse mesmo ano, que, marcando o início da política do *Big Stick*, formalizou a supremacia desse país no cenário latino-americano, redundando em sérias criticas à sua postura, por parte daqueles que viam com reservas o alinhamento com os Estados Unidos.[207]

Efetivamente, tal qual ocorrera nos primeiros tempos do regime republicano com a inflexão promovida nas diretrizes de política externa, a postura adotada por Rio Branco, nesse período, promoveu a eclosão de novos debates no cenário doméstico, situando em terrenos opostos importantes intelectuais, que se dividiram de um lado no grupo dos que lhe foram simpáticos e de outro no grupo dos que se lhe opuseram. Embora boa parte dos que se ocuparam da questão não estivessem necessariamente inseridos no serviço diplomático, pode-se dizer que se achavam, contudo, ligados ao círculo do Barão, haja vista que este chanceler reuniu ao redor de seus passos um grupo de intelectuais importantes que lhe respaldaram as ações mediante o apoio público às suas decisões. [208]

Muito embora a aproximação Brasil – Estados Unidos tenha se configurado como um dos pilares mais importantes de sua gestão, a política externa empreendida por Rio Branco conferiu

---

[206] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.205

[207] BUENO, C. **Política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[208] BÁGGIO, K.G. **A "Outra" América:** a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224p. (Tese de Doutorado).

também às relações bilaterais com os países europeus, de cuja cultura os países hemisféricos continuavam sendo herdeiros, uma importância capital, numa clara retomada da postura adotada pelo Império brasileiro, por se considerar que aquelas também eram importantes para o país, sobretudo, no que dizia respeito às questões comerciais, razão pela qual olhou mais atentamente para os parceiros com os quais o país vinha mantendo relacionamento satisfatório desde a transição política do final do século XIX.

Requerendo, portanto, a manutenção de vínculos com a Europa, especialmente com os países mais expressivos do continente, a tática adotada por Rio Branco para a ampliação da margem de manobra diplomática e do prestígio brasileiro no cenário mundial e regional, pressupôs também o estabelecimento de vínculos cordiais com os demais países hemisféricos, sobretudo, com a Argentina e o Chile, com os quais disputava o controle do equilíbrio de poder na região do Prata, no seguimento sul do continente, conformando a outra vertente em que a política externa brasileira passou a ser conduzida, ou seja, o eixo das relações com os países latino-americanos. [209]

Nesse segundo plano, as diretrizes de política externa adotadas pelo Barão do Rio Branco para o contexto latino-americano casavam-se perfeitamente às pretensões governamentais de se promover o desenvolvimento do país e ao mesmo tempo ao seu interesse pessoal de alçar o Brasil à posição diferenciada no cenário regional, não só distinguindo-o das demais Nações presentes no continente, comumente associadas a instabilidade econômica, social e política, mas também garantindo o exercício de uma posição predominante sobre as mesmas, razão pela qual procurou desenvolver uma política regional de maior aproximação com os países vizinhos. [210]

Corporificada na elaboração do Pacto ABC, a visão realista das relações internacionais, na qual ancorava sua política levou-o não só a procurar respaldar a soberania nacional na ampliação dos recursos de poder materiais ou simbólicos que o país possuía, mas também ao entendimento de que o segmento sul do continente a influência brasileira deveria ser compartilhada, a fim de afastar eventuais possibilidades de seus rivais exercerem um papel de liderança nas repúblicas hispano-americanas com as quais o país tinha pendências. Contrabalançada pela aproximação com os Estados Unidos, essa política nada mais fazia que procurar realçar os recursos brasileiros,

---

[209] BUENO, C. **Política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[210] SANTOS, L.C. V. G. **O dia em que adiaram o carnaval**. Política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

especialmente no que dizia respeito a seu papel de liderança e à sua imagem de um país cordial. [211]

> Ele reconhecia, além disso, que assim como nenhum país dispõe do poder total, nenhum é totalmente desprovido de muito poder. A questão se resume toda em saber utilizar o limitado poder ao alcance de cada um, buscando aumentá-lo ou complementá-lo por meio de alianças. A aliança com os Estados Unidos servia a esses objetivos e foi o principal meio de que lançou mão para inserir o país no mundo.[212]

Alimentada pela percepção comum às elites imperiais de que as repúblicas latino-americanas representavam a anarquia e a fragmentação nacional, essa política refletiu-se na elevação da legação brasileira à categoria de embaixada (1905), na realização do III Congresso Científico Latino-americano (1905), na criação do primeiro cardinalato latino-americano (1905), na realização da III Conferência Internacional americana (1906) e na defesa enfática do rearmamento naval brasileiro, bem como se refletiu na contraposição às iniciativas dos países vizinhos de formação de um bloco que pudesse fazer frente aos Estados Unidos, deixando à mostra a especial atenção conferida pelo Chanceler à dimensão simbólica do poder.

Além da política de maior aproximação com os Estados Unidos, com os países europeus e com os países continentais, Rio Branco deu continuidade a outro direcionamento adotado pela política externa republicana – a definição das fronteiras nacionais, na qual conseguiu impor de forma satisfatória para o Brasil seus argumentos nas questões de litígios fronteiriços com a Bolívia (1903), com o Peru (1904-1909), com a Guiana Holandesa (1904), com a Venezuela (1905), com a Guiana Holandesa (1906), com a Colômbia (1907) e com o Uruguai (1909) – negociações que vieram completar o desenho do território definitivo do país, e, que o consagraram como sendo um dos Pais fundadores da Pátria. [213]

Condição essencial ao bom desenvolvimento de sua política externa, a definição territorial brasileira era, assim, uma questão de extrema importância para o Brasil, considerando-se que à época este nada mais era do que um país rodeado por dez vizinhos em relação aos quais ainda não havia definido suas fronteiras. Questão herdada do passado político nacional, conduzida com

---

[211] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.205

[212] RICUPERO, R. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000. p. 54

[213] SANTOS, L.C. V. G. **O dia em que adiaram o carnaval**. Política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

métodos e conceitos também herdados do período anterior, embora com uma competência e continuidade sem precedentes, a resolução das fronteiras brasileiras, marcou, assim, o período Rio Branco, como um dos grandes momentos da história das relações internacionais do país. [214]

Formulada e conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores entre os anos 1902-1912, a política externa brasileira concebida por Rio Branco, pode, assim, ser lida como a combinação em paradigma de três elementos fundamentais – a busca da soberania nacional, o desenvolvimento e aumento do prestígio brasileiro frente aos demais atores presentes no cenário mundial e a definição completa do território brasileiro com a resolução das pendências que remanesciam do Império. A política externa que havia surgido no bojo da transição política sem um projeto próprio, possuía agora um modelo de ação claramente consolidado a partir das diretrizes desenvolvidas nos dez anos em que o Barão esteve na condução dos assuntos internacionais do país. [215]

Se o início da República marcou, com efeito, a transição brasileira do polo hegemônico europeu de poder para o norte-americano, o período da gestão do Barão do Rio Branco compreendeu o ingresso do país na moldura do Pan-americanismo, então absorvido de um lado como concepção de mundo e de outro como doutrina diplomática. As iniciativas de Rio Branco, secundadas pelas de Joaquim Nabuco, deram conta disso.[216] Subjacente à tradição continuísta, o conteúdo de ruptura e reinvenção imprimido pelo Barão às relações Internacionais do Brasil, acabaram por adaptar o país ao ambiente internacional que integrava as Américas em um único subsistema de Estados, materializando a hegemonia hemisférica dos Estados Unidos. [217]

Desenvolvida dessa forma, essa diretriz de política externa marcou profundamente o modo de se conduzir as relações internacionais do país, a ponto de servir de modelo para os seguidores de Rio Branco. Transformada em paradigma de política externa, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos consolidou-se ganhando novas características, de acordo com a nova ordem mundial que surgiria colocando em crise o sistema internacional europeu, permitindo-nos situar o período entre o fim da gestão Rio Branco (1912) ao fim da República Velha (1930) como de continuidade da obra do Barão, mas sem os mesmos traços de inventividade, bem como sem a

---

[214] GOES, S.S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.
[215] RICUPERO, R. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000. p. 40
[216] LOBO, H. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939 (Brasiliana, 169).
[217] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.205

devida atenção às mudanças ocorridas no mundo e no país em razão da Primeira Guerra Mundial.[218]

Desde então, seus sucessores na pasta, em especial Lauro Muller, Azevedo Marques, Félix Pacheco e Otávio Mangabeira, iriam seguir seus passos, cultivando a amizade entre as duas maiores Nações do continente, embora imprimindo às mesmas um novo desenho – o do "alinhamento automático", uma aproximação irrestrita que vincularia o Brasil tranquilamente ao bloco de poder liderado pelos Estados Unidos. A política externa que nascera e crescera sob os auspícios da Europa, especialmente da Inglaterra, desenvolver-se-ia, assim, nos anos subsequentes à morte de Rio Branco, sob o amparo da América, já que o americanismo que marcara os primeiros tempos do regime republicano se consolidara logrando suplantar o europeísmo que vigorara durante todo o regime monárquico.

Liderança política e intelectual, tributária de um capital simbólico considerável, o Barão havia contribuído para isso, não só promovendo uma releitura das diretrizes essenciais da política externa do país, mas também, e, sobretudo, orientando a diplomacia no rumo daquilo que considerava ser seu dever maior – a defesa os interesses nacionais, então entendidos como o conjunto dos aspectos que englobavam "uma noção de "pátria" como posse de território e presença de um povo em unidade e centralidade e cuja grandeza sustentava suas aspirações de liderança" [219], de modo que seu legado permaneceria no imaginário nacional como algo que não devesse ser menosprezado pelos seus sucessores.

Por essa razão, durante boa parte do regime republicano, o Brasil gravitaria na órbita da maior nação continental e indubitavelmente a maior potência mundial, no bojo das mudanças ensejadas pela implantação da República, e enquanto tal ocorresse os novos condutores de sua política externa, fossem eles seus formuladores ou seus implementadores, não conseguiriam se furtar ao legado deixado pelo Barão, conduzindo-se ainda e sempre sob a sombra de Rio Branco. [220]

---

[218] BUENO, C. **Política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[219] SILVA, D. A. D. **Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade**: o círculo Rio Branco no Brasil "UBIQUE PATRIE MEMOR". Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.p.16

[220] SANTOS, L.C. V. G. **O dia em que adiaram o carnaval**. Política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CAPÍTULO 3. A ASCENSÃO DOS CAFEICULTORES E SUA INSERÇÃO NA POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA.

> *Na nova ordem republicana, política, sociedade e cultura se entrelaçam com os cafezais. Ao longo da Primeira República (1889-1930), especialmente, conjugam-se o surto econômico advindo daquela monocultura e a construção de uma classe dirigente, que abraçou modelos políticos e projetos de hegemonia nascidos à sombra dos cafezais. (MARTINS, 2008, p.187)*

> *Como se sabe, da empresa cafeeira concentrada no Oeste paulista nasceria uma nova classe assentada em relações capitalistas de produção, com consciência de seus interesses e um projeto de estruturação política do país. Esta classe teria um caráter acentuadamente regional, tanto pela vigência de relações capitalistas restritas à área de São Paulo, como por sua conexão direta com os diferentes grupos externos. (FAUSTO, 1975, p.199).*

3.1. A expansão da cafeicultura e a ascensão de novas elites políticas[221].

A dissolução dos vínculos coloniais anteriormente existentes entre as Metrópoles ibéricas e suas antigas possessões no continente americano marcou, com efeito, um novo momento na história da região, no qual a América Latina não somente emergiria como palco para a atuação de novos países, mas também, e, sobretudo, se tornaria alvo das disputas internacionais predominantes no cenário político mundial em que as nações latino-americanas passariam a figurar como novos atores políticos. [222]

Mais do que originar novos países e revisar as relações entre Novo e Velho Mundo, até então circunscritas aos limites da colonização europeia, esse processo deu ensejo à formação de novas áreas de influência, nas quais os principais centros de poder mundial, isto é, os países europeus continuariam a disputar "um lugar ao sol" no cortejo das novas Nações, com vistas, ainda e sempre, a atenderem ao conjunto de seus interesses nos roteiros da expansão capitalista desencadeada pelo processo da Revolução Industrial e ampliada pelo Imperialismo.

Realizando-se nos moldes do liberalismo europeu, instaurado pela Inglaterra e utilizado pelos demais membros do sistema internacional vigente, a vinculação política e econômica então encetada entre Europa e América Latina formalizou a situação de dependência da segunda em relação à primeira, transformando-a em um real protetorado desta na medida em que seus recursos foram utilizados como parte integrante de um sistema que, em princípio limitado ao berço da Revolução Industrial, logo se expandiria para o restante do mundo, tal qual havia ocorrido no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX.

O estreitamento de vínculos entre Novo e Velho Mundo, realizado mediante a consolidação de relações comerciais e econômicas, não obstante as novas roupagens de que estas se revestiram, possibilitou que as antigas colônias ibéricas emergissem no cenário internacional como países essencialmente agrário exportadores, em virtude das plantações tropicais e da agricultura de clima temperado em que se assentavam as bases de sua economia, portanto,

---

[221] Entende-se por elite política o grupo de pessoas que tenham desempenhado funções formais na estrutura de poder do Brasil Império, isto é, no executivo ou no legislativo, bem como os demais grupos sociais que tenham também interferido na condução da política brasileira no período em questão. Para maiores detalhes ver: CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[222] CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

perfeitamente inseridos na divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias primas.

Nesse período, a parte ibérica do continente americano modificou-se substancialmente em função não só da incorporação de capitais estrangeiros, que então funcionaram como elemento importante para o desenvolvimento econômico regional em face dos investimentos realizados nos setores de produção, de armazenamento de produtos (silos e frigoríficos) e de transportes ferroviários, mas também do aporte imigratório europeu, um dos elementos responsáveis pela modificação social e política da maior parte das Nações latino-americanas. [223]

A delimitação de novos espaços de atuação para as Nações recentemente emancipadas da tutela europeia, bem como o delineamento de novos territórios e a definição de novas características políticas, econômicas e sociais para as regiões que conformavam a América Latina constituíram, assim, marcos importantes para o período, no que diz respeito as relações internacionais latino-americanas, ao tempo em que funcionaram como elementos definidores das novas identidades políticas que as antigas colônias ibéricas passariam a adotar desde então.

Inserido nesse contexto, o Brasil não fugiu à regra. Não obstante as especificidades do seu processo de independência e também do regime político adotado a partir da quebra do monopólio português, o regime imperial consolidou-se também como economia de caráter agrário-exportador avançando pelo período subsequente ao dia 7 de setembro de 1822 na condição de país primário exportador, da qual sairia muito posteriormente, isto é, em meados do século seguinte, no bojo das tentativas de diversificação econômica e dos esforços empreendidos com vistas a promover o desenvolvimento nacional mediante a industrialização do país.[224]

A herança deixada pelo domínio português havia contribuído para isso, fornecendo as bases necessárias para a constituição do Brasil como tal. A exploração dos recursos naturais brasileiros que tivessem algum apelo econômico no mercado mundial, realizada nos primeiros tempos do período colonial, bem como a implantação da "indústria" canavieira, mais do que respaldar os interesses da coroa e o edifício da colonização, marcaram substancialmente a estrutura da Nação, projetando-se em diferentes setores, que não apenas no econômico, mas também no político e no social.

---

[223] MOREIRA, L.F.V. **As relações internacionais da América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
[224] SILVA, J. L. W. **Relações exteriores do Brasil (1808 – 1930)**. A política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

A atenção especial conferida à agricultura canavieira, da qual provinha a indústria açucareira, suplantou o cultivo (em grande escala) de outros produtos e também o surgimento de outras formas estáveis de produção não ligadas à agricultura, fixando, por isso mesmo, nas atividades essencialmente rurais os pilares da coletividade brasileira. Entremeada pelas práticas mineradoras que contrabalançavam seu exercício, a atividade agrário exportadora consolidou-se no país, sobrevivendo mesmo depois do esfacelamento dos vínculos entre Metrópole e Colônia. [225]

Consolidada a Independência com a implantação do Império Brasileiro, as atividades agrícolas foram revitalizadas. O declínio da mineração, de imediato verificado pelo Brasil imperial, a crescente demanda por um desempenho melhor do mercado interno, bem como os impositivos do comércio internacional assim o requeriam, determinando a condução da economia brasileira, então novamente voltada para a agricultura do açúcar e do fumo e também para a exportação do couro e de algumas especiarias.

A sobrevivência das diretrizes produtivas implantadas no período colonial, mesmo depois da independência, fundamentava-se, assim, numa tradição secular da qual o Brasil demandaria uma grande parcela de tempo para se desprender. A herança lusitana pesava demasiadamente nas estruturas brasileiras para ser removida assim às pressas no roteiro das alterações políticas encetadas e ensejadas pela quebra dos vínculos de dependência estabelecidos anteriormente entre Portugal e Brasil.

> A tradição econômica então vigente no país, fortalecida pelo peso da herança colonial, determinava uma economia fortemente centralizada na exportação de alguns produtos nos quais eram aplicados praticamente todos os investimentos de capital que visassem rentabilidade efetiva.[226]

Em face desse quadro, o Brasil que emergiu do processo de independência como um Império – um novo ator político perfeitamente habilitado a fazer frente aos demais países presentes no cenário internacional, já o fez na condição de uma Nação calcada em estruturas econômicas essencialmente agrárias, isto é, no cultivo de produtos primários pelos quais demandavam os principais centros comerciais do mundo.

Contudo, pode-se dizer que se ao longo do período colonial a produção açucareira havia se tornado seu carro condutor, no transcurso do Império e também no decorrer de boa parte da

---

[225] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

[226] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado). p. 49

República a situação seria outra. O açúcar extraído da atividade canavieira seria paulatinamente suplantado por outro produto, bem mais modesto em configuração, mas riquíssimo em seu potencial – o café – cuja rentabilidade, uma vez percebida, o faria crescer em importância em relação aos demais produtos de exportação a ponto mesmo de chegar a suplantá-los na segunda metade do século XIX. [227]

No Brasil, o cultivo da rubiácea seguiu um percurso específico, inicialmente se desenvolvendo nas regiões Norte e Nordeste, de forma modesta e esparsa, como um gênero complementar à produção já existente, uma vez que o consumo do produto ainda não havia se difundido no país, sendo visto muito mais como artigo de luxo e beberagem sofisticada que como produto rentável, posteriormente se expandindo pela região Sul e Sudeste, de forma expressiva e bem delimitada, como produto de primeira linha e gênero de primeira grandeza na balança comercial brasileira. [228]

Introduzido no cenário nacional, via Capitania do Grão Pará, por volta de 1760, o café foi primeiramente plantado em propriedades locais, com vistas mais a atender ao consumo doméstico e ao gosto das famílias abastadas que já o conheciam, que a ser comercializado em grande escala, tal qual ocorria com o açúcar. No contexto em que os canaviais prosperavam pelo país como elementos indispensáveis à sua sustentação econômica, os cafeeiros encontravam alguma resistência para se expandir, limitando-se, por isso mesmo, às pequenas produções para uso particular.

Além do desconhecimento acerca da utilidade do produto por boa parte da população brasileira e acerca de sua rentabilidade no comércio mundial, a exiguidade de solos adequados ao seu cultivo na região referida (já que para expandir-se essa monocultura requeria um solo poroso, rico em húmus e basalto, a chamada terra roxa) constituiu-se em fator de impedimento para a produção dos cafeeiros, dificultando seu avanço pelos territórios e regiões vizinhas, como somente ocorreria nos albores do século XIX, quando a aceitação do produto mudaria no conceito dos brasileiros. [229]

Acanhada em princípio, a produção do café guardou, contudo, seu potencial econômico e comercial, expandindo-se timidamente no seio das elites nordestinas até aclimatar-se em

---

[227] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**
[228] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[229] HOLLOWAY, T. H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

definitivo nas terras férteis do Sudeste brasileiro, onde não só fincaria raízes sólidas, em função das excelentes condições geográficas e climáticas e das melhores condições de produção, mas também revelaria seu justo valor, ou seja, o papel de produto digno de figurar na balança comercial brasileira e a competir com aqueles que já haviam se consolidado como produtos principais da economia nacional. [230]

Importa notar que no Sudeste brasileiro, a planta foi introduzida no início do século seguinte na condição de sementes e de mudas que lá chegaram através do Rio de Janeiro, por iniciativa de administradores atilados e de alguns estrangeiros que ali residiam e que conhecendo um tanto mais acerca da boa colocação e aceitação do produto nos principais centros comerciais europeus, investiram recursos na formação de núcleos produtores que pudessem difundir o cultivo e a cultura do consumo do café pelo país.

Implantados nas encostas fluminenses, os cafeeiros começaram, então, a ganhar cidadania, embora esbarrando na resistência de alguns produtores. Fortemente habituados à produção da cana-de-açúcar, na qual se assentava a economia brasileira e também as fortunas particulares da época, os latifundiários do período mostraram-se, em princípio, pouco dispostos a encararem o café de outro modo que não aquele que já se difundira no imaginário da classe – o de presente de luxo e planta exótica ou de beberagem sofisticada comumente utilizada pelas famílias elegantes, que dela possuíam algum conhecimento. [231]

Refratários à adoção do café como uma via de produção alternativa à economia brasileira e como uma nova fonte de rendimentos pessoais, por conta dos receios de substituírem o produto com o qual estavam acostumados por outro que ainda não conheciam muito bem, estes proprietários revisariam, contudo, seu posicionamento durante a crise econômica gerada pela concorrência imposta pelo açúcar antilhano, que, ao colocar em risco a manutenção de seus interesses comerciais junto aos principais centros econômicos do mundo, alteraria as disposições pouco simpáticas em relação ao produto, retirando-o da esfera de resistência anterior mediante seu envolvimento numa aura de mais simpatia.

O declínio na produção do Ouro, a mais importante fonte de riquezas do Império português, com o esgotamento das jazidas, a partir do século XVIII, e as dificuldades impostas ao comércio açucareiro por conta da concorrência internacional, impunham um novo quadro de

---

[230] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[231] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

necessidades aos produtores nacionais levando-os, por isso mesmo, a buscarem novas alternativas com que se pudesse fortalecer o fragilizado edifício imperial lusitano, razão pela qual a produção do café em escala maior foi incentivada de forma mais expressiva, sobretudo pelos funcionários da Coroa Portuguesa, quando da permanência de D. João VI no Brasil. [232]

Limitada em princípio pela resistência dos latifundiários cariocas e também pela própria estrutura econômica em que se assentava a produção brasileira à época, o cultivo do café avançaria de forma inconteste, patenteando-se no Rio de Janeiro e seu entorno no início do século XIX, quando a monocultura se notabilizaria no seio da nobreza não somente como produto de consumo doméstico, mas como elemento destinado a subverter a crise gerada pela concorrência imposta pelo açúcar antilhano, que acabara por remeter o Brasil a uma situação de desfavor no cenário internacional.

Nesse processo de investimentos em novas culturas que não apenas a da cana-de-açúcar, consequentemente de investimentos no setor da produção cafeeira, o apoio direto da Coroa Lusitana tornou-se fundamental. Transferida para o Brasil nos albores do novo século, no bojo da expansão napoleônica, esta não apenas incentivou seu consumo mediante a distribuição de sementes provenientes de Moçambique, devidamente cultivadas em estufas, e de sesmarias para o cultivo do Café, distribuídas entre fidalgos portugueses, mas, sobretudo, conferiu os aportes necessários à sua definição como produto chefe da economia nacional. [233]

Os incentivos régios, somados à propaganda que se passou a fazer a favor do café, respaldaram os esforços dos primeiros produtores do Sudeste, abrindo espaço para que outros investissem nessa mesma cultura. Preludiando um novo momento para a sociedade brasileira, em que seu espaço produtivo seria modificado de forma substancial, o produto difundiu-se rapidamente por todo o Rio de Janeiro e o Vale fluminense, donde se irradiou para a Zona da Mata mineira e para o Norte de São Paulo.

Subvertendo o quadro inicial de produção restrita para uso doméstico, como ocorria no seio das famílias nordestinas, a produção do café expandiu-se de forma intensa e bem delimitada nas primeiras décadas do século XIX, não só ganhando novas dimensões, mas também contrabalançando, por fim, a produção açucareira. O aumento do consumo do produto, que passaria a ser frequentemente requisitado pelas famílias abastadas, bem como pelos cafés locais e

---

[232] WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**
[233] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

estrangeiros, contribuía para isso, não só respondendo pelo avanço e incremento na produção, mas também modificando sua posição na balança comercial brasileira. [234]

De produto secundário, posto que inexpressivo no rol da agricultura brasileira, o café passou a ocupar melhores posições nesse sentido, firmando-se, portanto, entre os demais produtos tradicionalmente exportados pelo país, tais quais eram o açúcar e o fumo, embora não aponto de chegar ainda a suplantá-los, o que efetivamente só ocorreria na segunda metade do século XIX, quando a rubiácea se transformaria definitivamente em sustentáculo da economia brasileira durante o Império e depois no transcurso da República, em virtude da grande aceitação que passaria a ter desde então no Brasil e no exterior, prioritariamente em alguns países europeus e nos Estados Unidos. [235]

Aclimatando-se muito bem ao Sudeste brasileiro em virtude das excelentes condições apresentadas pelas terras que o conformavam e também pelo seu clima, essa monocultura estendeu-se das estreitas faixas de terra das encostas fluminenses, onde se firmara inicialmente, por toda a parte ocidental do Vale do Paraíba, que formalizaria o predomínio econômico que esta região exerceria por um longo período nos roteiros da economia exportadora ligada à produção do café.

Não se limitando à parte ocidental da Província, os cafezais aos poucos alcançaram também sua parte oriental, além de se estenderem um pouco depois para parte de Minas Gerais, na região que conformava a Zona da Mata, e para parte da Província de São Paulo situada nas delimitações do próprio Vale, nas quais parcela das atividades consideradas até então como sendo vantajosas passou a ser preterida em função do cultivo e comércio do café, visto como produto mais rentável, em virtude da experiência já adquirida e divulgada pelos primeiros produtores em larga escala do país. [236]

Assim, da emancipação do Brasil em face do domínio português ao Período Regencial o café fincou raízes em território brasileiro, expandindo-se consideravelmente pela região Sudeste, a ponto de não só suplantar as demais produções, mas também de demarcar os novos limites econômicos que se erigiriam em sustentáculos do país, consequentemente nos pilares da Nação.

---

[234] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[235] HOLLOWAY, T. H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
[236] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

> Da Independência, passando pelo Primeiro Reinado e Regência, o café delineou-se como planta esteio da nação. E consolidou-se ao longo da Monarquia construída nos trópicos, num Reino visto como flor exótica das Américas, onde governou um imperador loiro, de olhos azuis, que se vestia com um manto de penas de papo de galos da serra nas ocasiões de pompa e circunstância. Esse monarca reinaria à sombra dos cafezais. Ou melhor: seu reinado passou a figurar como uma alegoria do café. [237]

A expansão da monocultura pelo cenário brasileiro e a consequente consolidação do café entre os produtos nacionais originou não só a formação de imensas propriedades que se estendiam pelo Vale do Paraíba e pelas regiões circunvizinhas, já que em seus primeiros tempos o cultivo dos cafeeiros no Brasil reproduziu o cenário das *plantations*, com a existência de grandes territórios e de mão-de-obra farta e abundante, tal era à época a mão-de-obra escrava, mas também resultou na ascensão de grandes fazendeiros, a partir dos quais surgiriam verdadeiros grupos patriarcais, cujo poder se expressaria mais claramente nas esferas políticas, originando uma nova elite nacional. [238]

No contexto em que o Império se firmava, mediante a crescente centralização do poder, os novos produtores cresciam em importância frente à Coroa brasileira, não só porque detinham avultados recursos financeiros ou porque dominavam todos os percursos da cadeia produtiva, mas também porque respaldavam os interesses e decisões imperiais, que em essência não diferiam muito dos seus. Estabelecida por meio do Partido Conservador, a aliança entre os latifundiários do período e o centro do poder no Brasil tornou-se um traço importante da política nacional, indicando a relevância que os produtores da região do Vale do Paraíba passaram a desfrutar junto aos altos escalões do governo. [239]

Seguindo uma marcha ascendente, a produção do café alcançou novos patamares no transcurso do Segundo Reinado, chegando mesmo a se sobrepor aos demais produtos exportados pelo país, a ponto de ser finalmente colocado em primeiro plano no rol dos interesses econômicos nacionais. O destacado papel desempenhado pela rubiácea no tocante ao comércio exterior do Brasil, mais do que significar questão demasiadamente importante no conjunto das exportações

---

[237] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69.
[238] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[239] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado). p. 63, 64.

brasileiras, significava o equilíbrio da balança comercial e a estabilização da economia em geral, razão pela qual passava a receber especial atenção por parte do governo imperial.[240]

Consolidando-se nas paisagens brasileiras à medida que o próprio Império se constituía, os cafeeiros não só modificaram a economia nacional no que diz respeito ao tipo de cultivo a ser produzido, mas também as paisagens sociais e culturais do país. A crescente demanda por mais espaços produtivos, bem como por mais braços para as lavouras em franca expansão ensejariam a formação de novas vilas e povoados devidamente marcados pela cultura do café e também pelo elemento estrangeiro, então configurado na pessoa do imigrante, que para cá afluiria em grandes levas, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

Repercutindo diretamente no espaço urbano mediante a criação de novas vilas e a sofisticação das propriedades rurais situadas nas proximidades da Corte, também na configuração social do próprio país, a expansão cafeeira realizada num período de cerca de cinquenta anos tornou-se o símbolo do poder do Império e dos cafeicultores do Vale do Paraíba, que em conjunto entrariam em declínio ao final do século, no primeiro caso pela derrocada dos elementos que lhe serviriam de base de sustentação, no segundo caso pelos desarranjos verificados nas condições produtivas da região, em virtude da ausência de um planejamento específico para a produção do grão. [241]

Realizada sem maiores planejamentos e cuidados a produção do café, essencialmente predatória e itinerante, apresentava, à longo prazo, problemas significativos como o desgaste e empobrecimento precoce dos solos (já que não eram comuns serviços de revitalização de terrenos mediante a utilização de insumos), gerando, assim, crises periódicas, solucionadas em parte pela expansão dos cultivos pelas áreas fronteiriças e não poucas vezes remetendo toda a região produtora a uma situação de desfavor, tal qual ocorreu nas últimas décadas do século XIX, quando os cultivos declinaram consideravelmente no Vale do Paraíba.

Não obstante a gravidade de que se revestia a crise do Vale do Paraíba, longe de significar o encerramento do ciclo produtivo dos cafeeiros no país, marcou o início de um novo momento na expansão do café, em que se de um lado esta declinaria na região que lhe servira de berço para a expansão, de outro se direcionaria para região diversa – o interior paulista, na qual encontraria condições mais adequadas ao seu cultivo, tanto do ponto de vista climático e geográfico, quanto

---

[240] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[241] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

do ponto de vista das técnicas e meios mais modernos de produção, isso sem mencionar a pronta aceitação que o produto já havia recebido desde que lá chegara.

Efetivamente, enquanto de um lado o país observava a crise na principal região cafeicultora, em virtude dos problemas já mencionados, de outro observava o avanço da produção pelo chamado "Oeste paulista", que não correspondendo necessariamente ao oeste geográfico do estado de São Paulo, mas sim à área que ia de Campinas a Rio Claro, passando por São Carlos, Araraquara, Catanduva, Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, se consagraria posteriormente como o novo "Circuito do Café" – ou seja, uma região que serviria de palco para uma expansão do produto, sem precedentes na história brasileira. [242]

Tal qual ocorrera nas regiões que serviram de berço para a primeira implantação dos cafezais no Sudeste do país, a produção de café em território paulista iniciou-se ainda no final do século XVIII, período a partir do qual passou a se expandir timidamente como cultura complementar aos demais produtos cultivados na região, tais quais, feijão, arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, entre outros, que então compunham os itens de subsistência da população local e junto aos quais compareceu como elemento secundário no conjunto de interesses dos produtores da região, por ser ainda um produto novo que só recentemente começara a ser introduzido no cenário brasileiro e em torno do qual pouco conhecimento se possuía. [243]

Das frentes pioneiras implantadas como resultado direto da expansão iniciada em território fluminense, os cafeeiros logo se expandiram pelos territórios paulistas, eliminando gradualmente as expressões remanescentes da agricultura local e ao mesmo tempo favorecendo o delineamento de novas fronteiras produtivas, que acabariam por eclipsar a relevância econômica dos demais produtos cultivados na região e em relação aos quais o café passaria a se sobressair. Resultado direto das boas condições de clima e de solo, das boas propagandas acerca do produto, da crescente valorização do produto no mercado internacional e do domínio de técnicas mais modernas de produção, o sucesso da aclimatação e expansão do produto pelo interior de São Paulo far-se-ia sentir mais claramente a partir dos anos 1830-1840, quando seria admitido entre as demais culturas regionais. [244]

---

[242] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 57
[243] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[244] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 57

No contexto em que o Império se redefinia no bojo das alterações impostas pelo Período Regencial, a rubiácea se firmava em território paulista redesenhando toda a cadeia e cenário produtivo, bem como o modelo de relações de trabalho que até então vigorava no país, pois enquanto a economia açucareira havia se firmado essencialmente no trabalho escravo a cafeicultura buscaria encontrar no trabalho livre e assalariado novas alternativas ao suprimento da mão-de-obra, mais do que necessária ao cultivo e manutenção dos cafezais, fundamental ao sustentáculo da economia brasileira.

Diferencial importante em relação aos demais produtores do período, as alterações feitas pelos cafeicultores paulistas aos modelos de produção vigente, visavam também acompanhar as mudanças que aconteciam no cenário mundial, no qual a crise do modelo escravista se impunha como questão central claramente colocada nas pressões realizadas pela Inglaterra ao Império Brasileiro para que o tráfico de escravos chegasse ao fim. Determinantes para a adoção de novas medidas, as dificuldades em torno da aquisição de mão – de – obra escrava resultaria, assim, no delineamento de uma política própria voltada para a imigração. [245]

Num gradual processo de substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre e assalariado, os produtores paulistas iniciaram, a partir da experiência de Nicolau de Campos Vergueiro[246], a contratação paulatina de trabalhadores europeus dispostos a emigrarem para o Brasil, mediante o regime de colonato, segundo o qual aqueles receberiam pouso, comida e salário em troca do trabalho que realizariam nos cafezais das principais fazendas de São Paulo, ou seja, daquelas envolvidas com a produção em grande escala, portanto, destinada a exportação.

Desenvolvendo um projeto próprio para a imigração, formulado evidentemente com base nas teorias do período que propunham o branqueamento da raça para resolver o problema da miscigenação do brasileiro, os produtores de São Paulo lançaram, nesse contexto, os fundamentos de uma política imigratória massiva (que ganharia maior relevância após a abolição da escravidão no Brasil) e que se destinava à aquisição de braços em grande escala para a lavoura, conforme

---

[245] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

[246] Jurista (formado em Coimbra) e professor da Academia de Direito de São Paulo, Nicolau de Campos Vergueiro foi um dos pioneiros na experimentação do trabalho livre na lavoura cafeeira do Brasil. Em 1840, criou a **Companhia de Colonização**, através da qual trouxe os primeiros portugueses da região do Minho para sua fazenda, em Ibicaba, próxima a Rio Claro, para trabalhar no sistema de parceria. De acordo com MARTINS, A. L. História do café. São Paulo: Contexto, 2008. P. 119

demandava a expansão do café, em cujo bojo traria grandes levas de trabalhadores europeus, especialmente espanhóis, portugueses e italianos. [247]

Favorecidos por tais fatores e também pelas conquistas decorrentes da Revolução Industrial, aqui introduzidas desde a década de 1860 na condição de maquinários diversos, especialmente os voltados para a dinamização do cultivo, beneficiamento do café e escoamento da produção, os produtores da região cresceram em importância frente aos demais produtores de outras regiões, permitindo que São Paulo aos poucos se tornasse o berço por excelência para a expansão do café. Terreno propício à manifestação das experiências modernizadoras, São Paulo suplantou, na segunda metade do século, as produções provenientes das Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, justamente no momento em que o Vale do Paraíba entrava em declínio. [248]

As melhorias verificadas na produção, na técnica e no transporte, aliadas à crescente demanda internacional pelo produto, haviam incrementado em muito a cafeicultura, favorecendo o comércio do grão no plano externo e também a acumulação de capital no plano interno, antecipando a etapa agrário-mercantil, que se abriria aos grandes produtores na passagem do Império para a República, conformando a ideia de São Paulo como sendo a "Locomotiva" do país, na sequência da qual todas as demais regiões seriam conduzidas, com vistas a manter o país em padrões de estabilidade e segurança econômica. [249]

No momento em que o Império brasileiro, consolidado depois do interregno do Período Regencial, alcançava o período de maior esplendor e tranquilidade, com a resolução das questões externas (que até então haviam se constituído em fonte de inquietudes para a Coroa) e com a introdução de melhoramentos materiais que passaram a ter grande relevância para o país, o café alcançava seu melhor momento no rol da produção econômica nacional. A rubiácea havia realmente alcançado sua posição de liderança em relação aos outros produtos exportados pelo Brasil, posição, aliás, que exerceria ainda por muitos anos, mesmo com a deposição do regime que lhe servira de berço.

A Província que se abrira tardiamente ao produto despretensioso trazido ao final do século XVIII por um funcionário da Coroa Portuguesa, transformava-se, no ocaso dos anos 1800, no real

---

[247] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 57

[248] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado).

[249] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

"Império do Café", não sendo demasiado referir-se a São Paulo como tal, pois o grão modesto, introduzido e produzido esparsamente no país até então, aclimatara-se tão bem ao seu território, a ponto de fincar raízes sólidas que nem mesmo o declínio do regime imperial e a consequente implantação da República seriam capazes de arrancar.

3.2. A construção da hegemonia paulista[250].

Das novas condições financeiras geradas pelo avanço da cafeicultura pelo Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1860-1870, muitos desdobramentos surgiram, afetando profundamente as estruturas da Nação, não só no que dizia respeito aos seus aspectos econômicos e sociais, mas também aos seus aspectos políticos, em cujo conjunto se destacaria a construção de uma nova classe social – a dos cafeicultores, a qual repercutiria decisivamente na condução dos destinos do país na passagem do Império para a República e também no transcurso do regime implantado ao final do ano de 1889. [251]

Não sendo ocorrência casual, mas antes o resultado das mudanças impostas pela introdução do café no cenário brasileiro e pela comercialização do novo produto no mercado externo, a ascensão de novos grupos sociais intimamente ligados ao processo de expansão dos cafeeiros pelo país constituiu-se, assim, num dos traços principais da história brasileira no período de constituição e declínio do Império, bem como no de estruturação e consolidação do regime político que o sucedeu por conta do destaque que estes alcançaram desde então no conjunto dos interesses nacionais.

Desde que se aclimatara em boas condições ao Sudeste brasileiro, a ponto de se expandir pela maior parte das terras que o conformavam, e de que ascendera como produto de primeira grandeza no conjunto daqueles de que se ocupavam a economia nacional, a rubiácea propiciou, com efeito, o enriquecimento do grupo dos seus primeiros produtores, em virtude do avultado capital financeiro acumulado nas Províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo,

---

[250] No presente capítulo os termos predomínio e hegemonia serão referidos como sendo o domínio econômico (no primeiro caso) e o domínio político (no segundo caso) de um grupo social sobre os demais. De acordo com FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

[251] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

permitindo que os cafeicultores da região emergissem como os novos membros da elite imperial, da qual passariam a fazer parte desde então.

> Esta especialização e concentração econômica, mais uma vez imperantes com o café, reforçava o caráter oligárquico das instituições brasileiras, inclusive sua estrutura social, contribuindo para que se constituísse uma autêntica elite, organicamente vinculada aos interesses cafeeiros e responsável pela propagação de sua visão de mundo à sociedade como um todo, imprimindo à ideologia agrária foros de verdade natural e absoluta sobre outras ideologias emergentes.[252]

Constituído, em princípio, pelos antigos latifundiários que então haviam optado pela produção do café em consonância com outras culturas ou em detrimento destas, e também pelos novos cultivadores que surgiram no bojo da expansão cafeeira, os grupos em que estes se situavam destacavam-se tanto pela amplitude de suas funções no cerne da economia brasileira, na qual se dedicavam não só à etapa da produção, mas também à do armazenamento, do transporte e financiamento dos grãos, quanto pelo incontestável poder político que passaram a concentrar desde então, sobressaindo-se, por isso mesmo, em relação aos demais grupos do período como os novos detentores do poder. [253]

A crescente especialização da economia em torno do café e a consequente concentração de riquezas no eixo formado pelas províncias fluminense, mineira e paulista, realizadas no contexto de consolidação do próprio Estado brasileiro, acabavam por ofuscar os municípios de menor produção, ampliando, desse modo, a importância das regiões nas quais esta era mais significativa, o que se verificava de modo um tanto quanto mais claro na arregimentação de apoio político que estas conseguiam junto às representações imperiais, bem como no domínio das principais funções da política distrital, na qual se embasava o poder do próprio Império. [254]

Especialmente depois do Período Regencial, os interesses dos novos membros da aristocracia brasileira (os cafeicultores do Vale do Paraíba) encontraram forte ressonância nos meios políticos do Império, em virtude da consonância das expectativas, a esse tempo voltadas quase que exclusivamente para a manutenção da estrutura agrária calcada no escravismo. Em contrapartida, o governo imperial encontrou nos representantes desse novo grupo importante

---

[252] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado). p. 63, 64.
[253] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 57
[254] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

apoio político para as decisões implantadas do que resultou a harmonização de interesses entre ambos os lados e também o delineamento de políticas públicas destinadas ao favorecimento desses últimos.

Expressada na concessão de títulos honoríficos, bem como na adoção de medidas tendentes a promoverem o desenvolvimento da cafeicultura, a atenção conferida pela Coroa aos interesses desse novo grupo demonstrou o destaque que este passara a desfrutar desde então.

> Por outro lado, os títulos honoríficos distribuídos pela Corte aos fazendeiros daquela região, convertendo-os em "Barões do Café", o escoamento de maior parte da produção pelo porto do Rio de Janeiro, bem como o sistema de crédito centralizado nas casas bancárias e nos comerciantes desta cidade, criaram uma convergência de interesses entre o centro administrativo do Império e o Vale do Paraíba cujos laços de afinidade perduraram até o final do século XIX, sem abalos profundos.[255]

Pautada no poderio econômico e financeiro decorrente da produção do café, a definição do grupo dos cafeicultores como uma classe distinta, bem delimitada, com uma identidade social própria e com interesses que se casavam perfeitamente com os dos principais representantes do regime monárquico, para os quais a manutenção da ordem vigente entrava na pauta do dia como problema de primeira grandeza, consolidou-se no transcurso do Império ganhando, contudo, novas nuances no ocaso da Monarquia, quando do seu conjunto emergiu um novo setor pouco disposto a aceitar a ordem dos fatos, tal era o grupo dos cafeicultores do Oeste Paulista. [256]

Emergindo no cenário brasileiro no contexto de declínio da produção no Vale do Paraíba, que levara à falência muitos produtores da primeira fase da expansão do café pelo território nacional, este grupo se distinguiu dos demais, não só pelo poderio econômico e financeiro, superior aos dos seus antecessores, mas também pelas divergências no tocante às diretrizes imperiais. Enquanto os primeiros haviam se mostrado em harmonia com o regime vigente, os segundos se mostrariam em desacordo com a Monarquia, criando um clima de instabilidade política e social que gradativamente cederia terreno ao surgimento da República.

Pode-se dizer que, em princípio, o percurso de estruturação do grupo dos produtores paulistas seguiu passos semelhantes aos dos que os antecederam no processo de expansão do café

---

[255] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado). p. 66

[256] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 57

nas primeiras décadas do regime monárquico, os produtores do Vale do Paraíba, diferenciando-se, contudo, na segunda metade do século XIX, no apogeu do Império, quando o avanço dos cafeeiros pela região de São Paulo criaria novas condições para a redefinição de seus interesses, consequentemente para a diferenciação de seus representantes frente aos demais expoentes da classe. [257]

Constituídos inicialmente por fazendeiros e mercadores (de escravos e animais), os grupos que compunham a elite paulista, da qual advinha toda a riqueza de São Paulo, passaram, no transcurso do século XIX, por um processo de redefinição inaugurado pela implantação e expansão dos cafeeiros em seu território, mormente na parte que se situava no Vale do Paraíba. Mais voltados para as questões agrárias e mercantis ligadas aos cultivos da época, estes tiveram, desse modo, ampliadas suas atribuições à medida que a indústria cafeeira gerava uma nova infraestrutura para o setor produtivo.

Não obstante o processo de sua ascensão houvesse ocorrido paralelamente ao da emergência de seus pares situados na província fluminense a consolidação da economia cafeeira em terras do Sudeste, bem como o esplendor econômico, político e social alcançado pelos produtores do Vale do Paraíba, ofuscaram por algum tempo a manifestação de suas iniciativas, não deixando margem para possíveis concorrências, já que a predominância dos primeiros era, nesse período, incontestável, posto que fundamentada na harmonização entre os interesses do grupo e do próprio Estado brasileiro. [258]

Relegados a plano secundário durante boa parte do século XIX, os cafeicultores paulistas ganharam, contudo, novos terrenos no seio da elite imperial à medida que os cafeeiros se firmaram em seu território, gerando não só a acumulação de riqueza e de poder, mas também uma nova conjuntura econômica para o país, na qual o interior paulista ascenderia como um novo centro produtor, exportador e difusor de café, suficientemente dinâmico para deixar para trás as regiões produtivas que haviam se firmado como tal ainda nos anos 1830-1840. Por essa razão, gradativamente, a capital da Província tornou-se ponto de encontro para figuras importantes que passaram a se imiscuir nas questões políticas imperiais.

---

[257] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

[258] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado). p. 70

O progresso material desencadeado a partir do avanço e do cultivo dos cafeeiros pelo interior paulista havia modificado substancialmente o panorama geográfico, social e cultural de São Paulo, criando uma estrutura produtiva rica e variada, intimamente ligada ao processo de modernização que de há muito havia alcançado os países pelos quais passaram as ondas transformadoras desencadeadas pela Revolução Industrial. Elementos novos como fotografia, telefone, fonógrafo, além de redes de estradas de ferro ligando as grandes fazendas do Oeste Paulista, proliferavam pela região, a ela conferindo certos ares de modernidade. [259]

Nesse cenário, os cafeicultores paulistas seriam conduzidos ao domínio de novas funções que resultariam gradativamente na diferenciação e divisão do grupo entre, de um lado, os detentores do Grande Capital Cafeeiro e, de outro, os pequenos e médios produtores, ligados essencialmente às atividades da Lavoura, mediante a redefinição das atribuições e, também, das posições de poder, antecipando a constituição de um quadro que ficaria um tanto mais claro no contexto de implantação da República, que abriria espaço diferenciado para a predominância econômica dos produtores de São Paulo, a partir da qual estes desenvolveriam, posteriormente, sua hegemonia.

> Para comercializar e financiar uma produção em constante crescimento, tornava-se necessária a existência de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas comerciais e rede bancária relativamente sólidas. Paralelamente, a formação de um setor de serviços urbanos vai se aprofundando na medida em que as cidades vão ocupando uma posição central na economia cafeeira. Além disso, a expansão das plantações de café chega a um ponto que só pode prosseguir se acompanhada da expansão das ferrovias. A expansão das estradas de ferro e das plantações são fatores intimamente interligados. Será nesses diversos novos ramos abertos pelo desenvolvimento cafeeiro que o grande capital se desenvolverá. [260]

Ascendendo no cenário brasileiro, ao final do século XIX, quando o Império do Brasil alcançava seu maior esplendor, em função da expansão econômica, da modernização de suas estruturas produtivas e da resolução de pendências e conflitos externos que remanesciam do Primeiro Reinado e também do Período Regencial, o novo grupo social advindo do Oeste Paulista desempenharia, na política imperial, papel diferenciado (em relação a seus antecessores),

---

[259] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[260] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. P.37

sobretudo, pelo seu caráter de oposição à ordem vigente, pois enquanto os cafeicultores da primeira metade do século haviam representado a fidelidade ao Império, estes últimos representariam a discordância em relação àquele.

Muito embora o período fosse de crescimento e de modernização, a fase que se abriu para o país a partir da década de 1870 representou também, do ponto de vista político, o momento de gestação dos elementos que viriam derrubar os pilares em que até então se sustentara o poder do regime monárquico, dentre eles a centralização e o escravismo, que serviram de respaldo para o Império que se erguera lentamente desde setembro de 1822. Elementos como o abolicionismo e o republicanismo seriam uma constante desde então, redefinindo não só o papel do Estado frente à condução das questões nacionais, mas também a atuação de seus representantes. [261]

Nesse cenário, São Paulo que até então havia se conduzido em conformidade com as diretrizes imperiais passou a contrapor-se às mesmas, sobretudo no que dizia respeito ao caráter altamente centralizador do regime monárquico, que limitava a atuação do poder local implantado nas Províncias. No contexto em que a ideologia liberal avançava pelo país preconizando a iniciativa individual e particular, os cafeicultores paulistas passavam a considerar a estrutura política do poder imperial como sendo demasiadamente arcaica e inadequada para que continuasse a viger. Por essa razão, o quadro de fidelidade e harmonização para com as diretrizes políticas do Segundo Reinado não era o mesmo por parte dos produtores do Oeste Paulista.

> Este quadro de fidelidade irrestrita à Coroa não era o mesmo no Oeste da Província. Neste, acreditava-se que não se poderia esperar por grandes realizações do poder imperial de vez que este estava mais preocupado em preservar a sua sobrevivência do que preocupado com a solução de problemas locais. Restava, porém, o concurso da iniciativa particular dos paulistas, o apelo ao seu espírito altivo e empreendedor, único recurso capaz de superar a ineficiência administrativa do Império.[262]

Como consequência desse processo de discordância política, os cafeicultores paulistas aproximaram-se do ideário republicano que ressurgia com toda sua força após longo período de hibernação. A contraposição à ordem vigente e a consequente defesa do princípio

---

[261] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[262] ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado). p. 70

descentralizador, principal bandeira dos expoentes do republicanismo, levou-os, assim, a se reunir em um partido político, o Partido Republicano Paulista, a divulgar suas ideias em jornais da Corte e das Províncias e a organizar clubes republicanos por todo o país, sempre com vistas a ampliar a participação política de seus representantes junto aos altos escalões governamentais.

O crescimento material sem precedentes experimentado a partir do desenvolvimento da cafeicultura, mola propulsora de uma complexa estrutura econômica na qual se integravam de modo inconteste a expansão territorial, o sistema ferroviário, o movimento em prol da imigração, o surto urbano-industrial e o incomum processo de acumulação capitalista, justificava, desse modo, a associação, na medida em que legitimava os interesses dos cafeicultores e também a noção de República como sendo um regime moderno e progressista e a concepção da Monarquia como sendo um regime marcado pelo atraso e pelo conservadorismo. [263]

Revelando um potencial associativo digno de nota, os produtores paulistas, interessados em combater o que consideravam os males da Monarquia, reuniram então não só lavradores ligados ao seu setor produtivo, mas também capitalistas vinculados à economia cafeeira, que, arregimentados tanto na Província de São Paulo, quanto no seu entorno, representaram para o grupo o apoio necessário à construção de uma participação mais efetiva junto à política imperial e também a defesa mais consistente dos seus próprios interesses. Contando com o apoio de seus correligionários, passaram a desempenhar um papel cada vez mais proeminente no cenário político brasileiro. [264]

Consolidando a liderança dos empresários do café, a modernização de São Paulo acabou por reservar um espaço diferenciado na política brasileira para os representantes ligados à burguesia cafeeira, permitindo que estes se inserissem nos meandros da política provincial, na qual estes atuariam de modo muito específico nos setores que afetavam diretamente seus próprios interesses, tal eram à época o setor ferroviário e o do serviço de imigração, cujo desenvolvimento dependia de recursos maiores, vindos, nesse caso, dos subsídios governamentais realizados no âmbito da própria Província.

> Como se sabe, da empresa cafeeira concentrada no Oeste paulista nasceria uma nova classe assentada em relações capitalistas de produção, com consciência de seus interesses e um projeto de estruturação política do país. Esta classe teria um caráter acentuadamente regional, tanto pela vigência de relações capitalistas

[263] CASALECCHI, J. E. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
[264] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

> restritas à área de São Paulo, como por sua conexão direta com os diferentes grupos externos. [265]

Desse modo, a posição dos cafeicultores paulistas no âmbito da política imperial fortaleceu-se nas últimas décadas do século XIX, no bojo da própria expansão capitalista, facultando-lhes, assim, ao cabo do regime monárquico alcançar relevante posição no cenário nacional, da qual retirariam os elementos necessários à manutenção de seus próprios interesses políticos e comerciais. Verificada inicialmente na assembleia provincial, a interferência dos cafeicultores na política brasileira avançaria um tanto mais nos anos subsequentes à implantação da República, na qual, após um período sucessivo de lutas travadas com outros significativos setores sociais, se faria ainda mais expressiva. [266]

Ancorada no relevante papel que São Paulo passou a desempenhar nas últimas décadas do século XIX no conjunto da economia nacional, nas expressivas contribuições repassadas pela Província ao tesouro público, cerca de oito vezes maior que os investimentos realizados pelo governo na região, e também nas crescentes demandas do café por maiores créditos, por mais braços nas lavouras e por maior autonomia administrativa, a oposição encetada no período havia contribuído para que a instabilidade política do Império aumentasse consideravelmente, ao tempo em que se ampliava a visibilidade do grupo dos produtores paulistas no cenário do final dos anos 1800. [267]

Abalado pelas divergências do momento, provenientes não só dos setores vinculados aos cafeicultores de São Paulo, mas também dos grupos ligados aos militares e aos representantes da igreja católica insatisfeitos com a ordem vigente no país, o edifício imperial, até então sustentado pela estrutura escravista, não suportou por mais tempo o quadro de desarranjo gerado pela conjuntura política e social dos anos 1870 e 1880, caindo finalmente por terra em novembro de 1889, quando as forças contrárias à sua permanência se uniram com vistas a promoverem a implantação da tão sonhada República.

Idealizada por alguns e detestada por outros, a República brasileira revelou-se, desde o princípio, como o cenário ideal para a manifestação dos cafeicultores paulistas que,

---

[265] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 199

[266] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[267] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

harmonizando-se com os novos destinos da nação, procuraram dela participar mediante a manifestação de apoio público aos artífices do Governo Provisório. Enquanto as representações de outros estados brasileiros se mantinham alijadas do processo de estruturação da ordem republicana São Paulo nela se inseria por meio de seus líderes políticos mais expressivos, tais eram à época, Francisco Glicério, Campos Sales, Bernardino de Campos e também Prudente de Moraes. [268]

No contexto em que a ordem republicana procurava se firmar frente aos próprios brasileiros, dada a crise aberta pela queda da Monarquia, e também frente aos demais países presentes no cenário internacional, pouco dispostos a apoiarem governos instáveis econômica e politicamente, o suporte conferido ao novo regime por parte do grupo de São Paulo representava, mais do que um dado importante, um elemento definidor da ordem instaurada em novembro de 1889, na medida em que franqueava aos seus representantes novos terrenos de atuação que manteriam abertas (para a elite paulistana) as portas de acesso aos altos escalões do governo. [269]

Possibilitada pelo jogo de poder da época, pautado na troca de favores e na fidelidade aos princípios políticos vigentes, a inserção de antigos partidários do Partido Republicano Paulista nas altas representações ministeriais seguiria marcha ascendente nos anos subsequentes ao 15 de novembro, quando o apoio das oligarquias regionais somado à contenção dos movimentos revolucionários dos anos 1889 – 1895, se fariam vitais ao estabelecimento da ordem e à consolidação da República, num gradativo processo em que a ampliação da influência dos cafeicultores no processo decisório ganharia novos contornos demarcando, assim, seu espaço de atuação no Brasil republicano. [270]

3.3. Auge e declínio da hegemonia cafeicultora

Do transcurso dos governos militares aos primeiros governos civis, isto é, do período que medeia os anos 1889 – 1898, não obstante o panorama republicano estivesse ainda marcado pela instabilidade econômica, política e social, decorrente das lutas travadas em torno da legitimação e

---

[268] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[269] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[270] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

estabilização do regime, a influência paulista nos assuntos brasileiros seguiu marcha ascendente, ganhando novas nuances e também novos setores, acabando por se consolidar como uma das mais importantes forças sociais do Brasil de então, dado as vantagens financeiras incontestáveis que este grupo usufruía em relação aos demais. [271]

Precedida pela consolidação da burguesia cafeeira (formalizada, no contexto, pelo *boom* econômico gerado pelo aumento na produção do grão face às crescentes demandas externas), e apoiada pelos termos da Constituição de 1891, que repassou amplo poder de autonomia aos estados, a predominância dos cafeicultores no período em questão ultrapassou em muito os limites da política estadual, na qual desde o Império já haviam fincado bases seguras, chegando finalmente à esfera nacional, depois de um curto período de lutas travadas com os grupos dissidentes dos quais faziam parte os estratos militares.

Os primeiros tempos da República, do ponto de vista econômico, haviam sido de grande crescimento para a cafeicultura. A adoção de uma nova política financeira, que não só procurava resolver os problemas do antigo Império, mas também favorecia a emissão de títulos e créditos aos setores produtivos, tal era a política do Encilhamento[272], mostrara-se mais favorável aos interesses do grupo, que passou a viver um momento de crescimento econômico ímpar, caracterizado por grandes investimentos em diferentes setores, como o setor dos bancos e dos produtos, e pelo incremento na produção.

Diante desse quadro de predomínio econômico da elite cafeeira em relação a outros setores que compunham o quadro social do Brasil republicano, os políticos de São Paulo encontravam melhores condições para o pleno desempenho de suas funções políticas, inserindo-se no funcionalismo do estado, ao qual a constituição de 1891viera conferir maior autonomia, nele fincando as bases a partir das quais se permitiriam alçar voos maiores no rumo dos altos postos do poder, isto é, em direção aos meandros do próprio governo federal. [273]

Por essa razão, no contexto em que a República procurava se firmar interna e externamente mediante as inúmeras tentativas de resolução de conflitos e apaziguamento dos

---

[271] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 200

[272] A política do Encilhamento, que marcou o período 1890/1891 do regime republicano, caracterizou-se pelas emissões de moeda e de ações que geraram enormes especulações, tornando os primeiros tempos da República como um momento marcadamente inflacionário e "industrialista". De acordo com CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, P. 33

[273] IOKOI, Z.M.G., **O Legislativo na Construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

setores sociais descontentes, bem como mediante a busca pela obtenção do reconhecimento frente aos demais Estados presentes no cenário internacional, os expoentes da política paulista aproveitavam-se da destacada posição que São Paulo passara a desfrutar no conjunto da União para estabelecer alianças com outros expressivos grupos políticos, por meio das quais pretendiam assegurar o atendimento de seus interesses.[274]

Interessados no estabelecimento de uma rede de cooperação interestadual estruturada com cafeicultores de outros estados e que pudesse, de alguma forma, respaldar o atendimento ao conjunto de seus interesses e de suas pretensões, os membros da elite paulista vincularam-se, nesse contexto, aos representantes da elite mineira, de longe a segunda maior região produtora de café do país, mediante o estabelecimento de alianças políticas, que embora algumas vezes se tornassem instáveis, permaneceriam como a grande marca do período, quando seriam instauradas as bases da chamada política do café com leite**.** [275]

A compatibilidade de interesses em torno das questões do café, dentre as quais se destacariam de forma recorrente a incansável busca de apoio federal para o desenvolvimento de políticas monetária, cambial e financeira que fossem mais consoantes com os interesses econômicos do grupo dos produtores, criaria o clima adequado à permanência das alianças e do esquema de cooperação estabelecido, desse modo, entre Minas Gerais e São Paulo, que, aliás, se estenderia até por volta dos anos 1930, depois dos quais a regras do jogo político mudariam em prejuízo do grupo dos cafeicultores paulistas, que sairiam da cena principal em favor de outras representações regionais.

Nessa linha, entre os anos 1889 e 1937, mais especificamente falando, os interesses de São Paulo girariam em torno de aspectos em que se considerava que a ação do Estado não era suficiente, ou, em outras palavras, impossível de ser levada a efeito em termos mais favoráveis, gravitando, por isso mesmo, em torno da tentativa de controlar a política monetária e cambial, de garantir empréstimos e representações diplomáticas para o atendimento dos interesses econômicos do estado no exterior, que pudessem valer tanto ao grupo dos produtores, aqui

---

[274] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[275] LOVE, J. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira. (1889 -1937). In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.53 – 76.

referidos como sendo o grupo da Lavoura, quanto dos detentores do Grande Capital Cafeeiro, ambos dependentes das dinâmicas de mercado, especialmente o primeiro grupo.[276]

Nesse cenário, o incontestável destaque que São Paulo passou a desfrutar no conjunto da economia nacional funcionava como um elemento garantidor de que as questões pertinentes aos grupos sociais provenientes da região cafeicultora seriam automaticamente levadas em melhor conta, não importando quais fossem as diretrizes adotadas pelo governo na capital federal. Pavimentado dessa maneira, o terreno para o exercício da hegemonia paulista deixou aberto o caminho para que seus membros transitassem da política estadual para a política federal, o que aconteceria efetivamente a partir de 1894 com a chegada de Prudente de Moraes à presidência da República.[277]

A ascensão de Prudente de Moraes à presidência da República, e depois dele, a de Campos Sales, representou, nesse sentido, um período diferenciado na história do novo regime e também na da trajetória política e social do grupo ligado aos cafeicultores paulistas, pois se a derrocada dos governos militares e a consequente instalação dos primeiros governos civis finalizou a experiência jacobina, que havia assinalado os primeiros anos do governo republicano, daria também ensejo a que se instalasse uma estrutura política de caráter predominantemente oligárquico, posto que essencialmente embasada nos interesses de alguns grupos, dentre eles, os dos cafeicultores, em detrimento dos demais.[278]

Não obstante começassem a formalizar a sua permanência no poder, os cafeicultores paulistas em princípio enfrentaram desafios com os quais precisaram primeiro lidar a fim de se firmarem internamente, considerando-se que no âmbito interno o momento pelo qual a República passava não era dos melhores. Passados os dias de euforia econômica dos seus primeiros tempos, o país mergulhara em pesada crise financeira à qual se somavam não apenas um quadro de inflação vertiginoso, mas também uma série de conflitos internos ainda ligados à questão da

---

[276] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. P.37

[277] IOKOI, Z.M.G., **O Legislativo na Construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

[278] "A denominação de República oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. Coronelismo, oligarquia e política dos governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise." In: REZENDE, M. E. L. O processo político na Primeira república e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A (org.) **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 91

transição política. [279] Além desse quadro de dificuldades econômicas, políticas e sociais surgiam questões de peso de ordem internacional, vinculadas as fronteiras nacionais trazendo tensões e motivando conflitos com alguns dos principais Estados com que o Brasil se relacionava então.

Por essa razão, do ponto de vista econômico e social, as primeiras gestões presidenciais realizadas por expoentes da cafeicultura provenientes da região de São Paulo, significaram a busca de apaziguamento e de resolução parcial de certas tensões e problemas que remanesciam desde a implantação do regime, tais eram os inúmeros conflitos abertos com a deposição da Monarquia e o quadro de descalabro financeiro gerado pela política do Encilhamento, implantada por Rui Barbosa. O encerramento das principais rebeliões do período, dentre as quais Canudos teve forte expressão, e o equacionamento das dívidas públicas mediante a realização de empréstimos, iriam, assim, conferir à República ares de maior estabilidade. [280]

De outro modo, no aspecto político, a emergência da oligarquia paulista no cenário nacional, longe de apaziguar os ânimos, criou um ambiente difícil marcado pelas frequentes disputas políticas e suscetibilidades oligárquicas decorrentes do desequilíbrio que passou a existir entre São Paulo e as demais representações regionais. O difícil equilíbrio de poder então criado colocava, não poucas vezes, a necessidade de se proceder a "malabarismos políticos" que pudessem de alguma forma aplainar as inquietações do período, dando conta tanto dos interesses de São Paulo quanto dos interesses locais, atinentes às demais regiões. [281]

A dificuldade de compatibilizar pretensões tão distintas, tais eram as demandas de São Paulo e as dos diferentes estados, contribuía não só para a continuidade das turbulências verificadas no país desde os primeiros tempos do regime republicano, mas também para que se retardasse a estruturação de um novo desenho político que pudesse consolidar o novo regime, demonstrando quão complexa era a estrutura do poder. O delineamento de um edifício político próprio, essencialmente calcado no espírito republicano, só se faria realidade nas gestões

---

[279] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 200

[280] FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[281] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

posteriores, especialmente depois que o paulista Campos Sales, colocasse em curso um novo modo de se fazer política. [282]

Experimentado nas questões republicanas, já que participara das primeiras representações que conformaram o novo regime, portanto, um claro conhecedor da complexa realidade política brasileira, o segundo presidente civil a assumir a condução do país, cuidou em princípio de harmonizar a estrutura política da nascente República com os interesses dos grupos sociais que haviam favorecido sua chegada à presidência, dando origem a um esquema em que as principais oligarquias regionais se revezariam no poder, mediante o envio de representantes ao Congresso, o que passaria à posteridade como sendo a Política dos Governadores. [283]

A consagração do princípio federalista, realizada, desde o início, as expensas do povo, do alijamento gradativo dos ideólogos do regime e consequentemente do esvaziamento dos principais fundamentos do ideário republicano, havia contribuído enormemente para a estruturação desse novo quadro político, na medida em que não só repassou aos estados um grau de autonomia considerável, mas também estabeleceu as bases para o delineamento de uma política essencialmente pautada na troca de favores mútuos que pretendia colocar as oligarquias regionais em posição de sintonia com o governo federal.

Rompendo com o esquema vigente no Império, no qual os presidentes de Província achavam-se ligados ao governo do país mais como meros intermediários entre este e os grupos privados locais, que como condutores autônomos de uma política própria com repercussões nacionais, o federalismo invertia o sistema de relações existentes entre o poder central e o poder regional, colocando-se como elemento definidor dos novos tempos, não só porque recriava as relações de força entre uma região e outra, mas também porque redefinia as linhas mestras a partir das quais o futuro da Nação seria gerido.

Nessa linha, a região ou o estado, aqui entendido como a unidade federativa que comporia a nação, emergia como o núcleo principal da política republicana, o local, por excelência, a partir do qual o poder seria exercido, sobressaindo-se não apenas aos demais munícipios de que se constituía o país, mas até mesmo à capital da União, que no entender dos novos condutores da

---

[282] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[283] RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 91.

República, em parte vinculados à oligarquia cafeeira, deveria ser gradativamente esvaziada de seu conteúdo político, embora não do cultural. Diferindo do que até então ocorria, esse quadro passou a marcar substancialmente a dinâmica desses novos tempos. [284]

Colocando em funcionamento a chamada Política dos governadores, que respaldava as iniciativas do governo federal em troca dos recursos financeiros necessários à manutenção da posição de destaque de que desfrutavam alguns estados e municípios, o novo esquema político a partir do qual a República passou a se conduzir desde a presidência de Campos Sales assentou-se, com efeito, na atuação dos chamados coronéis – os novos condutores da política local, cujas iniciativas, sempre voltadas para o atendimento de seus interesses, acabavam por amarrar as bases do sistema, conferindo a ele coesão e consistência. [285]

> O federalismo rompe com o sistema de relação direta entre os detentores do poder local e o centro de poder nacional prevalecente no Brasil Império. Na República, governadores ou presidentes, conforme denominado na respectiva constituição de cada estado, são eleitos e detém uma enorme soma de poder que lhes advém do próprio texto constitucional. Eles dirigem e controlam a política do estado a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais. Nesse processo, os coronéis, nos municípios serão peças-chave.[286]

Controlando as disposições políticas dos eleitores sob sua jurisdição e também todas as demais questões que lhes diziam respeito, por afetarem diretamente o conjunto de seus interesses, esses novos atores políticos, cujo poder pessoal havia sido ampliado consideravelmente com a

---

[284] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[285] O coronelismo pode ser entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império. Assim, "A pesar da passagem do Império à República, a estrutura econômico-política persistia, e com ela persistiam os "coronéis", apelação que datava já do Império. De onde vinha este título marcial? Haviam-se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência para defender a Constituição, auxiliar na manutenção da ordem prevenindo as revoltas, promover o policiamento regional e local. Todos os habitantes livres do país se integravam nos diversos escalões da Guarda Nacional; os chefes locais mais prestigiosos automaticamente ocupavam nela postos mais elevados, eram "coronéis"; seguindo-se nos postos majores, capitães e outros chefes não tão importantes, tendo sob suas ordens todos aqueles que não tinham meios de ocupar melhores posições. A Guarda Nacional refletia, pois, no escalonamento de seus postos, a estrutura sócio-econômica das diversas regiões. Extinta pouco depois da proclamação da República a Guarda Nacional, persistiu no entanto a denominação de "coronel", outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes problemas de poder econômico e político". De acordo com QUEIRÓZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.153-190. P. 156

[286] RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 95

nova estrutura política introduzida pela República, elaboravam, a partir dos próprios municípios, a primeira etapa dos compromissos, que se tornavam cada vez mais complexos à medida que se afastavam da esfera municipal para se aproximar das esferas estadual e federal, onde os arranjos entre as oligarquias regionais se tornavam mais claros. [287]

Exercendo um amplo domínio sobre os que se encontravam sob sua dependência, por conta não só da ascendência social de que desfrutavam, mas também pelo uso da força com que sabiam manipular a política e a justiça local, os coronéis inicialmente cuidavam de implantar (com o auxílio de empregados, capangas ou jagunços) a liderança em âmbito municipal, a partir da qual passavam a disputar posições mais relevantes nos meandros do legislativo estadual e federal, bem como no executivo, onde poderiam desempenhar serviços burocráticos mais rentáveis.

O alcance de novas posições de poder por parte desses chefes políticos fora do seu universo de atuação resultava na imediata integração dos mesmos às oligarquias estaduais, formadas não só por coronéis**,** mas também por bacharéis (médicos, advogados e engenheiros), devidamente inseridos na malha urbana por conta de suas funções sociais e profissionais, conformando uma trajetória política específica, na qual os recursos de poder comumente utilizados constituíam-se em importantes elementos de distinção entre uma oligarquia e outra.

Assim estabelecida, a estrutura de poder que surgia desse complexo e sólido mecanismo, engendrado, desde o princípio, pela política republicana, demarcava com muita clareza o espaço de atuação, bem como a posição hierárquica que as diversas oligarquias regionais deveriam ocupar, reservando um local diferenciado para as representações mineiras e paulistas, ambas fundadas na riqueza dos cafezais e dos imensos contingentes eleitorais, que se instalariam (com alguns poucos representantes fluminenses) no Palácio do Catete até 1930, quando a ordem dos fatos seria alterada em desfavor desse grupo político, que se veria alijado do poder.

No topo da pirâmide política figuravam, assim, São Paulo e Minas Gerais, como oligarquias predominantes e hegemônicas, seguidos pelo Rio de Janeiro, pela Bahia e pelo Rio Grande do Sul, depois dos quais pontificavam as oligarquias nordestinas, os estados do Norte, o Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás, havendo ainda os estados de menor peso político,

---

[287] RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

tais eram Sergipe e Piauí, unidades federativas distintas, que requeriam da Nação um esforço imenso e intenso para harmonizar uma gama de interesses que em sua essência eram diversos.

> Como num gigantesco móbile político, as oligarquias estaduais se equilibravam no eixo federativo, oscilavam ao sabor dos ventos dos arranjos políticos e deixavam de manifesto a hierarquia existente entre os estados da federação. Num plano mais elevado, São Paulo e Minas. Logo abaixo, o Rio de Janeiro com o Distrito Federal, seguido, quase no mesmo plano, ainda que por distintas razões, da Bahia e do Rio Grande do Sul. Depois o bloco das principais oligarquias nordestinas. Um pouco mais abaixo, os estados do Norte, o Paraná e Santa Catarina. Depois ainda o Mato Grosso e Goiás. E no plano de menor ponderação política, estados como Sergipe e Piauí. Ao poder federal competia, despolitizada a capital federal e mantidas sob rédea curta as multidões das cidades, governar os ventos políticos para que não se embaraçassem os tênues fios que uniam os diferentes interesses políticos e não rompesse o frágil, complexo e – a seu modo – eficiente equilíbrio sobre o qual repousava a República. Esse era o segredo da ordem, que, cada vez mais, era apresentada como precondição do progresso, subordinando assim ao primeiro o segundo dos dois termos da divisa positivista que a República brasileira bordara em pé de igualdade, em letras de ouro, no centro da bandeira nacional.[288]

Realizada no transcurso dos primeiros governos civis, isto é, Prudente de Morais e Campos Sales, a consolidação da República reservou, assim, para a elite paulistana, um espaço diferenciado de atuação no cenário brasileiro. O peso inconteste que São Paulo passou a exercer na economia do país, bem como a ascendência política que seus representantes alcançaram na condução das questões nacionais, contribuía para isso, resultando na consagração do grupo dos cafeicultores como um dos mais expressivos do Brasil republicano e também na consolidação da sua própria hegemonia no período considerado. [289]

De Campos Sales a Rodrigues Alves (1898-1906) esse novo desenho político completou-se mediante o progressivo esvaziamento dos conteúdos políticos da capital federal, ou seja, por meio da despolitização do Rio de Janeiro, que nesse período a *Belle Époque* cuidava brilhantemente de modernizar de acordo com os padrões europeus, contribuindo para a fixação de sua imagem como sendo uma cidade progressista e civilizada, que continuaria a cumprir o

---

[288] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 39, 40

[289] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

destino cultural e mercantil herdado do período colonial, não só difundindo os bens, mas também as riquezas culturais do país. [290]

Demarcando muito bem os espaços da República, isto é, de um lado uma capital federal altamente despolitizada e de outro os estados da Federação fortalecidos, então configurados como berço, por excelência, da atuação política, a República seguiu seu curso, claramente fundamentada na Política dos Governadores, que longe de sofrer solução de continuidade nos anos que se seguiram à atuação de Rodrigues Alves, estendeu-se, ainda, por um longo período, até os anos trinta, no qual a hegemonia dos cafeicultores atingiria seu apogeu e declínio subsequente, embora não de modo tranquilo ou destituído de tensões. Muito pelo contrário.

Importa-nos lembrar, que para a cafeicultura os anos 1895 – 1904, foram anos de retração econômica, tanto em virtude das medidas governamentais que passavam a priorizar muito mais os interesses gerais da Nação, tais quais os interesses voltados para a questão do equilíbrio das finanças e o pagamento das dívidas públicas, que os interesses de alguns grupos específicos, quanto das flutuações de mercado, que passavam a desfavorecer a agricultura brasileira. As dificuldades ligadas aos preços do café no exterior e à política monetária no plano interno tornavam-se muito maiores em face da enormidade das safras que o país passaria a produzir sem ter uma contrapartida, ou seja, sem conseguir colocação adequada do produto nas principais praças estrangeiras. [291]

Dependendo de uma intervenção nos mercados com vistas a forçar a alta dos preços e a consequente queda na produção do café, os produtores brasileiros mostravam-se bastante insatisfeitos reclamando, frequentemente, uma série de medidas governamentais, que pudessem resolver os problemas em curso e ao mesmo tempo oferecer melhores condições à continuidade do cultivo dos grãos, o que gerava um quadro de instabilidade social e econômica que seria em parte resolvido com o desenvolvimento das primeiras medidas de valorização do produto, especialmente depois do *Convênio de Taubaté*, em 1906. [292]

---

[290] NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[291] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 200

[292] Reunião realizada em fevereiro de 1906 na cidade de Taubaté pelos fazendeiros mineiros, paulistas e fluminenses com vistas ao estabelecimento de medidas concernentes à resolução do problema aberto pela crise na cafeicultura. In: MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p.227

Desse modo, longe de ser pacífico, o exercício da hegemonia paulista deu-se em meio a divergências e oposições que surgiam tanto no seio da própria aliança com os mineiros ou por parte das demais oligarquias quanto por parte de membros do próprio grupo dos cafeicultores, que não se sentiam devidamente representados por quantos se encontravam nos altos postos governamentais como porta – vozes de seus interesses, implicando, por isso mesmo, na realização de arranjos periódicos que pudessem, de alguma forma, acalmar os ânimos e também reverter o quadro de instabilidade que não poucas vezes se desenhava.

Em termos práticos, pode-se dizer que nem sempre o exercício da hegemonia paulista significou plena sintonia entre os interesses da União, ou seja, entre as diretrizes adotadas pelo governo federal e os objetivos pretendidos pela classe dos produtores. Sobretudo depois das gestões de Campos Sales e Rodrigues Alves, os interesses de ambas as esferas passariam a se dissociar fragilizando os elos entre o grupo dos cafeicultores e seus representantes, o que se faria sentir de modo mais claro nas questões das políticas financeiras voltadas para as taxas cambiais e nas questões que então se ligavam ao problema do café.[293]

Para o Estado brasileiro, quando o preço do produto aumentava no mercado internacional, a situação era vantajosa porque a melhora nas condições de intercâmbio favorecia a elevação da taxa cambial, resultando na valorização da moeda brasileira, o que possibilitava o atendimento menos oneroso dos compromissos da dívida externa que deveriam ser pagos em moeda estrangeira. Já para os produtores quando o câmbio se estabilizava a situação era muito melhor porque permitia o bom andamento dos negócios e a aferição de maiores lucros por reduzir ou anular o impacto causado pela alta dos preços no mercado internacional, no que a posição de ambos era diferente.

Por essa razão, fosse pelas contingências de mercado às quais a economia brasileira se achava ligada dado o forte caráter de dependência em que se assentavam as relações comerciais que mantinha com os demais países, fosse pela necessidade de priorizar os interesses políticos da Nação em detrimento dos interesses de alguns grupos específicos, a política governamental dissociou-se algumas vezes das expectativas da classe dos cafeicultores, então dividida entre o grupo da Lavoura, os grandes e pequenos produtores, ou seja, entre os detentores e os dependentes do Grande Capital Cafeeiro, do que resultavam inúmeros conflitos.

---

[293] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 200

Além disso, importa lembrar que os cafeicultores constituíam um grupo basicamente diferenciado por conta das funções que desempenhavam no conjunto da produção brasileira, o que afetava de forma diferenciada o grupo da Lavoura (que se sentia mais prejudicado) e o grupo do Grande Capital Cafeeiro, do que resultava num quadro no qual nem sempre os interesses dos representantes que se encontravam nos altos postos governamentais se harmonizavam com os dos que se voltavam essencialmente para a etapa da produção, sintonizando muito mais com os interesses dos financistas.

> Claro está que semelhante divergência só pode ser explicada considerando-se que, sob o rótulo genérico de cafeicultores paulistas, inscreviam-se segmentos em considerável processo de diferenciação, sobretudo, aquele que distinguia a grande burguesia – grandes fazendeiros com parcelas crescentes de sua renda derivadas de atividades cada vez mais urbanizadas – e fazendeiros propriamente proprietários, porém, limitados à produção cafeeira em si, - cujos interesses iriam distanciar-se, uma vez que a crise dos preços do produto os afetava distintamente. Ao passo que do segundo segmento emergiriam protestos contra o jogo especulativo ao qual se subordinava a reprodução do capital cafeeiro, gerando propostas de intervencionismo estatal partiriam iniciativas favoráveis à diversificação científica da produção, haja vista seu desenvolvimento em outras atividades cuja valorização do capital situava-se cada vez mais em polos externos à lavoura cafeeira propriamente dita. [294]

Assim sendo, desde o início da República o cenário em que se estabeleciam as relações estaduais e municipais mostrava-se demasiadamente marcado pela existência de conflitos e confrontos diversos verificados entre os grupos que pretendiam assumir a condução das diretrizes políticas locais, indicando o quanto era delicado o roteiro e o terreno em que se conduziam as relações e decisões políticas republicanas. Por essa razão, a fragilidade das alianças estabelecidas entre os estados mais representativos do país, dada a instabilidade que pairava entre as mesmas, constituía-se num sério empecilho ao exercício da hegemonia paulista.[295]

O distanciamento entre os interesses governamentais e as demandas dos cafeicultores, nesse caso acabava gerando uma série de descontentamentos por remeter o principal setor produtivo da nação brasileira, isto é, a cafeicultura, a uma situação de desfavor, quando não a uma situação de crise, como a que assolou o país entre os anos 1895 – 1909, atestando os limites

---

[294] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997. P. 35

[295] RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

nos quais se assentava o exercício da hegemonia paulista e também o modelo agroexportador adotado. Com as rendas afetadas por um duplo movimento, a elevação da taxa cambial e a queda dos preços internacionais do café, os produtores passaram a se opor ao governo. [296]

Assim, se de um lado encontravam-se aqueles que defendiam as medidas adotadas pelo governo por considera-las adequadas às necessidades do setor com o qual se achavam envolvidos, como era o grupo ligado ao Grande Capital Cafeeiro, de outro se achava o grupo daqueles que, descontentes com a política adotada defendiam a revisão de posicionamento mediante o desenvolvimento de medidas ou políticas mais favoráveis às demandas do setor, como bem revelaram os interesses dos grupos ligados à Lavoura em torno da questão das políticas de valorização do café, que, conforme pretendiam, deveriam ser realizadas com o apoio governamental.

> O meio, já se sabe, reside na valorização do artigo que, por si representa a riqueza efetiva – substância que, em suas evoluções, vem a representar a renda das alfândegas, o necessário para manter as forças armadas, a diplomacia, a magistratura, o funcionalismo público, as indústrias, as artes – o *café*. [297]

Desse modo, enquanto alguns se posicionavam no sentido de se defender prioritariamente os interesses da cafeicultura, sobretudo, dos grupos que se sentiam mais afetados pela crise, outros se levantavam em defesa dos interesses agrários de outros estados que não somente o de São Paulo, demonstrando que o café não era o único e exclusivo produto do qual o país dependia, razão pela qual no próprio seio do Parlamento, tanto na Câmara quanto no Senado, também tornou-se comum veicular-se a noção de que o café não era o Brasil, embora fosse importante, e de que o país não dependia tão somente daquele para manter-se como tal.

Realizados em diferentes momentos pelos membros da oposição, dentre eles, pelo Senador Barata Ribeiro, os discursos do período feitos por ocasião das discussões em torno da política de valorização do café mediante intervenção do governo na economia e nas trocas comerciais, conforme pretendiam aqueles que se sentiam mais prejudicados pela crise na produção, foram emblemáticos nesse sentido, demonstrando que o exercício da hegemonia paulista não era um exercício pacífico, sendo pelo contrário permeado por conflitos em virtude

---

[296] TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado).
[297] **Correio Paulistano**, 07 de outubro de 1904.

das divergências inúmeras que surgiam no período em diferentes frentes e por parte de diferentes setores.

> Quero como brasileiro e como representante da Nação nesta Câmara do Congresso, reservar-me o direito de, aqui ou em qualquer outro lugar, se vivo for, protestar contra o sistema adotado pelo Congresso Nacional Brasileiro de recusar emendas a um projeto de lei que adstringe a União a um contrato de Estados que lhe compromete os créditos em benefício de seus exclusivos interesses e começo por protestar que o interesse do Brasil seja o interesse do café. Começo por protestar que o café represente a riqueza exclusiva do país.[298]

Manifestados em diversos momentos da chamada República Oligárquica e em torno de diversas questões como o problema das construções das ferrovias e da política monetária adotada pelo governo federal, as divergências verificadas entre os componentes do grupo se revelaram ainda mais profundas no contexto de crise na produção do café, que situou em diferentes correntes os cafeicultores ligados às atividades financeiras e de infraestrutura e aqueles ligados essencialmente às atividades produtivas. Afetados de forma diferente por aquele que se tornara num dos principais problemas do país, ambos os grupos se levantariam em defesa de suas pretensões, ora apoiando ora divergindo das posições governamentais.

Por essa razão, é curioso notar que o período no qual a hegemonia paulista tornou-se patente foi também o período em que a cafeicultura entrou em crise, crise, aliás, que, no dizer de Bóris Fausto, colocou-se como um subproduto das iniciativas e diretrizes governamentais, mostrando que o terreno de atuação dos políticos provenientes de São Paulo estava bem longe de ser um terreno plano ou um espaço sem conflitos. Apesar disso, é preciso notar também que embora algumas vezes governo federal e os grupos aos quais este representava tenham discordado, os cafeicultores continuaram a merecer melhor atenção que os demais no conjunto dos interesses da União. [299]

As medidas tendentes a reverter a crise, das quais o *Convênio de Taubaté* foi a primeira grande expressão, embora tardias, atestam o destaque alcançado pelo grupo, que melhor apoiado pelo governo, sobretudo, após a gestão Rodrigues Alves, entraria num período de recuperação das finanças, que levaria a cafeicultura e os grandes fazendeiros da República ao apogeu, isto

---

[298] **Documentos Parlamentares**. Política econômica: valorização do café/1895-1906. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia do jornal do Comércio, 1915, p. 430. Apud. TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado). P. 20

[299] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 200

logo nos anos subsequentes à adoção das primeiras medidas valorizadoras, ou seja, a partir de 1910, momento em que o setor voltaria a crescer e as principais dificuldades até então enfrentadas seriam, por fim, superadas.[300]

Desse modo, não obstante a existência de desafios e a consequente necessidade de negociar posições a fim de se manter incólume, a hegemonia dos cafeicultores paulistas permaneceu contornando desafios até meados dos anos vinte, quando a instabilidade das alianças entre os próprios donos do poder, isto é, entre mineiros e paulistas, e também entre estes e as demais oligarquias presentes no cenário nacional tornar-se-ia mais grave, acirrando as dificuldades do período no que dizia respeito à manutenção da ordem, gestando, com isso, os elementos que colocariam em cheque a vigência da predominância paulista. [301]

Na nova conjuntura aberta pelos anos 20, a instável aliança estabelecida entre as oligarquias paulista e mineira, bem como entre estas e as oligarquias de segunda grandeza, em torno da qual a República brasileira se firmara, ganharia novos contornos, enfrentando maiores desafios para permanecer nos moldes em que haviam sido anteriormente articuladas, isso em virtude das divergências que passaram a caracterizar as relações existentes entre as representações que compunham o principal eixo do poder republicano, ou seja, o eixo Minas Gerais – São Paulo.

Nessa linha pode-se dizer que se os primeiros anos da nova década, especialmente os anos 1921-1924, compreenderam a eclosão de conflitos e fricções entre as principais representações políticas do Brasil republicano, os tempos que se lhe sucederam compreenderam o contexto em que as relações mergulharam num novo momento passando por um processo de revisão que culminaria no encerramento das antigas relações entre os aliados, o que restringiria um tanto mais os limites de atuação da hegemonia paulista. [302]

Não obstante do ponto de vista econômico o período fosse de crescimento da agricultura de exportação, consequentemente de sobreposição financeira da elite cafeeira em relação aos demais setores da classe dominante, em virtude da implantação de políticas permanentes em defesa e valorização do café, então assumidas em caráter definitivo pelo governo federal, a hegemonia paulista passou a dar mostras de falência, já que passara a sofrer limitações mais

---

[300] HOLLOWAY, T. H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
[301] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[302] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248, p. 200

sérias por parte dos demais grupos regionais expressivos e a ser alvejada pela oposição tenentista que entrara em curso com todo vigor.

Somando-se a essas questões, o período fez-se também marcar pelo acirramento dos desencontros entre as diretrizes políticas estabelecidas pelo governo federal e aquelas pretendidas pelos cafeicultores, do que resultaria uma crise orgânica sem precedentes em que os acontecimentos do período seriam pautados pela crescente divergência entre a elite cafeeira alocada no governo do estado de São Paulo e nas associações de classe que então surgiram e o governo federal, então preocupado muito mais com questões abrangentes que com interesses corporativos da classe dos produtores do café.

Em face desse quadro a hegemonia paulista, exercida sem maiores problemas por um longo período, entrou em franco declínio em torno dos anos trinta. A ausência de respaldo político por parte do governo federal e as crescentes dificuldades de transformar a União em terreno seguro para o atendimento de seus interesses levariam a burguesia do café a outro campo de atuação, bem distinto daquele em que pontificara desde os primeiros tempos do regime republicano – a esfera estadual, então transformada em *locus* por excelência da atuação dos principais expoentes da classe.

Estabelecida paulatinamente ao longo das primeiras décadas do regime republicano, no bojo das alterações políticas impostas pelo declínio da Monarquia e da expansão cafeeira, a hegemonia dos cafeicultores marcou, assim, um período importante da história brasileira, período esse que encontrou seu termo quando esta perdeu força, declinando. A predominância da burguesia cafeeira, que havia se inserido em diversos cenários da Primeira República, passaria após os anos trinta por um processo de revisão, no qual seus expoentes prosseguiriam buscando novos canais de atuação. [303]

[303] PERISSINOTO, R.M., **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: UNICAMP, 1999, 2v.

CAPÍTULO 4. OS FORMULADORES DE POLÍTICA EXTERNA. OS ANTECESSORES DO BARÃO DO RIO BRANCO E OS INTERESSES DA CAFEICULTURA.

O café é, pois, o grande astro em torno do qual giram os satélites figurados pelas outras indústrias. É dele que emanam o calor, a luz e a vida que as animam, porque é ele quem fornece os recursos que os deve sustentar. Se ele prospera todas aceleram sua marcha e progresso. Se, porém, ele retarda o seu movimento e tende a estacionar, tudo sofre, tudo definha, empalidece e estingue-se. (Correio Paulistano, 21 de maio de 1902)

Ao Estado de S. Paulo, que, por sua pujante iniciativa e atividade, já foi denominado – uma seção dos Estados Unidos encravada no Brasil compete lugar de honra na ingente cruzada em prol dos interesses agrícolas que se confundem com os interesses da Pátria. (Correio Paulistano, 8 de julho de 1900)

4.1. A política interna e os interesses dos grupos hegemônicos.

O panorama político do Brasil Republicano mostrou-se, desde o princípio, como um espaço marcado por disputas frequentes entre os grupos oligárquicos provenientes ainda da estrutura imperial, que, ameaçados pela mudança imposta com a adoção de um novo modelo político, lutavam por melhores posições no cenário que se desenhava com a implantação do novo regime. Derrubadas as representações imperiais mais expressivas com a instauração do Governo Provisório, os partidários do republicanismo e aqueles que às pressas a ele aderiram pautaram-se pela busca de inserção na estrutura de poder que então se desenhava. [304]

Não sendo necessariamente representantes de grupos políticos novos, mas sim daqueles remanescentes do regime deposto, já que, de início, a República brasileira não dispunha de outras representações constituídas e habilitadas à condução das alterações que se verificavam nos campos econômicos e sociais, estes disputaram uma via de ação mais efetiva num terreno ainda por ser demarcado tal era o espaço aberto pelo Governo Provisório e franqueado por ele nos anos subsequentes à sua instalação, caracterizando os primeiros anos do regime como um momento em que alguns expoentes da elite imperial continuavam a agir, embora noutro sentido.

> [...] ao cair a elite, não a substituiu outra adequada às novas tarefas exigidas pelas transformações havidas na economia e na sociedade. Pelo contrário, os anos iniciais do novo regime padeceram de grande falta de elementos capacitados, tendo-se muitas vezes de recorrer aos políticos da antiga escola. Na verdade, os líderes republicanos que mais se salientaram na consolidação da República foram os remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves.[305]

Durante todo o período de lutas pela consolidação do regime, isto é, dos anos que vão de 1889 a 1898, as representações políticas mais expressivas cuidaram primeiro de fortalecer suas posições na esfera regional, a partir da definição de regras de conduta pautadas no uso da força e também no poder de mando, conforme o coronelismo, com que se projetariam na esfera nacional

---

[304] RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[305] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P.44

como importantes pontos de apoio ao governo central, que, em contrapartida, procuraria atender ao conjunto de seus interesses em grande parte ligados a agricultura de exportação na qual o país assentava suas próprias bases. [306]

O desenho político então conformado no país pela dinâmica de poder do regime republicano reservou, assim, para as regiões mais expressivas do ponto de vista econômico e político, dentre elas os estados de São Paulo e Minas Gerais, um espaço de atuação diferenciado para seus representantes, comparando-se ao que seria reservado aos das demais regiões, para o que contribuíram as altas somas de recursos financeiros, repassadas aos cofres públicos em função das questões comerciais, quanto a alta significância de seus colégios eleitorais, importantes pontos de apoio às iniciativas e medidas adotadas pelo governo central. [307]

Não poderia ser diferente, pois emergindo ao final do século XIX e consolidando-se no início do século XX, no bojo das alterações que se davam na pauta das exportações brasileiras com a adoção de um novo produto de comercialização a partir do qual a agricultura também iria se conduzir, tal era à época o café, a cafeicultura, especialmente a que se desenvolveu em São Paulo, forjou, por assim dizer, uma elite agrária que tendo crescido em princípio em termos econômicos projetou-se também no terreno das ações políticas, passando, portanto, a atuar em duas frentes diferentes, mas interdependentes, de ações.

Não sendo em essência um grupo homogêneo, não obstante seus membros tivessem a mesma procedência e semelhantes condições de formação, mas antes um grupo diferenciado pelas características das ações que seus integrantes desempenhavam junto à agricultura de exportação, esta elite dividiu-se em São Paulo em dois setores específicos, o do Grande Capital Cafeeiro e o da Lavoura, em que o primeiro se voltava, sobretudo, para as atividades financeiras e de infraestrutura e o segundo para as atividades de caráter eminentemente produtivo. Em conjunto ambos os setores iriam compor a força social mais expressiva no cenário político do Brasil republicano.[308]

Composto por um reduzido número de famílias dentre as quais se destacaram os Silva Prado, Alves de Lima, Souza Queiróz, Queiroz Telles, Souza Aranha, Paes de Barros, Moraes

---

[306] IOKOI, Z.M.G., **O Legislativo na Construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.
[307] RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[308] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

Barros, Silva Telles, Sampaio Vidal, Almeida Prado, Álvares Penteado, Camargo, Camargo Aranha, Toledo Piza, Pacheco e Silva, Prates, Mello Oliveira, Cardoso de Mello, Arruda Botelho, Queiroz Aranha, este grupo seria responsável pela conformação de uma nova visão de mundo e por um projeto específico de atuação política segundo o qual o país deveria ser governado acima das multidões e com o aval das oligarquias da época.

Preparados desde os últimos anos do Império na Faculdade de Direito de São Paulo, ao contrário das gerações anteriores que se dirigiam à Europa a fim de alcançar uma boa formação, os membros da primeira geração da elite republicana pautaram-se pela tentativa de inserção nos postos mais expressivos do regime implantado, depois de haverem atuado nas campanhas revolucionárias e modernizadoras do final do século XIX, como foram a abolição da escravatura, a defesa do republicanismo e a laicização do Estado, que lhes ampliaram a experiência política, conformando também o que ficou conhecido como a "República dos Bacharéis". [309]

Assim configurada essa elite atuou inicialmente na esfera regional, na qual cuidou de formalizar seu domínio, com a inserção de seus membros nos quadros do Legislativo, e com a adequação da burocracia estatal às principais metas e pretensões comerciais do grupo, após o que logrou, por meio de alianças e parcerias estratégicas, alçar alguns de seus mais expressivos representantes à esfera federal, na qual estes ocuparam postos relevantes como o de Ministro e também o de Presidente. Prudente de Morais, Campos Salles, Rodrigues Alves foram apenas alguns dos representantes paulistas que se destacaram sob a égide da República. [310]

Realizada, assim, nos primeiros tempos do regime republicano, em que esse lidava com os desafios inerentes à sua própria consolidação no pensamento e na estrutura política brasileira e com sua legitimação frente aos demais Estados presentes no sistema internacional, a construção da hegemonia paulista seguiu um percurso ascendente avançando um tanto mais nos anos que marcaram a consolidação da República, isto é, os anos das primeiras presidências civis (entre 1894-1898) que conformaram o período no qual os representantes políticos oriundos da cafeicultura conseguiram ascender e se firmar no poder. [311]

Passadas, portanto, as ameaças militares decorrentes da atuação do Florianismo e as ameaças monarquistas remanescentes do início do regime republicano, e promovidos os ajustes

---

[309] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[310] IOKOI, Z.M.G., **O Legislativo na Construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.
[311] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

econômicos necessários à estabilização das finanças públicas com os empréstimos feitos junto às casas estrangeiras, o período que se abriu para a República deu, assim, ensejo à definição dos grupos políticos que assumiriam o poder e que nele se revezariam por largo tempo, isto é, ao longo da chamada Primeira República, mais especificamente entre os anos 1889 - 1930.

> A nova elite republicana era mais representativa do que a imperial. E tipicamente compor-se-ia quase só de advogados, uma vez passados os anos iniciais em que foi substancial a presença de militares. Era ela também muito mais provinciana, pois o federalismo impedia a circulação geográfica existente no Império. As mais bem treinadas eram aquelas dos estados que contavam com estruturas partidárias mais sólidas, como Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas a visão nacional estava comprometida. Os interesses regionais e de classes tinham acesso muito mais direto ao centro do poder. Em consequência, o Estado republicano seria também mais liberal que o imperial, embora não mais democrático, pois a maior representatividade da elite faria com que a dominação social se refletisse com mais crueza na esfera política.[312]

Deslocando o olhar do nacional para o regional, embora na concepção corrente a atuação política devesse realizar-se em prol da Nação, os expoentes da elite republicana, especialmente aqueles ligados à cafeicultura paulista, conduziram-se desde então no sentido de promover a região da qual provinham e, consequentemente, no de assegurar por meio da máquina pública o atendimento às suas principais demandas e às suas principais pretensões. Vivendo, desde a última década da Monarquia um momento favorável em termos comerciais em virtude dos elevados índices de produção e dos elevados preços do produto no mercado internacional, os grandes produtores do período pleiteavam a esse tempo o atendimento a um conjunto de metas de implicação imediata no setor. [313]

Representantes de uma economia essencialmente agrária e de cunho exportador, dependente dos impositivos de mercado e, portanto, sujeita às flutuações pelas quais este periodicamente passava, os cafeicultores ora pleiteavam medidas de caráter interno, voltadas mais para o desenvolvimento do setor produtivo, ora pleiteavam demandas de caráter externo, voltadas mais à promoção do produto e desenvolvimento das relações comerciais com os parceiros estratégicos com os quais o Brasil mantinha relações cordiais desde o Império, tais

---

[312] CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P.235

[313] Segundo Thomas Holloway, os anos 1888 e 1895 foram anos favoráveis para o setor em virtude da harmonização entre oferta e procura, bem como em virtude dos elevados preços do produto no mercado internacional. HOLLOWAY, T. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

eram os países europeus e também os Estados Unidos, país com o qual o governo brasileiro pretendia desde o 15 de novembro estreitar relações. [314]

Desse modo, nos primeiros tempos do regime republicano o conjunto das metas internas compreendia um leque expressivo de interesses que passava tanto pela busca de melhoramento de técnicas agrícolas, mediante a introdução de escolas e maquinários provenientes do exterior, quanto pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte e circulação do produto no território nacional, através do estabelecimento de estradas, ferrovias e modernização dos portos, ao que se somava a tentativa de estruturação de um serviço eficiente de estatística, que favorecesse o país na análise dos dados referentes à produção, o que viria ampliar em muito as possibilidades do setor. [315]

Além dessas, outras haviam de cunho essencialmente econômico como as que intentavam promover a criação de bancos de lavoura, que pudessem favorecer com empréstimos os produtores, de casas comerciais, que reduzissem o monopólio estrangeiro no setor de transportes e vendas, já que a reponsabilidade pelo escoamento e veiculação do produto no exterior ficava a cargo das casas comerciais estrangeiras, bem como as que visavam solucionar a questão das paridades monetárias e das taxas cambiais a favor dos interesses do grupo dos grandes produtores de café.

> São complexas e diversas as causas determinadas do estado crítico de nossa lavoura, sendo conhecidas e apontadas geralmente como principais as seguintes: a) carência de conhecimentos profissionais e de utilização nas culturas dos processos e instrumentos aperfeiçoados do domínio da mecânica e das ciências naturais, b) necessidade de divisão da propriedade, aplicação da *Lei Torrens* e mobilização do sólo para a verdade do crédito real, c) falta de estatística para conhecimento das médias de produção e do consumo dos gêneros nacionais, a fim de conhecerem-se seus respectivos valores, d) necessidade de transportes rápidos e econômicos e da restituição integral das mercadorias despachadas, e) deficiência de trabalhadores remunerados de modo proporcional aos resultados de seus trabalhos, f) necessidade indispensável de modificação no prejudicial e absurdo processo, em vigor, de arrecadação do imposto de exportação, g) escassez de capitais e de crédito. [316]

A ideia da vocação agrícola do país, propalada sempre nos meios cultos respondia de alguma forma por demandas desse gênero indicando quanto competia ao Brasil agir a fim de possibilitar o cumprimento do seu destino como um país essencialmente agrário e de cunho

---

[314] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[315] **Correio Paulistano**, 22 de junho de 1902.
[316] **Relatório do Ministério da Fazenda**, 1897. P .112,113.

monocultor, onde tudo quanto se plantava haveria fatalmente de produzir caso houvesse melhorias substanciais nos mecanismos de produção, pelo que se buscava inspiração nos países mais adiantados em técnica tais eram os países europeus e também os Estados Unidos, então vistos como modelos a serem seguidos.[317]

Já no âmbito das metas externas destacavam-se as demandas por um percentual maior de mão-de-obra para a lavoura, mediante o desenvolvimento da política imigratória, pela promoção do produto no exterior através da realização de propaganda do mesmo nas principais feiras e exposições internacionais, bem como das buscas pela realização de novos empréstimos e pela conquista de novos mercados e parceiros econômicos, que pudessem favorecer o setor com a ampliação dos fluxos comerciais e financeiros, o que resultaria na promoção dos interesses brasileiros no campo do desenvolvimento nacional.

> Tão avultada desvalorização determinou a crise econômica que tem sentido o país. Daí a necessidade de propaganda para o consumo e valorização do café, não só por parte da nossa diplomacia e de nossos cônsules, que são verdadeiros agentes comerciais, como também por parte do Governo da União, dos Estados e das associações particulares, do comércio e da lavoura. Daí a necessidade de promover-se, não só a cultura de outros gêneros de segura utilidade e remuneração como também a organização de trabalhos de estatística comercial e agrícola para orientar a produção nacional e não deixa-la exceder ao preciso consumo. [318]

Não sendo novidade, tais metas refletiam a tentativa dos cafeicultores de assegurarem a continuidade da ação imperial no sentido de atentar para o atendimento das questões atinentes ao desenvolvimento do comércio brasileiro por meio dos canais diplomáticos e consulares e da participação em fóruns multilaterais, como eram as chamadas exposições universais. Desde o início da década de 1860 o Brasil imperial havia começado a participar, embora timidamente de eventos do gênero, nos quais expunha produtos agrícolas e de maquinaria em geral, que lograram abrir canais para a inserção do café e de outros cultivos brasileiros no cerne da cultura industrialista e burguesa dos anos oitocentos.[319]

Embora ainda de modo insipiente, a participação brasileira em eventos do gênero, que em essência eram altamente competitivos, tinha resultados positivos como a elaboração de catálogos

---

[317] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.
[318] **Relatório do Ministério da Fazenda**, 1897. P .357
[319] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. 2001. P. 439,440.

ilustrados, almanaques e álbuns demonstrativos das riquezas e produtos nacionais, organizados inicialmente pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros e depois pelo Ministério das Relações Exteriores, que divulgavam o país no exterior ao tempo que os diplomatas e cônsules cuidavam de colher informações referentes ao comércio e a tecnologia, completando, assim, o amplo leque de interesses dos cafeicultores, que não descuidavam um momento sequer de tentar concretizá-los sob os auspícios do governo federal. [320]

Com essa amplitude de demandas, o estado de São Paulo procurava, por certo, assegurar-se no posto que gradativamente talhara para si desde a consolidação da cafeicultura como principal linha produtiva do país na passagem do século XIX para o XX e também desde a consolidação do próprio regime republicano que lhe concedera os elementos necessários ao exercício de sua hegemonia econômica e política, que não obstante fosse certa, não foi, contudo, exercida de modo incontestável. No transcurso do regime republicano não foram poucas as vezes em que os cafeicultores se viram em posições delicadas em virtude da eclosão de divergências políticas que contrabalançavam sua proeminência no plano das ações internas do país. [321]

Expressando-se de diferentes maneiras, ora por parte das discordâncias dos demais grupos oligárquicos em relação à atuação empreendida pelos representantes políticos, ora por parte das divergências que surgiam no interior da própria aliança entre os antigos parceiros de estratégia e ação política (os mineiros e paulistas), bem como pelas dissonâncias que periodicamente despontavam no interior do próprio grupo dos cafeicultores de São Paulo, tais eram as que diziam respeito às pretensões do Grande Capital Cafeeiro e as da Lavoura, as dificuldades enfrentadas pela elite oriunda do café no exercício de sua hegemonia davam conta da dinâmica conflitiva que perpassava o país por ocasião da Política dos Governadores. [322]

Efetivamente, desde que se consolidara no poder a burguesia cafeeira adotou medidas de ação que nem sempre estiveram de acordo com as pretensões oligárquicas, contrariando, por isso mesmo, em diversos momentos os interesses da classe, fosse porque houvesse priorizado interesses mais amplos, como o da regularização das dívidas públicas e do saneamento das finanças brasileiras, fosse porque pretendesse atender aos impositivos de comércio e das relações internacionais, cuja lógica se distinguia da lógica dos interesses de grupos particulares. O

---

[320] BUENO, C. **A República e sua política exterior** (1889-1902). São Paulo: UNESP, 1995.
[321] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.
[322] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

desenvolvimento de uma política cambial específica conforme as ações empreendidas pelo Ministério da Fazenda sob a gestão de Campos Salles e de Rodrigues Alves refletiu muito bem esse processo a ponto de gerar conflitos com a maior parte dos representantes do grupo, especialmente aquela que se via mais afetada em seus interesses. [323]

Esse quadro conformou, assim, um terreno delicado em que as medidas governamentais seguiam num sentido e as pretensões dos produtores e exportadores de café seguiam noutro, dissociando-se algumas vezes e entrando em aparente contradição, pois não obstante aquele fosse o período da hegemonia dos cafeicultores, em termos práticos os componentes do grupo mergulhavam em situação de desfavor gerada em parte por questões de ordem externa e em parte por questões de ordem interna, como a política cambial adotada pelo governo federal. Por essa razão, pode-se dizer que o exercício da hegemonia dos cafeicultores não foi pacífico, tampouco foi destituído de conflitos. [324]

No seio das discordâncias do período avultou em importância o movimento ruralista, que, embora também se pautasse pela valorização da vocação agrícola do país, discordava das posições vigentes que tendiam a supervalorizar o papel da indústria cafeeira desmerecendo os demais setores responsáveis ao cultivo de outros gêneros. Não significando uma contraposição à economia agro exportadora da qual o país não podia essencialmente fugir, este representava antes a proposta da diversificação agrícola que resultaria em maior acumulação interna, bem como em maior inserção política econômica de outras frações da classe produtora agrária. [325]

Formado por cafeicultores provenientes de áreas decadentes, por políticos profissionais partidários da ampliação e diferenciação das culturas brasileiras e por membros do grupo hegemônico preocupados em encontrar alternativas para fazer frente às flutuações e casuísticas de mercado às quais estavam sujeitos pela própria estrutura da economia brasileira e da economia mundial, este movimento resultou no desenvolvimento de uma ação política expressiva realizada por meio de associações de classe e sociedades criadas com vistas a contrabalançar as iniciativas do governo federal no que dizia respeito aos produtos de exportação brasileira.

Além disso, as divergências do período aumentavam também em virtude do fato de que no seio do grupo dos cafeicultores os interesses das frações que o compunham diferiam e às

---

[323] TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado).
[324] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.
[325] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

vezes eram conflitantes em virtude da linha de atuação de seus representantes (setor de finanças e infraestrutura ou de produção), nem sempre se coadunando uns com os outros. Estando ligados a um conjunto de atividades distintas, mais amplas no caso do Grande Capital Cafeeiro e mais restritas no caso da Lavoura, os expoentes de ambos os grupos pleiteavam atendimentos diversos para suas pretensões, sobretudo, no que dizia respeito às questões tarifárias. [326]

A questão da ampliação das ferrovias foi emblemática nesse sentido, pois investindo altas somas no desenvolvimento do setor, o Grande Capital Cafeeiro procurou auferir maiores rendimentos dessa expansão elevando o custo dos fretes ferroviários para a Lavoura que ficou em situação de desfavor em virtude das altas taxas que passaram a ser cobradas no transcurso da República. Sobretudo nos períodos mais críticos para a produção (entre os anos 1895-1906) em face do desarranjo gerado pela queda dos preços do café no mercado internacional e pelo aumento da produção sem a ampliação da demanda, correspondente a Lavoura via-se arrojada a um plano desfavorável entrando, por isso mesmo, em conflitos com os demais grupos que compunham a cafeicultura.

Embora em alguns pontos os interesses dos representantes do Grande Capital Cafeeiro e também os dos membros do grupo que constituíam a Lavoura se distanciassem, em outros aspectos estes se aproximavam já que eram pontos em que os cafeicultores, independente da fração a que pertenciam, seguiam olhando na mesma direção, como eram os objetivos pela melhoria nas condições de produção e comercialização do produto, da sua divulgação no exterior, da resolução do problema da mão de obra e do desenvolvimento de uma política cambial que pudesse defender as demandas do grupo no que dizia respeito às flutuações de mercado. [327]

Assim colocadas, as pretensões dos cafeicultores permaneceram sem maiores alterações até por volta de 1895, quando a cafeicultura entrou em crise em virtude da ampliação exorbitante na produção (com a colheita de safras abundantes cujos estoques não disporiam de mercados consumidores adequados para recebê-los) e a queda vertiginosa dos preços do produto nos principais mercados internacionais. Acrescida pelas medidas governamentais que teriam ensejo à partir do governo Campos Salles e Rodrigues Alves no sentido de promover o saneamento das

---

[326] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.
[327] PERISSINOTO, R.M., **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: UNICAMP, 1999, 2v.

finanças brasileiras essa crise se estenderia por largos anos em que as disputas do setor seriam acirradas. [328]

Substituindo a euforia dos anos 1888 – 1895, em que os preços do café no mercado internacional seguiam marcha ascendente, beneficiando, assim, o setor, a baixa cotação do produto no mercado internacional acarretava sérios prejuízos para a lavoura, desarticulando fortunas inteiras, bem como as propriedades de muitos fazendeiros e os próprios esquemas em que o trabalho no campo se fundamentava. O abalo na tradicional posição do produtor de café proprietário de grandes fortunas e fazendas gerava um quadro de desarranjo social e de descalabro público que impunha a adoção de medidas que pudessem, de algum modo, reverter a ordem dos fatos. [329]

Não foi por outra razão que tornou-se comum propor-se medidas tendentes à reversão do quadro que iam desde a proposta de uma intervenção governamental na economia até o fracionamento das grandes propriedades e a introdução de outros cultivos na agricultura brasileira. Elaboradas por aqueles que se sentiam diretamente afetados pela crise vigente, essas ideias foram veiculadas não apenas nos principais jornais da época, mas também em publicações específicas – as revistas agrícolas, que criadas por iniciativas de alguns fazendeiros prestaram importante serviço à causa tanto por informarem o agricultor quanto por reverberarem o posicionamento da elite produtora de café. [330]

Nessa linha, publicações como a *Revista Agrícola* (1895 – 1907), posteriormente conhecida como *O Fazendeiro* (1908 – 1927), *O mercúrio* (1906), além de jornais particulares como *O Café* (1902) e os demais periódicos da época, como o *Correio Paulistano*, testemunharam as inquietudes do período veiculando não apenas informações acerca das vicissitudes da economia, mas também propagando os ideais dos cafeicultores. Em suas páginas não poucas vezes foram retratados as dificuldades da imigração, o esvaziamento dos campos com o êxodo dos colonos, os impedimentos na formação de núcleos coloniais particulares, os trâmites

---

[328] Segundo Thomas Holloway, os anos 1888 e 1895 foram anos favoráveis para o setor em virtude da harmonização entre oferta e procura, bem como em virtude dos elevados preços do produto no mercado internacional. HOLLOWAY, T. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
[329] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[330] **Correio Paulistano**, 12 de maio de 1902.

da mecanização da agricultura, as propostas de adoção de poli cultivos e de fracionamento das grandes estruturas agrárias que eram temas comuns aos produtores de café. [331]

Além disso, porque tornaram-se recorrentes no cenário brasileiro, as discussões acerca do problema da crise na cafeicultura não tardaram muito a ganhar os corredores do Parlamento, onde se espraiaram pelas duas casas do Legislativo – a Câmara e o Senado, conformando duas correntes específicas que lá se estabeleceram como sendo a dos favoráveis às pretensões dos produtores de café e a dos que a elas se opunham por considerarem que as demandas do grupo eram em verdade metas particulares e não interesses nacionais. Dentre os que se mostraram à favor destacaram-se nomes como Alfredo Elis, Cândido Rodrigues, Érico Coelho, entre outros, contrapondo-se a oposicionistas como Barbosa Lima, Barata Ribeiro e Miguel Calmon. [332]

Prejudicada em seus interesses imediatos por conta da crise econômica e das ações governamentais que iam em sentido contrário às demandas da classe, a elite paulista levantou-se também em defesa de si mesma, transformando o problema do café em uma questão nacional, mediante a veiculação da ideia de que este era o principal produto na pauta das exportações brasileiras, do qual o país dependia enormemente para sua própria sobrevivência econômica e financeira, em virtude das altas somas financeiras que advinham de sua comercialização e da sua proeminência no conjunto dos demais produtos que o Brasil comercializava com o exterior.

> O café é, pois, o grande astro em torno do qual giram os satélites figurados pelas outras indústrias. É dele que emanam o calor, a luz e a vida que as animam, porque é ele quem fornece os recursos que os deve sustentar. Se ele prospera todas aceleram sua marcha e progresso. Se, porém, ele retarda o seu movimento e tende a estacionar, tudo sofre, tudo definha, empalidece e estingue-se. [333]

Nessa perspectiva, sendo o café o produto principal do país, a partir do qual toda a economia brasileira era conduzida, claro estava que caberia ao centro gerador e propulsor dessa monocultura, isto é, ao estado de São Paulo um papel de destaque na luta ingente pela defesa do produto e pela regularização da economia cafeeira, do que adviriam excelentes resultados para o grupo específico responsável por sua produção e também para toda a Nação, que dele dependia para manter-se em padrões de equilíbrio financeiro e estabilidade comercial, razão pela qual nos

---

[331] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[332] TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado).
[333] **Correio Paulistano**, 21 de maio de 1902.

discursos da época esse estado apareceu como sendo a “Locomotiva” do país e o defensor por excelência dos interesses nacionais.

> Ao Estado de S. Paulo, que, por sua pujante iniciativa e atividade, já foi denominado – uma seção dos Estados Unidos encravada no Brasil compete lugar de honra na ingente cruzada em prol dos interesses agrícolas que se confundem com os interesses da Pátria.[334]

Em face dessa postura os opositores da cafeicultura inseridos no Parlamento, alguns deles provenientes de outros estados e vinculados a outros setores produtivos, não silenciaram, levantando-se por sua vez em defesa dos interesses dos demais grupos sociais existentes no cenário brasileiro e dos quais o país também dependia para conduzir-se em termos favoráveis, pelo que cuidaram, tanto quanto possível, de tentar desvincular (nos discursos da época) a imagem que se consolidava de São Paulo como sendo o centro da Pátria e do café como sendo sua única e exclusiva preocupação. [335]

Partindo do pressuposto de que o Brasil era muito mais do que café, já que produzia também outras culturas importantes, como o açúcar e a borracha, os grupos dissidentes defendiam, a esse tempo, a concepção de que ao país caberia primeiro priorizar os interesses de ordem geral, ou seja, os interesses nacionais e não aqueles que ficavam restritos às demandas exclusivas de um grupo apenas, qual o dos produtores de São Paulo, que para solucionar suas próprias questões e pendências demandavam a adoção de medidas que, se por um lado os beneficiaria, por outro colocaria em risco o bom andamento de outros setores da economia e da sociedade brasileiras.

Por essa razão, no seio do Parlamento, tanto na Câmara quanto no Senado, também tornou-se comum veicular-se a noção de que o café não era o Brasil, embora fosse importante, e de que o país não dependia tão somente daquele para manter-se como tal, como bem demonstraram os discursos feitos pelos membros da oposição, especialmente pelo Senador Barata Ribeiro, por ocasião das discussões em torno da política de valorização do café mediante intervenção do governo na economia e nas trocas comerciais em curso.

---

[334] **Correio Paulistano**, 8 de julho de 1900.

[335] TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado).

Assim, entre os anos 1895 – 1906, não obstante os debates ensejados e as tentativas de reversão do quadro, por parte do governo "o que se assistiu foram encaminhamentos casuísticos, práticas voltadas para o interesse de poucos, longe de se orquestrar ação [efetiva para] que a médio e longo prazo se equilibrasse o importante ramo da lavoura nacional". Estas medidas efetivamente só viriam após o ano de 1906, com o *Convênio de Taubaté*, quando, depois de inúmeras propostas e tentativas frustradas de valorização do produto, os cafeicultores conseguiriam o apoio governamental para suas iniciativas no ramo. [336]

Realizada em 1906, a primeira política de valorização do café representou de algum modo a vitória da cafeicultura no tocante à ingerência governamental na economia, não obstante em termos práticos os resultados posteriores tenham sido bem menores do que os membros da classe haviam de fato esperado. Contudo, desde que fora adotada, a percepção de que em virtude de sua vulnerabilidade, o bom andamento na produção e comercialização do produto requeria a adoção de políticas específicas daria em ensejo a que em ocasiões de crise novas políticas valorizadoras fossem levadas a efeito, como foi o caso das intervenções de 1914 e de 1919. [337]

Atendidos em alguns de seus principais interesses, já que contava com o apoio de importantes lideranças no cenário brasileiro, os cafeicultores de São Paulo avançaram na função de "defensores do país", sempre pleiteando maiores recursos para a cafeicultura, bem como procurando aumentar a margem de manobra dos responsáveis pela manutenção e produtividade do setor, no que eram chamados sempre a atuar com vistas a assegurar sua própria sobrevivência, como grupo importante, cuja posição de prestígio acabava por transformá-los na principal força econômica, política e social do Brasil republicano.[338]

Situados na confluência entre a economia e a política brasileiras, os cafeicultores paulistas permaneceram na defesa de seus interesses, procurando sempre, não obstante a oposição que surgia nesse sentido, desempenhar o papel de condutores do país, a partir dos quais todos os demais setores da economia brasileira seriam encaminhados, o que de certa forma legitimava o conjunto de suas pretensões frente aos expoentes de sua classe e também em face dos demais representantes da agro exportação, como se esta fosse única e exclusivamente gerida em função

---

[336] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 229

[337] HOLLOWAY, T. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

[338] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

da produção e comercialização do café nas principais praças internacionais interessadas no produto. [339]

Representantes do centro propulsor da economia nacional, conforme já haviam reconhecido os interessados na área, São Paulo consagrou-se como um dos principais estados da Federação ao passo que seus representantes, os representantes da cafeicultura, consolidaram-se como a mais importante força política da época. Não obstante o exercício de sua hegemonia houvesse sido dificultado pela eclosão de conflitos com outros setores e grupos, os produtores de café prosseguiram no posto que haviam erigido para si mesmos e do qual somente sairiam após o declínio de seu predomínio político por volta dos anos 1930. [340]

No papel que se impuseram desde o ocaso da Monarquia, isto é, o de condutores da economia brasileira e o de defensores dos interesses da Nação, como corroborava a figura da "Locomotiva" nacional, os paulistas se mantiveram durante praticamente todo o período que conformou a Primeira República, isto é, entre os anos 1889-1930, consolidando-se como um dos mais importantes grupos sociais brasileiros, cujos interesses repercutiram indiscutivelmente nos altos escalões governamentais, como bem demonstraram as medidas adotadas pelo Governo Federal à época no tocante ao atendimento das demandas da classe. [341]

4.2. Os interesses dos grupos hegemônicos e a política externa brasileira.

Assim como procuraram inserir-se na política interna com vistas a utilizá-la a seu favor, os novos representantes da elite brasileira, boa parte deles oriundos da cafeicultura, procuraram também tirar partido da política externa. Embora em princípio tivessem buscado orientá-la para a resolução de importantes questões nacionais, como as pendências lindeiras remanescentes do Império e para uma integração melhor com o continente americano, consoante os ideais republicanos, atuaram também no sentido de promover os interesses e demandas do grupo

---

[339] "A cultura do café é a única que conhecemos bem. Essa cultura já constituiu incontestavelmente um grande progresso. O hábito de plantar café já se tornou para nós uma segunda natureza. Empreender hoje, uma nova cultura é fazer tábula rasa do passado, é entrar de barbas brancas para uma escola de primeiras letras em que a aprendizagem vai principiar por um novo *a, b, c*. Instintivamente os nossos nervos se revoltam diante de tão desagradável prospecto, tal é a repugnância que nos causa toda a reforma de velhos hábitos". In: **Correio Paulistano**, 18 de maio de 1902.

[340] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

[341] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

mediante as iniciativas para a melhoria das exportações e para a ampliação das parcerias comerciais. [342]

Resultando das concepções dos "Homens de Estado" que então assumiram a condução da República e que pressionados por grupos sociais hegemônicos integrados ao pacto social de poder do novo regime, iriam interagir com as chamadas "forças profundas" (econômicas, sociais, culturais) a fim de formular e executar um conjunto de decisões favoráveis ao país, a política externa brasileira abarcou também os interesses de classe, tornando-se, em certo sentido, a clara expressão das percepções e pretensões imediatas daqueles que se assenhorearam da máquina pública com vistas a gerenciá-la de conformidade com as concepções do republicanismo. [343]

Modificada a estrutura política com a derrubada da Monarquia, esta deixou de ser atribuição do Conselho de Estado (órgão consultivo do Poder Moderador e privativo do Imperador, que juntamente com o Conselho de Ministros era o responsável pela formulação e condução da política externa brasileira) para ser atribuição única e exclusiva dos novos responsáveis pela condução do país conformando, em virtude da adoção de um novo regime político, um novo terreno em que inúmeras alterações teriam ensejo tanto nas diretrizes essenciais de política externa quanto nas concepções dos caminhos pelas quais esta deveria ser feita. [344]

Conduzida em princípio pelos expoentes do republicanismo, quando da implantação do Governo Provisório, funcionou como um espaço específico para a demonstração das concepções políticas daqueles que deveriam formulá-la e conduzi-la, que se ocuparam nesse período de alterar suas linhas essenciais de conduta muito mais motivados por questões ideológicas, tal a identificação com o ideário republicano, que estimulados por questões de ordem prática, qual era a do interesse nacional, o que se tornou claramente perceptível na ausência de um planejamento próprio paras as relações internacionais do país sob o regime republicano e na tentativa de se romper com o legado imperial.

Alterações na postura das negociações de fronteiras com os países vizinhos e na maneira pela qual os acordos e tarifas comerciais deveriam ser negociados tiveram ensejo nesse período, bem como tiveram ensejo as inúmeras tentativas de reforma do serviço diplomático (com a substituição do quadro de funcionários e a proposição de novos regulamentos) e de substituição

---

[342] BUENO, C. **A República e sua política exterior** (1889-1902). São Paulo: UNESP, 1995.
[343] RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B., **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
[344] SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009.

da tradição secular que havia conferido sentido às relações internacionais do Brasil Império – a prioritária aproximação com a Europa, com a adoção da política americanista, conforme pretenderam os defensores mais apaixonados do novo regime. [345]

Nesse período, não dispondo de um quadro funcional estável, dado a instabilidade por que passava o próprio regime, nem de uma diretriz específica de política externa para o país, os formuladores e condutores das questões atinentes ao relacionamento internacional do Brasil, não obstante tivessem realizado algumas metas, pautaram-se em alguns aspectos, como no âmbito comercial, em dar andamento na política adotada pelo regime monárquico procurando tanto quanto possível manter as relações anteriormente estabelecidas e das quais a economia agrário exportadora era dependente. [346]

Por essa razão, o país adotou como norma de conduta a aproximação com os Estados Unidos e com os países europeus, com os quais já havia estabelecido fluxos comerciais importantes, o que não o impediu de procurar incrementar o comércio com os países vizinhos, conforme a linha adotada pelo americanismo, conforme bem demonstraram os tratados do período, como o Convênio Aduaneiro de 1891, assinado com a Nação do Norte com vistas a promover a indústria açucareira, e o Tratado de Comércio e Navegação, assinado com o Peru no mesmo ano com vistas a regulamentar as relações comerciais e aduaneiras entre os dois países. [347]

Refletindo a instabilidade do próprio regime, a política externa nesse período, embora em alguns aspectos se ocupasse das questões afeitas à economia agrária exportadora, como as questões de trocas comerciais, noutros mostrava-se ineficaz para o atendimento das principais demandas dos grupos sociais emergentes. A ineficácia no desenvolvimento de uma política imigratória que pudesse assegurar o suprimento de mão de obra, na obtenção de insumos para a agricultura e na importação de bens duráveis que pudessem melhorar a própria produção, abria terreno para que os apelos do grupo nesse âmbito se tornassem frequentes.

---

[345] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria.** Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

[346] BUENO, C. **A República e sua política exterior** (1889-1902). São Paulo: UNESP, 1995.

[347] De acordo com o relatório de Carlos de Carvalho referente a 1896, a melhoria das relações comerciais com os países da região de justificava na medida que entre elas havia "... interesses econômicos que não podem obedecer a um regime autônomo. Quando não bastasse tal motivo para a defesa dos tratados de comércio e navegação, a direção que nas diversas repúblicas tem tomado a produção aconselharia um regime convencional que assegurasse ao mercado as melhores condições de consumo". **Relatório do Ministério das Relações Exteriores** – 1896, p.6

> Os atuais lavradores, além da herança ruinosa de práticas condenadas, viram operar-se, de modo mais desastroso, a substituição dos braços consagrados à indústria. Dado o grande problema econômico, o espírito do legislador não pôde resolvê-lo senão na parte geral, sem dúvida necessária para extirpar o mal que profundamente se radicara, e proclamou a idéia radiosa da abolição à mais condenável das instituições sociais; deixou, porém, sem solução a parte atinente à falta de recursos, de crédito e de organização do trabalho, que vai sendo dificultada pela elevação do salário e escassez de trabalhadores úteis e assíduos. [348]

Assim conduzida, a política externa brasileira parecia beneficiar muito mais estreita parcela da fração hegemônica, tal era a que constituía o grupo do Grande Capital Cafeeiro, do que os demais membros da elite, os representantes da Lavoura, que voltados essencialmente para as atividades produtivas, sempre sujeitas às flutuações de mercado, não se viam devidamente representados em todos os sentidos, brigando por isso mesmo por melhorias em seu setor de ação e por um olhar mais atento por parte do governo federal, conforme exigia o crescimento na produção do café e as dinâmicas do próprio comércio internacional. [349]

Contraditoriamente, o país que passava, após lutas renhidas pela consolidação do regime, a ser gerenciado por uma elite agrária, oriunda da agroexportação, era o mesmo país que não conseguia dar conta de todas as demandas conflitivas dos estratos hegemônicos, o que em parte pode ser explicado pela necessidade ou opção dos condutores do poder em atuar mais no sentido de atender os interesses gerais da Nação (como aqueles que se restringiam ao pagamento das dívidas públicas) que aos interesses dos grupos, que nem sempre se harmonizavam com os estipulados pelo governo federal. [350]

Importa notar, que concebendo a sociedade brasileira de uma forma simplificada, segundo a qual esta se dividiria entre dois grandes grupos específicos, o dos grandes proprietários de um lado e o dos demais membros da sociedade de outro (antigos escravos, imigrantes e trabalhadores livres), os novos expoentes da política brasileira elaboraram uma leitura restrita dos interesses nacionais, na qual estes se limitavam aos interesses da economia agrária exportadora, o que representava a garantia de que as demandas do grupo seriam atendidas em sua totalidade. [351]

---

[348] **Relatório do Ministério da Fazenda**, 1897. P .110

[349] PERISSINOTO, R.M., **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: UNICAMP, 1999, 2v.

[350] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

[351] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

Contudo, uma vez no poder, as dificuldades impostas pelo jogo internacional impunham a adoção de outras metas que favoreciam mais o país e não necessariamente o grupo dos cafeicultores. [352]

Ocorre que embora o Estado houvesse sido apropriado pela oligarquia cafeeira oriunda do centro sul do país, região a partir da qual eram enviados a maior parte dos diplomatas e ministros republicanos das relações exteriores, que tudo fariam por se firmar como classe hegemônica e por atender seus interesses, a complexidade do jogo político no plano externo e também interno impedia o atendimento único e exclusivo das pretensões dos demais membros do grupo, dando a impressão de haver um descompasso entre a ação dos integrantes da classe e a atuação de seus representantes no poder.

> Para aumentar a produção nacional, porém, é mister fornecer capital, atividade, conhecimentos práticos e o mais que necessitam as indústrias, mormente a agrícola, em estado desesperador, pela desorganização do trabalho e baixa dos preços de seus produtos, em desarmonia flagrante com a desvalorização do nosso papel moeda ocasionada pela maior e mais deplorável depressão cambial que o país tem tido.[353]

As dificuldades existentes para a harmonização entre as diretrizes políticas adotadas pelo governo federal e aquelas pretendidas pelos grupos sociais mais importantes do período constituía-se, assim, em sério impedimento ao exercício da hegemonia do grupo dos cafeicultores, que precisavam tanto quanto possível negociar posições a fim de tranquilizar os ânimos e também diminuir os focos de incidência para o surgimento de conflitos e oposições, que, aliás, não eram poucos como clareou a existência dos grupos dissidentes dentre os quais se destacavam os partidários do ruralismo e alguns membros da Lavoura. [354]

Estabilizada internamente, com a resolução dos problemas que remanesciam da mudança de regime, não obstante as dificuldades no exercício da hegemonia dos oligarcas do café, a República entrou em outra fase na qual teria ensejo o amadurecimento das diretrizes de política externa que abandonariam a postura idealista de seus primeiros tempos para olhar mais realisticamente para os problemas nacionais com a finalidade de solvê-los e de promover o bom desenvolvimento do país no cenário internacional, do que resultaria uma postura mais afirmativa

---

[352] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.
[353] **Relatório do Ministério da Fazenda**, 1897. P.112.
[354] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

e o delineamento de um plano específico para as relações internacionais brasileiras, tal o que introduziria Rio Branco (1902-1912) no Ministério das Relações Exteriores. [355]

Adotando uma postura mais consentânea com os interesses nacionais desde que a República se estabilizara e se revertera o quadro de idealismo político dos primeiros anos do regime, os formuladores e os condutores da política externa brasileira pautaram-se pela busca de um melhor atendimento dos problemas nacionais, especialmente daqueles que grassavam pelo setor do comércio (com as crises periódicas que começavam a atingir a cafeicultura) e das finanças públicas (com os altos índices do endividamento) – terrenos que desde então iriam merecer mais cuidadosa atenção dos responsáveis pela condução das relações e negociações internacionais sob o regime republicano. [356]

Nessa linha, além da busca do desenvolvimento de uma política de fronteiras, herdada do Império, e da continuidade da diretriz de maior integração continental, a política americanista, que a República havia inaugurado como símbolo do regime, a política externa brasileira, nesse novo período, cuidou de promover o encaminhamento de novas negociações e relações comerciais, de desenvolver uma política imigratória que pudesse atender às necessidades da agro exportação e também de ampliar as representações diplomáticas e consulares no exterior com vistas a promover o intercâmbio comercial e a exportação de seus principais produtos.

Concomitantemente, no contexto em que a República se consolidava e os oligarcas do café se firmavam no poder, a cafeicultura mergulhava em pesada crise, portanto, numa fase de desfavor para seus dependentes, que demandaria muito empenho e muitas iniciativas particulares e governamentais para conseguir ser efetivamente revertida conforme era esperado. [357] Por essa razão, a política externa foi desde então vista pelos membros do grupo dos produtores de café como importante instrumento na tentativa de reversão do quadro crítico que se arrastava com maiores complicações desde 1895. [358]

Recorrente nesse contexto de redefinição de roteiros políticos, e sempre presente nos principais debates da época, a concepção de que o país dependia da agricultura para sobreviver, acabava por introduzir a noção de que a política externa deveria ser instrumentalizada a serviço

---

[355] BUENO, C. **A República e sua política exterior** (1889-1902). São Paulo: UNESP, 1995.
[356] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[357] HOLLOWAY, T. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
[358] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

dos interesses do setor, ou seja, deveria ser um terreno no qual os formuladores e condutores do processo decisório deveriam atuar no sentido de assegurar novos mercados para a produção do café, bem como para os demais produtos nacionais como o açúcar, a borracha e o algodão, dos quais o país dependia substancialmente.

Nessa linha, os porta-vozes dos grandes produtores brasileiros, muitos deles inseridos nas principais casas do Legislativo – na Câmara e no Senado Federal, não poucas vezes pleitearam melhorias para o setor indicando quanto este desfrutava de destaque no conceito nacional e nas concepções dos principais nomes da época, alguns deles nem sempre ligados à agricultura, mas simpáticos a ela, no que foram rebatidos por aqueles que se opunham à defesa exclusiva da cafeicultura ou à política de valorização única e exclusiva do café. [359]

Assim visualizada, a política externa passou a atuar de modo muito mais concreto no sentido de atender às necessidades dos agricultores, produtores e exportadores brasileiros, como bem demonstraram as iniciativas ligadas ao comércio e à imigração, à promoção do Brasil no exterior e à abertura de novos canais para o consumo dos produtos brasileiros, sempre procurando divulgá-los, pois na concepção dos principais políticos da época as questões referentes à agricultura de exportação figuravam sempre como sendo uma das mais importantes questões no conjunto de tudo quanto compunha os interesses nacionais. [360]

Tal fato tornou-se ainda mais evidente por volta de 1902 quando a crise econômica ganhou maior amplitude em face da enormidade das safras do café sem mercados correspondentes para absorvê-las, impondo a necessidade de se buscar medidas no plano interno e também no plano externo no sentido de se reverter o que se revelava para o país como sendo um quadro de verdadeiro descalabro, tal era a dependência em que se achava a República brasileira dos recursos financeiros advindos dessa área, favorecendo ainda mais o clima para a eclosão de maiores tensões e conflitos no seio da própria classe. [361]

As dificuldades do período responderam, assim, pelas inúmeras tentativas de se encontrar novas medidas ou quem sabe novos paliativos para se diminuir os impactos da crise na economia e na sociedade brasileira, quando não para seu próprio encerramento, propostas essas que

---

[359] TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado).
[360] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[361] HOLLOWAY, T. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

passavam pela promoção de uma diversidade produtiva mediante o cultivo de novos produtos no conjunto daqueles destinados ao comércio exterior, bem como pela proposta de interferência do governo no mercado internacional através da elaboração de planos ou políticas valorizadoras do produto interna e externamente. [362]

Coincidindo com a ascensão de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, o recrudescimento da crise levou os membros do grupo a olhar mais atentamente para a política externa, procurando, por meio desta, atender suas próprias questões, no que realmente seriam bem sucedidos, considerando-se que o novo Ministro, em virtude dos largos anos de trabalho no consulado do Brasil em Liverpool e também da larga experiência adquirida na defesa dos interesses brasileiros, iria atuar de modo direto no sentido de promover os interesses nacionais, dentre os quais se destacavam, sobretudo, os interesses da agro exportação.

Assumindo a Chancelaria brasileira num momento em que o sistema internacional passava por reformulações com a emergência dos Estados Unidos como novo polo de poder, esse Ministro procurou inicialmente, em sua gestão, tanto quanto possível adequar o Brasil à dinâmica desses novos tempos, isto é, consolidando ainda mais a tendência que havia sido aberta com a implantação da República, tal era a da aproximação do país à maior Nação do continente, mediante à adesão aos princípios do Pan-americanismo, que se achavam em curso desde o final do século XIX com as pretensões norte-americanas ao exercício de uma hegemonia no próprio continente. [363]

Experimentado nos assuntos de política externa em virtude dos largos anos de atuação no serviço diplomático e no serviço consular em que estivera atuando em defesa dos interesses brasileiros, não só compreendia o papel que os Estados Unidos passavam a desempenhar no cenário internacional e no terreno das relações internacionais dos países latino-americanos, mas também os benefícios que o próprio Brasil poderia auferir no relacionamento com a Nação do norte, razão pela qual uma das iniciativas adotadas foi a de estreitar vínculos com este país, a partir dos quais o desenvolvimento brasileiro pudesse ser alcançado. [364]

Buscada não só em função do prestígio, mas também de afirmação da soberania nacional, então vistos como importantes recursos de poder mediante os quais o país pretendia assegurar o

---

[362] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[363] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[364] RICUPERO, R. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000.

apoio às suas pretensões no contexto regional, a aproximação com os Estados Unidos deu-se também em função dos altos fluxos comerciais em torno do café que desde o final do Império se achavam em curso e que conferiam ao relacionamento entre os dois países um caráter de complementaridade, no qual ambas as nações, guardadas as devidas proporções, dependiam uma da outra para a manutenção de seus interesses financeiros e viabilidade de sua própria economia.[365]

Economia essencialmente primária exportadora, o Brasil dependia enormemente dos demais países para a colocação dos seus principais produtos, especialmente para a colocação do café e do açúcar, que de há muito haviam encontrado nos Estados Unidos seus mais importantes compradores. O notável e vertiginoso crescimento da economia norte-americana contribuía, assim, para transformá-la num receptáculo, por excelência, dos produtos tropicais, tornando-se, por isso mesmo, essencial, ou melhor, fundamental à sustentação da economia brasileira, sobretudo no que dizia respeito às questões referentes à exportação dos produtos agrícolas. [366]

De outro modo, para os Estados Unidos o mercado brasileiro desde cedo configurou-se como um importante cenário para a concretização de suas pretensões econômicas, dentre elas, para a ampliação das vendas e colocação dos produtos norte-americanos, já que se achava em franca expansão por conta dos vultuosos fluxos do comércio cafeeiro e açucareiro. Não passando despercebida pelos articuladores da economia e dos negócios norte-americanos, a potencialidade do mercado brasileiro, revelada desde o final do regime imperial, cedeu terreno para a consolidação das relações bilaterais deixando à mostra o quanto a Nação do norte também dependia do Brasil para manter-se no posto em que se achava.

> Agroexportador típico com uma economia especializada, o Brasil tendia a aumentar sua dependência em relação aos Estados Unidos. Esses tinham seu amplo e crescente mercado consumidor como um forte instrumento de pressão que levava o Brasil a dar preferência às importações norte-americanas, como demonstra a redução tarifária que vigorou durante quase todo o período estudado. De qualquer forma, havia interesse por parte das autoridades brasileiras em reforçar para o país sua qualidade de fornecedor quase exclusivo de café para os EUA, que já possuíam a maior economia do planeta. Além disso, não se pode perder de vista que a produção brasileira estava atingindo níveis de superprodução, o que em parte explica o Convênio de Taubaté, de 1906,

[365] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[366] TOPIK, S. C. **Comércio e canhoneiras**. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97) São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

> esquema de valorização firmado pelos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, então os maiores produtores. [367]

Assim colocadas num regime de complementaridade, em que aos poucos o papel anteriormente executado pela Inglaterra era substituído, as relações entre Brasil e Estados Unidos prosseguiram como uma importante tendência da política externa brasileira ao longo da Primeira República, pois tendo sido iniciada com a alteração do regime político em decorrência da queda da Monarquia, consolidou-se com Rio Branco e passou a sobreviver depois dele como uma das linhas mestras das relações internacionais do Brasil, tendo sido vivificada pelos seus sucessores frente à condução do Ministério das Relações Exteriores.

Somando-se à essa tendência o país manteve-se voltado também para o mercado europeu, que constituía o segundo maior comprador de seu café, por conta dos fluxos e relações comerciais mantidos sobretudo com a Alemanha, França, Holanda, Áustria-Hungria e Bélgica, que juntamente com os Estados Unidos conformaram o terreno, por excelência, a partir do qual os interesses do setor agroexportador, ou seja, as demandas dos grupos hegemônicos, nos quais o grupo dos cafeicultores paulistas se inseria, seriam devidamente atendidas, demonstrando quão expressivas eram as interações entre as duas esferas do político – a interna e a externa, durante os primeiros tempos do regime republicano.

Extremamente dependentes das parcerias comerciais, as questões referentes ao bom andamento da produção agrícola e do comércio brasileiro entrariam em posição de relevo na pauta dos interesses nacionais, levando não poucas vezes as autoridades brasileiras, especialmente aquelas ligadas às regiões produtoras, a buscarem melhorias e a adotarem medidas concernentes ao bom andamento dos negócios do Brasil com o exterior, no que copiavam de certa forma a postura adotada pelo Império no sentido de participar de eventos internacionais, bem como no de se fazer presente em fóruns mundiais nos quais o Brasil pudesse ser promovido.[368]

Desde então, sob os auspícios de Rio Branco o país passou a utilizar-se dos canais inerentes à política externa para que a economia brasileira, especialmente a economia cafeicultora pudesse auferir maiores lucros, angariar novos mercados, obter melhorias técnicas, e, assim,

---

[367] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 107.

[368] ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais do império. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG. P. 233 e seguintes.

reverter a crise econômica que desde o ano de 1895 submetia o país a uma posição de desfavor no âmbito das trocas e negociações internacionais, razão pela qual as autoridades brasileiras ligadas ao comércio de café encontraram maior respaldo para suas ações no sentido de reversão da crise na cafeicultura. A realização da III Conferência Internacional Americana (1906), no Rio de Janeiro, foi emblemática nesse sentido.

> O café, para nós, é a abundância, a prosperidade e a grandeza! Por aí se pode e deve compreender quanto estamos interessados no prodigioso desenvolvimento do comércio e da civilização da América do Norte: o povo norte-americano precisa, para seu comércio de sete milhões de sacas de café por ano, isto é, de quase toda a colheita média anual do Estado de São Paulo!
> Não é preciso salientar a importância de tal fato. A produção e o consumo auxiliam-se, completam-se mutuamente; e, no desenvolvimento de ambos, a nossa atividade e os nossos interesses estão de tal modo identificados, que não podemos falar do café, sem logo pensar no seu maior consumidor: o povo americano...
> Representando o comércio de Santos, e os cultivadores de São Paulo, que são os maiores produtores de café do mundo, venho apresentar-vos cordiais saudações, e, em vossa pessoa, que é também o maior consumidor de café do mundo![369]

No conjunto das relações econômicas brasileiras, essa postura era certamente muito importante, na medida em que possibilitava a divulgação mais ampla do Brasil no plano internacional, mormente em regiões que se constituíam em importantes entrepostos comerciais e culturais, tal era o caso de Bruxelas, na Bélgica, o que se dava mediante a participação em exposições internacionais, bem como mediante a elaboração de catálogos e almanaques a respeito do país e de suas principais linhas de atuação comercial, ou seja, de seus produtos de exportação. [370]

Desde então, do ponto de vista das iniciativas internacionais pode-se dizer que a política externa havia se tornado um instrumental para o atendimento das pretensões dos cafeicultores, já que suas iniciativas abarcavam agora não apenas os interesses dos membros do Grande Capital Cafeeiro, mas também os representantes da Lavoura e os integrantes das demais frações da classe

---

[369] Saudação de Raul de Carvalho, na associação Comercial de Santos a Elihu Root quando do término de sua visita ao Estado de São Paulo. AHI - 3º Conf. , 273/3/14, documentos nºs 167, 168 e 169. Apud BUENO, C. O Brasil e a terceira Conferência Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906). **Estudos Históricos**, Marília, n.13/14, p.7-84, 1975.

[370] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 107.

hegemônica. [371] Com as iniciativas adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores a política interna harmonizou-se efetivamente com a política externa, considerando que nem sempre a política interna de um governo é irremediavelmente simétrica às suas diretrizes no relacionamento externo. [372]

Encontrando ressonância também nas diretrizes de política externa, os representantes da cafeicultura puderam assim atender parte de suas demandas, em outras palavras, aquelas que eram as mais expressivas, a ponto de solucionarem de algum modo os rigores da própria crise econômica que desde o ano de 1895 havia acometido do setor. Atendidos em suas pretensões por parte do governo federal, que tanto na política interna quanto na política externa adotara medidas favoráveis ao grupo, os cafeicultores prosseguiram formalizando seu domínio na estrutura política do Brasil republicano – o chamado condomínio oligárquico. [373]

Atentos, portanto, ao conjunto de seus próprios interesses, os grupos hegemônicos do período, dos quais o dos cafeicultores era o mais expressivo, cuidaram de fazer valer tanto quanto possível o conjunto de seus interesses em meio aos demais que compunham os interesses nacionais, para o que tentaram utilizar-se da estrutura interna e externa do poder republicano. Promovida depois de superação de muitos desafios, a harmonização das duas faces do político, a interior e a exterior, tornou-se patente marcando desde então o período como sendo realmente o momento máximo do domínio da agroexportação. [374]

Construída no transcurso das primeiras décadas republicanas, a hegemonia dos oligarcas do café prosseguiu nos anos subsequentes, porém sempre lidando com a atuação dos elementos divergentes que surgiam dificultando sua permanência por também disputarem "um lugar ao sol" no cenário político da Primeira República. Não obstante, sua pertinácia na defesa de seus interesses fez com que se constituíssem na principal força política e social do período, que por meio de diversos mecanismos conseguiria ainda por algum tempo reverberar tanto na política interna quanto na política externa brasileira. [375]

---

[371] PERISSINOTO, R.M., **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: UNICAMP, 1999, 2v.
[372] SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009.
[373] Entendendo-se por oligarquia "um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política". De acordo com RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 91.
[374] LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[375] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

4.3. As relações entre política interna e política externa na primeira década republicana.

Do ponto de vista político, o 15 de novembro de 1889 representou para o país um momento duplamente importante em sua história, em que se observaram mudanças tanto nas linhas essenciais de sua política interna quanto nas diretrizes tradicionais de sua política externa, pois enquanto no primeiro aspecto o país passou da Monarquia para a República, colocando abaixo um modelo que havia vigorado por cerca de sessenta e sete anos[376], no segundo este alterou o curso do seu relacionamento com o plano exterior, invertendo a pauta na qual as relações internacionais brasileiras haviam sido estruturadas desde antes da Independência, tal era a vinculação prioritária do país com a Europa. [377]

No âmbito da política interna, pode-se dizer, que além da mudança de regime, as alterações então verificadas franquearam terreno aos grupos políticos provenientes das áreas produtoras de café, especialmente de São Paulo e de Minas Gerais, que passaram a exercer atuação diferenciada nos assuntos internos do país. Elementos expressivos na cadeia produtiva nacional no âmbito da cafeicultura, em que atuavam não só como grandes cultivadores e exportadores do produto chefe da economia nacional, mas também como banqueiros e empresários do setor de finanças e de transportes, estes novos representantes políticos dispunham de força bastante para atuarem de forma hegemônica, e, por isso mesmo, autônoma. [378]

Por sua vez, no terreno específico da política externa, pode-se aventar que as mudanças domésticas refletiram-se também nas questões de ordem internacional, na medida em que os novos responsáveis pela condução do país, os antigos partidários do republicanismo, optaram por priorizar as relações encetadas com os países americanos, fossem eles os vizinhos do Sul, dos quais o Brasil permanecera distanciado durante a maior parte do regime monárquico em função de questões políticas e culturais, ou o gigante do Norte, com o qual pretenderam desde então estreitar relações, com vistas a incrementarem o fluxo comercial que já existia entre ambos desde o final do Império. [379]

Revertendo tendências antigas na condução da política brasileira, estruturadas gradativamente desde a emancipação brasileira em face ao domínio português, tais eram o regime

---

[376] PENNA, L. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
[377] BUENO, C. **A República e sua política exterior** (1889-1902). São Paulo: UNESP, 1995.
[378] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.
[379] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918) São Paulo: Paz e Terra, 2003.

monárquico no plano interno e o europeísmo no plano externo, a inflexão observada na passagem da Monarquia para a República constituiu-se num diferencial importante em relação a outros momentos da história nacional, uma vez que no período em questão as mudanças políticas verificadas no âmbito doméstico significaram imediata alteração na condução dos assuntos internacionais, colocando a transição republicana como um momento ímpar na história das relações internacionais do país, no qual se pôde verificar de um modo mais claro a maneira pela qual as duas esferas do político passaram a interagir. [380]

Muito embora se tenha comumente considerado a tomada de decisões no âmbito das relações internacionais de um Estado como sendo atribuição única e exclusiva dos governantes e dos grupos políticos hegemônicos que integrariam o chamado pacto social de poder**,** e, consequentemente a interação entre regimes políticos e política exterior como sendo algo natural, pode-se considerar que o processo de formulação e decisão em política externa é um pouco mais complexo do que parece, dado a existência de interesses divergentes entre os grupos sociais mais expressivos e também de inúmeras pressões que se tornam determinantes para a adoção de certas diretrizes em detrimento de outras. [381]

Ocorrendo a partir de motivações distintas presentes no interior e no exterior do Estado, às quais Renouvin e Duroselle chamaram "forças profundas" – um conjunto de fatores de ordem cultural, econômica, política e social que iria condicionar a estruturação do processo decisório em relações internacionais, este, ou seja, o processo de elaboração da política externa pode ou não sofrer influência do regime político ou do tipo de governo adotado pelo país, permanecendo, portanto, como um terreno no qual não só o chamado "Homem de Estado" responderia por sua formulação e elaboração, mas também os diferentes grupos sociais inseridos no pacto de poder então estabelecido. [382]

Nem sempre sendo irremediavelmente simétrica às diretrizes de política interna adotadas, a política externa de um Estado segue às vezes em sentido oposto, ou aparentemente contraditório, à condução que os governantes dão ao processo político no plano interno, mostrando-se, por isso mesmo, muito mais como um produto da atuação e das concepções de diferentes setores sociais capazes de interferirem nas demandas públicas e condicionarem as

---

[380] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
[381] SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009.
[382] RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B., **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

decisões federais, que como o resultado único e exclusivo das concepções particularistas do "Homem de Estado", implicando, por isso mesmo, sejam considerados em sua análise as diversas variáveis que iriam interferir no desenvolvimento das relações internacionais de um país.

> É uma ilusão pensar que todas as decisões de política externa são tomadas pela totalidade do bloco social de poder que sustenta um governo. Da mesma maneira, sabemos que alguns aspectos da política externa sofrem mais pressão de determinados *lobbies* que atuam em certo sentido, enquanto outros atuam mais em sentido inverso. Portanto, a resposta a essa pergunta é, hoje, muito complexa, porque a porosidade do Estado moderno é grande. Os grupos hegemônicos que sustentam as diretrizes básicas da política externa do governo podem não ter unanimidade a propósito da orientação a ser seguida em uma questão internacional. [383]

Enquanto o Império brasileiro centralizava no Conselho de Estado as questões pertinentes à formulação da política externa e na antiga Secretaria dos Negócios Estrangeiros a responsabilidade pela execução da mesma[384], a República introduziu uma nova dinâmica em que a resposta à pergunta sobre quem formularia a política externa tornar-se-ia menos clara em virtude das dificuldades iniciais em se consolidar as instituições republicanas e em se definir quais seriam os novos atores sociais. Não obstante, o novo regime cuidaria de deixar a cargo dos componentes do Governo Provisório, e depois do Governo Civil, o papel de elaborá-la e ao Ministério das Relações Exteriores o papel de implementá-la, de conformidade com as concepções daqueles que então haviam assumido o poder.

Estando intimamente ligados aos movimentos reformistas do final do século XIX, dentre eles ao republicanismo que também havia respondido pela derrocada do Império, os novos responsáveis pela condução da política nacional e internacional do Brasil adotaram como critério inicial de ação a ruptura com o passado e a harmonização institucional com a ordem vigente no continente – a ordem republicana, da qual o país voluntariamente havia se mantido afastado durante todo o período em que o regime monárquico havia subsistido. Por essa razão, em termos

---

[383] SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009. P. 16

[384] CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.p.13-134.

de política externa o americanismo tornou-se a primeira e talvez a mais significativa diretriz adotada pela República como parâmetro para o seu relacionamento com o plano exterior. [385]

Subvertendo a tradição até então vigente, ou seja, a de priorizar o seu relacionamento com os países europeus, o Brasil republicano adotou medidas de ação que refletiam as concepções ideológicas pessoais de quantos passaram a gerir e a conduzir o Estado, razão pela qual nesse período a política externa passou a seguir no compasso da política interna, estabelecendo uma relação simétrica, portanto, em alguns pontos, harmoniosa, entre as duas esferas do poder. Conduzida muito mais em função de seu quadro interno (marcado por conflitos políticos entre monarquistas e republicanos) que em virtude da dinâmica vigente no cenário internacional, no qual as potências europeias, secundadas pela norte-americana, disputavam a primazia de ação junto aos países periféricos, esta tornou-se um terreno em que as disputas políticas entre partidários ou opositores do novo regime repercutiam determinando o sentido de sua ação. [386]

Não dispondo de um projeto próprio, já que seus formuladores precisavam primeiro lidar com a necessidade de consolidá-lo internamente e de legitimá-lo externamente, e seus condutores não dispunham de muito tirocínio para o encaminhamento das decisões, a política externa pautou-se nessa fase na busca de inauguração de uma nova modalidade para o relacionamento com os países continentais e pela subversão das diretrizes e práticas imperiais, o que se verificou de modo patente nas decisões referentes à resolução de pendências lindeiras e à condução das questões de cunho comercial, bem como nas inúmeras tentativas de reformulação da estrutura funcional da diplomacia. [387]

Verificados inicialmente no binômio republicanismo – americanismo, os pontos de encontro entre o interno e o externo colocaram o período subsequente à implantação da República, isto é, os anos 1889-1896, como o momento em que os dois campos de atuação começaram a convergir, permitindo-nos caracterizá-los não como esferas dicotômicas, intimamente dissociadas uma da outra, mas como faces específicas de um mesmo processo. As concepções dos formuladores da política interna e as percepções dos condutores do

---

[385] SANTOS, L.C.V.G. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
[386] MAGNOLI, D.**O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.p.136.
[387] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995.

relacionamento exterior do Brasil pesavam nas decisões de política externa determinando a alteração das linhas essenciais de conduta. [388]

Elaborada em função das concepções próprias dos partidários do republicanismo, a política externa foi conduzida num viés idealista que pouco, ou quase nada, considerou acerca das dificuldades inerentes ao sistema internacional e dos limites próprios do relacionamento bilateral entre países detentores de cabedal econômico e recursos de poder diferentes, dificultando a ampliação do espaço de atuação e da margem de manobra do Brasil no cenário regional e até mesmo no mundial. Conformado nos primeiros anos do regime republicano, o terreno em que foram conduzidas as relações internacionais do país restringiu por assim dizer o projeto de ação política herdado do Império, que pressupunha o desenvolvimento de uma postura hegemônica regional. [389]

Tal quadro seria, contudo, alterado à medida que a República alcançasse o período de consolidação de suas instituições, de adequação de seu sistema financeiro às exigências do mercado internacional e de apaziguamento dos quadros sociais internos conflitivos, que secundados pela elaboração de uma percepção mais clara acerca das características do sistema internacional e também pelas concepções pessoais dos grupos que passariam desde então a conduzir a República, iriam remetê-la à adoção de uma postura mais realista, portanto, mais consentânea com o conjunto de necessidades e de exigências da própria sociedade brasileira. [390]

As necessidades de facear, no plano externo, as investidas estrangeiras promovidas pelo imperialismo europeu, que nesse período atingia seu apogeu preocupando não só as potências de segunda grandeza, mas, sobretudo, os países periféricos, e de promover, no plano interno e externo, o desenvolvimento de sua economia, que começava a entrar num período crítico de retração, responderiam pela alteração na conduta dos novos formuladores, bem como na postura dos novos condutores do processo decisório em política externa (em sua maior parte ligados à elite agrária especialmente ao grupo dos cafeicultores de São Paulo e de Minas Gerais).

Isso porque, vencidas as lutas iniciais pela consolidação da República e as disputas pelo poder, os grupos que ascenderam ao topo da governança política do sucedâneo da Monarquia foram aqueles que já haviam inicialmente alcançado a predominância econômica em relação a

---

[388] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
[389] MAGNOLI, D. **O corpo da pátria:** imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
[390] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995.

seus pares, ou seja, em relação às demais oligarquias presentes no cenário nacional e que passariam desde então a exercer a hegemonia política sobre os mesmos. A ascensão desses grupos, como seria de se esperar, iria refletir-se também na condução da política externa, que passaria a levar em melhor conta os interesses da agricultura de exportação. [391]

Estabilizada a República (e consequentemente os quadros de funcionários do Ministério das Relações Exteriores), e definidos os papéis dos novos detentores do poder, a política externa estabilizou-se, por sua vez, nos termos de um projeto específico, se assim se pode dizer, para as relações internacionais brasileiras, que desde então seriam conduzidas em quatro linhas essenciais: a resolução das fronteiras nacionais, a manutenção das relações do Brasil com os países da Europa, a melhoria das relações com os países americanos, sobretudo, com os Estados Unidos e, por fim, a promoção dos interesses comerciais brasileiros, pontos que estariam mais voltados para o que então se entendia como sendo interesses nacionais. [392]

Uma vez que o Estado passava a ser conduzido internamente e externamente por uma elite agrária, que dependia imediata e profundamente da produção e exportação dos produtos agrícolas para manter-se na posição de predomínio econômico que lhes havia facultado atuar de forma hegemônica também no campo das questões políticas, a visão que passava a predominar acerca de quais seriam os interesses prioritários da Nação era por certo a visão dos representantes políticos que então acenderam ao poder, que analisando de forma simplista a estrutura social do Brasil tendiam a associar os interesses de seu próprio grupo com os interesses nacionais. [393]

Nessa linha, as questões referentes à agricultura de exportação, tais eram a necessidade de se manter abertas as parcerias anteriormente estabelecidas pelo Império e de se estabelecer novas relações comerciais que pudessem favorecer o Brasil entravam na pauta do dia, permitindo que no âmbito da política externa se desenhasse uma diretriz essencial que também balizaria as relações internacionais brasileiras durante todo o período que constituiu a chamada Primeira República – o fomento da economia nacional mediante a melhoria de suas relações comerciais, tendência essa a partir da qual se desenvolveria o que se considerou com muita propriedade um viés diplomático essencialmente voltado para a agroexportação.

---

[391] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.
[392] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995.
[393] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001

> O fomento da agroexportação foi um dos fundamentos da política externa. É fato que desde o Império a diplomacia brasileira não descurara dos interesses comerciais do país. Com a República, essa tendência acentuou-se de tal modo que ficou em perfeito compasso com as aspirações das elites que se exercitavam no mando político nacional, estabelecendo-se, assim, sintonia entre a política interna e a externa. Aliás, a política exterior de um país não é reflexo de sua política interna, mas face externa de uma única realidade. [394]

Refletindo de algum modo os interesses dos grupos hegemônicos que então ascenderam ao poder, isto é, o dos cafeicultores ligados ao Grande Capital Cafeeiro e não necessariamente à Lavoura, bem como a permanência do modelo econômico engendrado pelo Império e herdado deste pela República – o modelo liberal do século XIX, mediante o qual a elite se firmava na posição alcançada nos primeiros anos do regime republicano, as diretrizes de política externa harmonizaram-se de algum modo às concepções e interesses dos produtores brasileiros, que intentavam servir-se tanto quanto possível do Estado para a promoção do grupo e para o desenvolvimento do setor ao qual estes encontravam-se ligados. [395]

Levando em conta as questões referentes ao saneamento das dívidas públicas, com a obtenção de empréstimos e financiamentos junto aos principais países presentes no cenário internacional, e à promoção do comércio brasileiro, mediante o estabelecimento de novas parcerias comerciais, a política externa passou a priorizar ainda mais as relações com os Estados Unidos e com os países europeus, que juntos constituíam os mercados mais expressivos para a produção brasileira, especialmente para a produção do café, ficando, por isso mesmo, em perfeita sintonia com as diretrizes de política interna. [396]

A sincronização entre as duas esferas do político tornou-se patente, sobretudo, no terreno das relações bilaterais com o gigante do Norte, visto que o papel que este exercia no cenário mundial e a predominância econômica que ele passava a desenvolver na ordem internacional vigente, aliada à necessidade premente experimentada pelo Brasil no sentido de encontrar mecanismos para solucionar a crise que assolava o setor de produção do café, motivavam, por meio de duas vias de ação específica – a externa e a interna, o deslocamento do eixo das relações

---

[394] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995. P. 22.
[395] LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001
[396]MAGNOLI, D.**O corpo da pátria:** imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

internacionais brasileiras da Europa para a América, especialmente da Inglaterra para os Estados Unidos. [397]

Não obstante, é preciso lembrar que internamente as ações desenvolvidas pelos representantes da cafeicultura no poder, nem sempre atendiam todas as demandas da classe, gerando conflitos e desajustes, que indicavam que a política do período atendia muito mais um setor restrito da classe hegemônica – o que constituía o Grande Capital Cafeeiro, que as demais frações da classe hegemônica, dentre as quais se situava a Lavoura, que continuava brigando por medidas governamentais mais efetivas, tanto internamente quanto externamente não só no sentido de obter maiores recursos financeiros para o setor, mas também no de divulgar o produto no exterior com vistas à aquisição de novos mercados. [398]

Efetivamente, desde que entrara em um processo de avanço singular em sua própria produção, a cafeicultura pautou-se por pleitear concessões e apoio por parte do governo federal que pudesse de alguma forma favorece-la nos objetivos de incrementar o setor e promover a planos mais elevados a própria produção, razão pela qual sempre posicionou-se em favor de uma política imigratória mais expressiva, pela abertura de novos canais de divulgação do produto no exterior, pela utilização dos canais consulares e diplomáticos a serviço de suas próprias demandas e por melhorias no conjunto das técnicas e do maquinário.

> Certamente, o simples fato de se fazer num Congresso, entre pessoas competentes uma propaganda séria, técnica, científica, do café brasileiro, não viria transformar de um dia para outro as condições comerciais desse produto; nem hoje se fazem mais milagres; nós, porém, que nutrimos a convicção que não é possível pôr um termo, repentino a um estado desastroso de um longo período de circunstâncias ou naturais ou devidas à imprevidência dos homens, e que acreditamos ser possível dar-lhe remédio, mediante um outro período extenso, de contínuos sacrifícios e de luta insistente, doe-nos sinceramente, que se perca, especialmente por parte do Brasil, uma ocasião tão oportuna, pouco ou nada dispendiosa, mas séria e presumivelmente vantajosa, apesar do seu largo prazo, para pôr em evidência um produto nacional, torna-lo apreciado e conhecido, conquistar-lhe simpatias e consumidores; e por isso permitindo-nos a liberdade de perguntar a quem possa interessar, se entre "as modificações e notáveis acréscimos" que oficialmente foi dito, deverem ser introduzidos no programa do próximo Congresso Agrícola de Roma, não haveria um interesse comum igual para a Itália e para o Brasil em incluir também o tema – CAFÉ?. [399]

---

[397] MILZA, P. Política interna e política externa**.** In: REMOND, R.(Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
[398] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.
[399] **Correio Paulistano**, 11 de fevereiro de 1903.

Demonstrando a existência de divergências em alguns pontos específicos de atuação – dentre eles a questão da necessidade de realização de maiores e mais efetivas propagandas do produto no exterior por iniciativa governamental e não apenas particular, como desde há muito ocorria com os produtores paulistas, e de se obter maiores empréstimos internacionais[400], a política interna e a política externa pareciam seguir percursos distintos, mas que em verdade eram contraditórios em apenas alguns aspectos, já que a segunda, por uma questão ligada à própria estrutura econômica brasileira, seguia no sentido de promover o crescimento brasileiro por meio do fomento da agroexportação. [401]

Pleiteadas desde há muito junto às altas esferas governamentais, que nem sempre conseguiam corresponder à altura da demanda em virtude da própria dinâmica do poder mundial que implicava o atendimento de interesses maiores que de interesses de grupos, tais medidas passaram a ser muito mais disputadas à medida que o setor entrava em um processo de desarranjo econômico pelas altas taxas da produção que já não conseguia colocação segura no mercado externo, engendrando um quadro demasiadamente conflitivo e trabalhoso que de certa forma dificultaria o exercício da hegemonia do grupo frente aos demais. [402]

Tornou-se, portanto, comum procurar-se encontrar medidas mais adequadas à solução do problema, bem como realizar exigências junto ao governo federal no sentido de promover intervenções no setor e também no de elaborar planos valorizadores para o produto, que só tardiamente conseguiriam a resposta pretendida tanto por médios quanto por grandes produtores, quais seriam os planos valorizadores de 1908, 1914 e 1921, que resultariam na intervenção governamental no problema que era considerado a magna questão do país, a crise do café que ameaçava a própria economia nacional. [403]

Estendendo-se por um largo período, as disputas em curso e as demandas levadas à efeito pelos principais representantes do setor começaram, com efeito, a repercutir junto às esferas governamentais, resultando na utilização do poder público e da própria estrutura da política externa brasileira para o atendimento dos interesses do setor[404] , sendo que tanto de um quanto de outro lado observou-se a adoção de medidas com vistas a reversão do quadro de desarranjo

---

[400] PERISSINOTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.
[401] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995. P. 22.
[402] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[403] FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.
[404] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

financeiro, econômico e comercial, do qual o país começaria a sair às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Visando resolver a questão pendente, tal era a da resolução da crise do café, o governo brasileiro havia instituído pelo decreto de nº 6.668, de 3 de outubro de 1907, um *Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro*, que visava não só esclarecer a opinião europeia acerca das características econômicas brasileiras, mas antes e sobretudo divulgar por meio de jornais e opúsculos, fotografias, gravuras, mapas e memórias os principais produtos brasileiros, especialmente o café, que requeria maior atenção tanto por sua proeminência quanto pelo estado crítico em que se achava a cafeicultura desde o ano de 1895. [405]

Iniciando-se a partir da França, isto é, de Paris, cidade em que se estabelecera um Escritório de Informações e um Museu Comercial, contíguos a diretoria responsável pela realização da propaganda comercial logo cuidou de estender seu raio de ação para outros países como a Suíça, a Itália, a Áustria, a Bélgica, a Holanda, a Espanha e Portugal, locais em que se realizou propaganda sistemática veiculada em diversas frentes e por meio de diversos meios, tais quais jornais e revistas, especialmente os "mais lidos pelos banqueiros e capitalistas e nas revistas de economia e finanças dos nossos principais recursos e riquezas e recursos a explorar", conforme anunciou o Ministro da Agricultura no relatório referente ao ano de 1910.

> Para a propagada de nossos produtos, especialmente do café e mate, o serviço tem lançado mão de monografias, impressas em diversas línguas, de motivos luminosos colocados nos lugares mais frequentados, de cartazes e cores, cartões postais e outros meios de *reclamo*. Sobre o mate e o café têm sido realizadas conferências na Bélgica e na Suíça, sob os auspícios do Serviço e no Museu Comercial, em Paris, existem diversas amostras de mate, café e outros produtos nacionais. [406]

Atuante por cerca de três anos em que desenvolveu propaganda direta sobre os produtos brasileiros, o *Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro* foi dissolvido em 1910 por iniciativa do governo brasileiro, continuando, contudo, a ser feito em outros moldes junto aos países com os quais o Brasil mantinha relações comerciais expressivas, ou seja, nos países da Europa e também nos Estados Unidos e no Canadá, que de alguma forma

---

[405] **Relatório do Ministério da Agricultura**, 1908.
[406] **Relatório do Ministério da Agricultura**, 1910. P. 143.

resultaram em melhorias no padrão dos fluxos comerciais entre o país e seus parceiros econômicos, como deixa entrever relatório de 1913**:**

> Os resultados obtidos ultimamente com o serviço de propaganda no estrangeiro são já suficientes para patentear o acerto da nova orientação que lhe foi dada com a criação de escritórios, comissariados e câmaras de comércio nas principais cidades dos países com que mantemos relações comerciais. Atualmente tem este Ministério escritórios de informações e de propaganda dos nossos produtos em Paris, Genebra, Bruxelas e S. Francisco da Califórnia, além de vários comissariados, incumbidos do mesmo serviço na Inglaterra, na Holanda e nos países em que se fala a língua alemã.[407]

Sendo, portanto, faces específicas de um mesmo processo[408], a política interna e a política externa brasileira, embora tivessem em alguns aspectos dado a impressão de haverem andado separadas, uniram-se nesse contexto em um casamento perfeito, que se tornou claramente perceptível ao longo da primeira década republicana, quando a primeira influenciou alterações no conjunto de diretrizes e de ações da segunda[409] e quando esta por sua vez passou a exercer, entre outras, a função de cumpridora de metas e pretensões dos representantes e expoentes políticos responsáveis pela condução das questões de natureza interna propriamente dita. [410]

Não obstante tivessem seguido um percurso acidentado até que a harmonização referida tivesse se tornado possível deram mostras de mecanismo pelo qual se estruturam as relações entre mudanças de regimes políticos, diretrizes de política externa e interesses de grupos hegemônicos, razão pela qual é possível caracterizar a Primeira República como sendo o momento por excelência no qual as ações do Estado, no que dizia respeito aos assuntos atinentes às relações internacionais do Brasil, serviram de modo um tanto quanto específico ao atendimento das demandas dos grupos hegemônicos ligados à agroexportação, em meio aos quais os cafeicultores se destacavam.

Respondendo pela elaboração das diretrizes e pela condução do processo decisório em política externa, o Ministério das Relações Exteriores prosseguia na função de porta-voz dos interesses nacionais procurando, por isso mesmo, manter em regime de equilíbrio e relativa harmonia o relacionamento com os países em relação aos quais mantinha sólidos vínculos

---

[407] **Relatório do Ministério da Agricultura**, 1913. P. 8

[408]MILZA, P. Política interna e política externa**.** In: REMOND, R.(Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

[409] BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995.

[410] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

comerciais e estratégicos, bem como procurando ampliar a rede de parcerias econômicas das quais o Brasil pudesse auferir importantes lucros.

Por essa razão, muitas foram as iniciativas promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores no sentido promover o comércio brasileiro e de favorecer a agroexportação, bem como no sentido de intensificar práticas e vínculos comerciais propiciando ao país a ampliação de investimentos e a colocação de seus produtos nos principais mercados internacionais com os quais se relacionava de forma mais expressiva e longeva, tais eram as relações com os países europeus e com os Estados Unidos, em conjunto os maiores compradores do café brasileiro. [411]

Realizadas concomitantemente, embora não em conjunto, as iniciativas de natureza interna e as iniciativas de natureza externa, conseguiram gradativamente a alteração do quadro vigente de desarranjo econômico e desarmonia nas finanças, possibilitando que desde então o país entrasse numa fase de crescimento e desenvolvimento no setor, conforme ficou demonstrado pela regularização dos fluxos comerciais e pelo arrefecimento das solicitações feitas pelos cafeicultores e dos conflitos gerados à época em função das crises dos anos anteriores.

No plano interno pode-se dizer que tais demandas resultaram na elaboração de planos de valorização do café, posteriormente adotados pelo país após a realização do *Convênio de Taubaté*, bem como na adoção de medidas voltadas pela regulação das taxas de intercâmbio e limitadoras dos níveis de produção, todas elas encabeçadas pelo governo federal, que desde então passou a interferir no processo, assumindo também para si o risco, ou melhor, a responsabilidade pela resolução do problema que em verdade era um problema nacional, dado as proporções e repercussões na produção brasileira. [412]

No plano externo, as medidas governamentais fundamentaram-se inicialmente na promoção e divulgação do produto no exterior mediante a realização de exposições e a criação de escritórios específicos tendentes a veicular informações a respeito do mesmo, tanto acerca da sua finalidade, quanto acerca da produção e preparação para consumo doméstico, além da preocupação de promover a abertura de novos e promissores mercados consumidores e da aquisição de novos empréstimos junto às casas financeiras mais expressivas na Europa ou nos Estados Unidos. [413]

---

[411] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918) São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[412] MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.
[413] **Relatório do Ministério da Agricultura**, 1913. P. 8

Nesse terreno, as relações com os países europeus e Estados Unidos, que juntos compunham os principais compradores do café brasileiro, tornaram-se o terreno, por excelência, no qual a interação entre a política interna e a política externa pôde em verdade ser verificada com mais clareza, já que em ambos os cenários os representantes do Brasil entraram em cena procurando defender e atender os interesses nacionais, mormente os econômicos, do que resultaria, de certa forma, resultados favoráveis ao setor responsável pela produção exportação do café. [414]

Sobretudo durante o período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, observou-se o delineamento de um olhar mais atento às demandas do grupo, que passou a desfrutar de um melhor e maior atendimento no conjunto de seus interesses, fosse pelo fato de o período corresponder ao momento em que a política externa assumia ares efetivamente pragmáticos intentando tirar partido da aproximação com os Estados Unidos, fosse pelo fato de ser o momento em que os cafeicultores realmente se consolidaram no poder.

O estreitamento de vínculos entre os dois países, mormente no que dizia respeito às relações comerciais, então conduzidas num regime de complementaridade, deu conta desse processo favorecendo enormemente os interesses do setor. A visão que se tinha de que era necessário tirar partido do relacionamento referido a fim de ampliar a margem de manobra do Brasil e também no sentido de promovê-lo no exterior como Nação pacífica e estável na qual se poderia realizar investimentos sem maiores preocupações ou riscos levava os responsáveis por sua condução a conduzir as relações internacionais do país nesse sentido. [415]

Passadas as aparentes divergências do princípio, as duas esferas do político haviam por fim efetivamente se harmonizado, passando a uma fase de interações claras e frequentes, que indicavam quão dependentes são a esfera interior e a exterior uma da outra na estruturação, consolidação e jogo político realizado por determinado Estado, por determinada Nação. Influenciando-se reciprocamente, no caso brasileiro, a primeira interferia na atuação e desenvolvimento da segunda ao tempo em que esta impunha alterações na condução daquela. [416]

Harmonizadas de tal maneira a não deixar sombra de dúvidas ao analista do período elucidaram quanto foi importante para a condução das relações internacionais do país a transição

---

[414] MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.
[415] BUENO, C. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
[416] CERVO, A. L. **Inserção internacional.** Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. P.41,42.

política de 15 de novembro de 1889, que não somente alterou o regime em que as relações internas se davam, isto é, a Monarquia, mas também a tendência secular em que se desenhara, consolidara e conduzira o relacionamento do Brasil com o exterior. A mudança política referida, ao promover a ascensão de novos grupos políticos acarretou também a adoção do americanismo em detrimento do europeísmo.

Conferindo ao período estudado, isto é, aos anos 1889-1912, um caráter de singularidade, já que nunca antes houvera se dado fato semelhante na história do Brasil, as relações entre alterações políticas e diretrizes de política externa são claramente verificáveis na experiência brasileira demonstrando, antes, e, sobretudo, que no jogo ou experiência política de um Estado específico as dimensões internas ou externas de sua ação não são distintas, tampouco são dicotômicas. Pelo contrário, são apenas partes constitutivas de um único e mesmo processo.

A transição republicana realizada pelo país ao findar do século XIX é, portanto, um período definidor de novas tendências de política externa, que ao reverterem aquelas que até então haviam marcado o relacionamento do Brasil com os demais países presentes no cenário internacional, promoveram, assim, o nascimento de uma outra tradição, na qual o país se conduziria ainda por um largo período até o ponto em que novas percepções do interesse nacional e também novos grupos políticos entrariam em cena modificando circunstancialmente a condução do processo decisório em política externa. [417]

[417] MILZA, P. Política interna e política externa. In: REMOND, R. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.p.p. 365-399.

CONCLUSÃO

As últimas décadas do século XIX representaram para o Brasil um período importante para sua história, em que alterações de relevo no plano interno tiveram ensejo tanto no campo político quanto no social, com a abolição da escravatura, a laicização do Estado e a emergência do republicanismo, culminando na mais significativa transformação política vivenciada pelo país desde sua emancipação em face da tutela portuguesa – a transição da Monarquia para a República, que, ao suplantar o regime no qual se estruturara o Império, acabou por integrá-lo à tendência predominante no continente americano, tal era à época a diretriz republicana.

Realizada ao findar dos anos 1800, a adoção de um novo regime político em detrimento daquele que dera corpo e consistência ao Império brasileiro por quase sete décadas consecutivas, tornou-se um fato duplamente importante para o país, primeiro por haver afetado diretamente o plano doméstico, com a implantação de novas diretrizes governamentais e com a emergência de novos grupos sociais às altas esferas do poder; depois por haver repercutido diretamente na condução dos assuntos internacionais, permitindo o deslocamento do eixo de nossas relações exteriores da Europa para a América, e de um modo especial da Inglaterra para os Estados Unidos.

No primeiro aspecto, pode-se dizer que a República franqueou terreno aos grupos políticos originários da expansão cafeeira do final do século XIX, que, oriundos das férteis e ricas províncias mineiras e paulistas, exerceram atuação diferenciada nos assuntos internos, a ponto de seus interesses serem frequentemente confundidos com os interesses da Nação. Elementos expressivos na cadeia produtiva do café, em que atuavam não só como grandes cultivadores e exportadores do produto chefe da economia nacional, mas também como banqueiros e empresários do setor de finanças e de transportes, estes novos representantes políticos dispunham de força bastante para atuarem de forma hegemônica e, por isso mesmo, autônoma.

No segundo aspecto, pode-se aventar que as mudanças domésticas tocaram diretamente na condução dos assuntos internacionais, na medida em que estes passaram a dedicar especial atenção às relações encetadas com os países continentais, fossem eles os vizinhos do Sul, dos quais o Brasil permanecera distanciado durante a maior parte do regime monárquico por conta do clima de prevenções e de reservas que pairava de lado a lado no terreno das relações internacionais, ou o gigante do Norte, com o qual pretendiam desde então estreitar relações.

Delineada timidamente ao final do Império, essa tendência, posteriormente conhecida como americanismo foi, assim, a tônica do momento nesse sentido, ganhando novas conotações no transcurso da primeira década republicana.

Revertendo tendências seculares na condução da política brasileira, tanto em seu plano interno (o regime monárquico) quanto em seu plano externo (o europeísmo), estruturadas gradativamente desde a emancipação da tutela portuguesa, a inflexão observada na passagem da Monarquia para a República constituiu-se num diferencial importante em relação a outros momentos da história nacional, uma vez que no período em questão as mudanças políticas verificadas no âmbito doméstico significaram imediata alteração na condução dos assuntos internacionais, colocando a transição republicana como um momento ímpar, no qual se pôde verificar de um modo um tanto quanto mais claro as interações existentes entre as duas esferas do político, ou seja, a interior e a exterior.

Motivada ora por questões de ordem política, ora por questões de ordem ideológica, qual a identificação que o Brasil passava a ter com os países vizinhos e a necessidade de legitimar-se a República frente às demais Nações presentes no cenário internacional, as mudanças introduzidas no relacionamento internacional brasileiro priorizaram em princípio a resolução dos problemas de fronteiras e do estabelecimento de parcerias no contexto regional, deixando em plano secundário as questões de ordem comercial, que não obstante continuariam merecendo alguma atenção por parte dos governos que passavam desde então a se responsabilizar pela condução do país. Por essa razão, os primeiros tempos do regime republicano representaram um momento em que os interesses agrários entraram em pauta muito mais em termos retóricos que em termos práticos.

Muito embora fosse corrente a concepção de que ao país caberia defender os interesses agrícolas por ser uma economia de caráter primário no âmbito da produção, portanto, enormemente dependente daqueles, predominaram em princípio muito mais as discussões a respeito do aumento do número das representações brasileiras no exterior que a adoção de iniciativas efetivamente práticas para a defesa das exportações agrícolas e a promoção da imigração, conforme pretendiam os grupos que se vinculavam à produção, que continuaram a ser encaminhadas nos mesmos moldes herdados do Império, quando o país procurava desenvolver sua riqueza nos limites estabelecidos pelo liberalismo implantado pela Inglaterra no século XIX.

Por essa razão, até que o sistema oligárquico fosse devidamente implantado na estrutura política do país formalizando a hegemonia dos cafeicultores o país procurou atender interesses de

ordem geral, ou seja, interesses ligados a outros produtos dos quais o Brasil também dependia e não apenas os do café, dentre eles, os da indústria açucareira em decadência pela concorrência antilhana, conforme deram conta a assinatura do Tratado de Reciprocidade (ou Convênio Aduaneiro) com os Estados Unidos e a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, com o Peru, ambos em 1891, que visavam atender os estados nordestinos e não os paulistas, indicando que, embora ofuscadas pelas questões de ordem política, as exportações brasileiras eram vistas como uma das grandes questões nacionais.

Consolidada a República, os novos formuladores e implementadores de política externa cuidaram com mais atenção das questões inerentes ao fomento da agroexportação, que passou realmente a ser um dos fundamentos principais da política externa do período estudado. Nessa linha, a expansão da rede consular brasileira no exterior, a defesa das exportações brasileiras mediante o desenvolvimento de uma política comercial mais favorável ao país e a participação nacional em eventos nos quais os produtos brasileiros podiam ser divulgados, além do desenvolvimento de uma política imigratória mais efetiva e da realização de empréstimos junto às principais casas bancárias estrangeiras deram conta da visão mais clara que passavam a ter acerca dos problemas nacionais aqueles que se responsabilizavam pela condução do país.

Em termos práticos coube, portanto, ao país encaminhar a solução das dívidas públicas brasileiras com a negociação do *funding loan*, além de haver procurado estabelecer uma corrente imigratória composta por asiáticos, conforme demonstrou a assinatura de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com o Japão, em novembro de 1895, indicando que a postura brasileira estava mais atenta para as questões comerciais do país. As discussões dos primeiros tempos do regime haviam cedido lugar a uma postura de ordem mais pragmática, claramente expressada na vinculação cada vez mais estreita do país com os Estados Unidos e a prioridade que também se concedia aos países com os quais o Brasil mantinha vínculos comerciais favoráveis.

Não obstante, no que dizia respeito aos interesses específicos da cafeicultura, sobretudo nos períodos de crise no setor, observou-se que a política adotada pelos governos oligárquicos atendeu muito mais aos interesses dos grupos ligados às atividades de infraestrutura que às atividades de produção propriamente ditas, considerando-se que o grupo dos cafeicultores não se constituía num grupo homogêneo e sim misto, gerando, portanto, uma série de divergências que perpassaram todo o período estudado, contrariando a ideia de que os interesses do café eram

predominantes no conjunto dos interesses nacionais, portanto, deixando à primeira vista a impressão de que as duas esferas do político andavam num certo descompasso.

Formando um modelo de relações complexo, a interação entre o interno e o externo verificou-se, assim, no que dizia respeito aos interesses dos grupos que se achavam ligados ao Grande Capital Cafeeiro e não no que se referia aos os interesses dos demais membros do grupo circunscrito ou inscrito no rótulo de cafeicultores, que somente após a primeira política de valorização do café iriam se harmonizar efetivamente, permitindo que a política interna realmente e a política externa começassem a interagir com uma frequência maior, conforme deixou entrever o período Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores.

No âmbito dos interesses da cafeicultura, o período Rio Branco correspondeu a um momento em que o país conferiu maior atenção aos interesses dos grupos que constituíam a cafeicultura, que passaram a desfrutar de um melhor e maior atendimento no conjunto de suas principais demandas, fosse pelo fato de o período corresponder ao momento em que a política externa assumia ares efetivamente pragmáticos intentando tirar partido da aproximação com os Estados Unidos, fosse pelo fato de ser o momento em que os cafeicultores realmente se consolidaram no poder conseguindo de alguma forma amenizar os resultados da crise que assolava o setor da produção do café desde 1895.

O estreitamento de vínculos entre os dois países, mormente no que dizia respeito às relações comerciais e a ampliação da propaganda dos produtos brasileiros no exterior (com o Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro**)** deram conta desse processo favorecendo enormemente os interesses do setor. A visão que era necessário tirar partido do relacionamento referido a fim de ampliar a margem de manobra do Brasil e também no sentido de promovê-lo no exterior como Nação pacífica e estável na qual se poderia realizar investimentos sem maiores preocupações ou riscos levava os responsáveis por sua condução a dirigir as relações internacionais do país nesse sentido, beneficiando os interesses dos produtores brasileiros.

Harmonizadas de tal maneira a não deixar sombra de dúvidas ao analista do período, as duas esferas do político haviam entrado numa fase de interações frequentes em que de um lado as questões externas determinavam as mudanças internas e de outro estas interferiam no sentido das diretrizes adotadas para o relacionamento internacional do país. Inseridas na esfera do americanismo, essas interações conferiram ao período estudado um caráter de singularidade,

demonstrando, antes, e, sobretudo, que no jogo ou experiência política de um Estado específico as dimensões internas ou externas de sua ação não são distintas, tampouco são dicotômicas. Pelo contrário, são apenas partes constitutivas de um único e mesmo processo.

Realizada ao final do século XIX, a transição republicana revelou-se como um período definidor de novas tendências de política externa, que ao reverterem aquelas que até então haviam marcado o relacionamento do Brasil com os demais países presentes no cenário internacional, promoveram, assim, o nascimento de uma outra tradição, na qual o país se conduziria ainda por um largo período até o ponto em que novas percepções do interesse nacional e também novos grupos políticos entrariam em cena modificando circunstancialmente a condução do processo decisório em política externa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações internacionais do Império. São Paulo: SENAC; Brasília, D.F.: FUNAG, 2001.

_____. Introdução ao estudo das relações internacionais do Brasil. In: ALMEIDA, P. R. **Relações internacionais e a política externa do Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

_____. **O estudo das relações internacionais do Brasil: diálogo entre a diplomacia e a academia**. Brasília: LGE Editora, 2006.

ANDRADE, O. S. **Joaquim Nabuco e o pan-americanismo.** São Paulo: Editora Nacional, 1950 (Brasiliana 270).

ARAÚJO, M. **Tradicionalismo e modernização em São Paulo – 1870-1889**: conflitos e mediações na economia cafeeira. São Paulo: Depto de História, FFLCH, USP, 1978. (Dissertação de Mestrado).

BÁGGIO, K. G., **A "Outra América"**. A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado).

BANDEIRA, M. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UNB, 1998.

BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BUENO, C. A diplomacia da "consolidação": a intervenção estrangeira na Revolta da Armada. **História.** São Paulo, v.3, p.33-52, 1984.

_____. A República e sua política exterior (1889-1902). São Paulo: UNESP, 1995

_____. Da *pax britânica* à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas conferências internacionais americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**, Marília, n.20, p. 231-250, 1997.

_____. Do idealismo ao realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n.12, p.71-82, jul./dez.,1990.

_____. O Brasil e a terceira Conferência Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906). **Estudos Históricos**, Marília, n.13/14, p.7-84, 1975.

_____. **Política externa da Primeira República:** os anos de apogeu (1902-1918) São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BUENO, C. Raízes históricas do Mercosul: da rivalidade à integração. **História**, São Paulo, v.16, p.13-26, 1997.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora da UNB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BURNS, B. Rio Branco e sua política externa. **Revista de História**, São Paulo, n.58, p.367-381, 1964.

CALÓGERAS, P. **A política exterior do Império**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. 3 v.

CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, P. 33-

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial; teatro de sobras: a política imperial. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume Dumará, 1996.

_____. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASALECCHI, J. E. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1899). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

_____. As primeiras missões de lado a lado e o reconhecimento da independência. In: CERVO, A. L. ; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

_____ De vice-reino a parte do Reino Unido, 1808-1821. In: CERVO, A. L. ; MAGALHÃES, J.C. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.62-95.

_____ . Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas.** Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008, p.41-75.

_____. **Inserção internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)** Brasília, DF: UNB, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 21).

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, J. F. **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil.** Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

DÖPCKE, W. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUROSELLE, J. B. **A Europa de 1815 aos nossos dias**: vida política e relações internacionais. São Paulo: Pioneira, 1976.

ELLIS JÚNIOR, A. **O café e a paulistânia**. São Paulo: USP, 1951. Boletim n141 – História da Civilização Brasileira, n13.

FAUSTO, B. "Expansão do café e política cafeeira". In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

GOES, S.S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos impérios (1875-1914).** 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLLOWAY, T. H. **Vida e morte do convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v.31).

IOKOI, Z.M.G., **O Legislativo na Construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

LESSA, A. C. **História das Relações Internacionais**: a *Pax Britannica* e o mundo do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LINS, A. **Rio Branco.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana, 325).

LOBO, H. **O pan-americanismo e o Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1939 (Brasiliana, 169).

LOVE, J. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira. (1889 -1937). In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.53 – 76.

MAGNOLI, D., **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP: Moderna, 1997.

MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO, 1870. In: VARGAS, E. G. (Org.). **Diplomacia brasileira e política externa**. 1493 – 2008. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. P. 281,282

MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDONÇA, S. R. de O., **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MILZA, P. Política interna e política externa**.** In: REMOND, R.(Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOREIRA, L.F.V. **As relações internacionais da América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PENNA, L. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PERISSINOTO, R.M., **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: UNICAMP, 1999, 2v.

QUEIRÓZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.153-190.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B., **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa.** São Paulo: Cultura Editores, 1996.

_____. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000.

RODRIGUES, L. A. (Org.). **Uma história diplomática do Brasil (1531-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, L. C. V. G. As várias Américas: visões do século XIX. **Estudos de História**, v.10, n.01, p.11-28, 2003.

_____. **O Brasil entre a América e a Europa:** O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **O dia em que adiaram o carnaval**. Política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

_____. **O Império e as repúblicas do pacífico:** relações do Brasil com 2.4.Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia - 1822-1889. Curitiba: UFPR, 2002.

SANTOS, N. B. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. In: **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.11-39, 2005.

SILVA, D. A. D. **Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade**: o círculo Rio Branco no Brasil "UBIQUE PATRIE MEMOR". Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

SILVA, J. L. W. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)**: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009.

SILVEIRA, H. G. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**: faces de um paradigma de americanização nas relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão**: uma história da política externa norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, T. E. Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal-entendido? **Estudos Históricos,** Marília, n. 24, p. 447-463, 1999.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a "curta marcha" para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, N. S. História, teoria das relações internacionais e história das relações internacionais: uma reflexão epistemológica. In: **Cultura. Revista de história e teoria das idéias**. Lisboa: v. XI, 1999, p.p. 71-82.

TORELLI, L. S. **A defesa do café e a política cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898 – 1920). Campinas: Departamento de Economia, IE, UNICAMP, 2004, (Dissertação de Mestrado).

TOPIK, S. C. **Comércio e canhoneiras**: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WEHLING, A**. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 2005**.**

WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Clássicos IPRI, 7).

WHITAKER, A. P. **Os Estados Unidos e a independência da América Latina.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

Fontes.

1.Documentos Parlamentares

1.1.Anais da Câmara dos Deputados.

1.2. Anais do Senado.

2. **Jornais**

2.1. Correio Paulistano

1. **Relatórios Oficiais**

3.1. Relatório do Ministério da Agricultura.

3.2. Relatório do Ministério da Fazenda.

3.3. Relatório do Ministério das Relações Exteriores.